

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa



**A ASSISTÊNCIA DO BANCO MUNDIAL AO DESENVOLVIMENTO DE
MOÇAMBIQUE**

UMA ANÁLISE DOS PROJECTOS DE INVESTIMENTO

Anastácia Sebastião Chamusse

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Gestão Empresarial

Orientadora:

**Prof. Doutora Maria Isabel Vieira Nicolau, Prof. Associada, ISCTE Business School,
Departamento de Gestão**

Dezembro de 2007



A ASSISTÊNCIA DO BANCO MUNDIAL AO DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE
UMA ANÁLISE DOS PROJECTOS DE INVESTIMENTO

Anastácia Sebastião Chamusse

Lombada

CONTEÚDO

Abreviaturas e Acrónimos

Resumo

Abstract

Prefácio

Índice Geral

Índice de Quadros

Índice de Figuras

Anexos

1. Termos de Referência do Trabalho de Campo

2. Guião de Entrevistas

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AFD	Agence Française de Développement
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento
BDM	Banco de Moçambique
BID	Banco Islâmico de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAS	Country Assistance Strategy
CPPR	Country Portfolio Performance Review
Dólares/USD	Dólares dos Estados Unidos da América
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
FMI	Fundo Monetário Internacional
GM	Governo de Moçambique
HIPC	Highly Indebted Poor Countries
IBRD	International Bank for Reconstruction and Development
ICSID	International Center for Settlement of Investment Disputes
IDA	International Development Association
IFC	International Finance Corporation
LDC	Least Developed Countries
LIC	Low income economies
MDRI	Multilateral Debt Relief International
MIGA	Multilateral Investment Guarantee Agency
ODA	Official Development Assistance
PAF	Performance Assessment Framework
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PIB	Produto Interno Bruto
PMD	Países Menos Desenvolvidos
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PODE	Projecto para o Desenvolvimento Empresarial
PRGF	Poverty Reduction and Growth Facility
PRSC	Poverty Reduction Support Operation
PRSP	Poverty Reduction Strategy Paper
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
TTL	Task Team Leader
UIPs	Unidades de Implementação de projectos
UTRESP	Unidade Técnica para a Reforma do Sector Público

RESUMO

Este estudo é uma análise dos projectos de desenvolvimento levados a cabo em Moçambique com o financiamento do Banco Mundial, através da sua afiliada a Associação Internacional para o Desenvolvimento, que se encontravam activos até finais de Junho de 2005. O estudo identifica os principais constrangimentos enfrentados na implementação dos referidos projectos bem como os benefícios efectivos e esperados dos mesmos para o crescimento económico de Moçambique. Este trabalho mostra que uma grande parte dos problemas inicialmente identificados através do processo de revisão da carteira de investimentos do Banco Mundial, foram já ultrapassados, mas persistem alguns outros cuja solução se mostra necessária para um melhor aproveitamento dos recursos aplicados nos projectos e deste modo uma maior eficácia da assistência do Banco Mundial a Moçambique. Perspectivas teóricas sobre desenvolvimento e assistência ao desenvolvimento bem como os indicadores de desenvolvimento de Moçambique e dados sobre os projectos analisados são apresentados neste documento.

Palavras chaves: desenvolvimento, assistência ao desenvolvimento, Banco Mundial, projectos, Moçambique.

ABSTRACT

This study provides an analysis of the on going development projects, at the end of June 2005, with the World Bank funding through its affiliate – The International Development Association. The study identifies the main constraints faced on the implementation of the aforementioned projects as well as their expected and real benefits for the economic growth of Mozambique. The findings show that most of the problems initially identified have already been solved, but some still require attention, to enable that the effectiveness of the projects and thus the World Bank development assistance to Mozambique be improved. Theoretical perspectives of development and development assistance as well as the Mozambique's development indicators and data on the referred projects are presented in the paper.

Key words: development, development assistance, World Bank, projects, Mozambique.

PREFÁCIO

Este texto foi elaborado como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

A Assistência do Banco Mundial ao Desenvolvimento de Moçambique, basicamente concretizada através de projectos de investimento, é o objecto nuclear da presente dissertação.

Para além de ser um exercício académico, o presente trabalho sistematiza um conjunto de informações sobre a actividade do Banco Mundial como a maior e mais antiga instituição de desenvolvimento, com enfoque para a sua actuação em Moçambique através do financiamento concessional aos diferentes sectores sócio-económicos.

As questões de desenvolvimento e do seu financiamento vem, nos dias que correm, merecendo uma atenção acrescida por parte da comunidade internacional e a situação dos países pobres de baixo rendimento, como Moçambique, tornou-se uma preocupação premente, numa tomada de consciência de que não se pode atingir desenvolvimento sem redução da pobreza que afecta a maioria da população desses países. Por isso, estas economias consideradas pobres vem recebendo fundos, de instituições vocacionadas a actividade de assistência financeira internacional, que sendo recursos escassos urge assegurar o seu melhor proveito em prol do desenvolvimento.

Moçambique vem beneficiando da assistência do Banco Mundial desde 1985, grande parte da qual através da *International Development Association*, que é o braço concessional deste banco, para projectos de investimento, cujos aspectos restritivos á sua melhor implementação bem como a sua contribuição efectiva e esperada para o crescimento e desenvolvimento do país são apresentados e discutidos

O trabalho foi na íntegra desenvolvido pela autora sem apoio institucional formalizado, mas o mesmo só foi possível graças as informações valiosas que as instituições envolvidas no processo de implementação dos projectos prestaram, em especial o próprio Banco Mundial através da sua missão residente, o Banco de Moçambique e as unidades de implementação dos projectos. À todos estes o meu muito obrigada.

Agradecimentos especiais vão para a minha orientadora, a Professora Doutora Isabel Vieira Nicolau, pelos seus valiosos comentários e pelo encorajamento, e para o meu colega de trabalho e amigo o Dr. Miguel Arcanjo Monjane pela partilha incondicional do conhecimento que detém sobre o Banco Mundial, o que foi importante na evolução do meu pensamento sobre o tema.

A colaboração aqui mencionada não implica necessariamente concordância com o teor do presente trabalho, sobre o qual eu sou a única responsável.

Anastácia Sebastião Chamusse

INDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO	1
<i>1.1 Considerações Gerais sobre a Assistência ao Desenvolvimento</i>	<i>1</i>
<i>1.2. Motivação e Interesse Subjacentes à Escolha do Tema</i>	<i>3</i>
<i>1.3. Identificação do Tema, Formulação do Problema e Objectivos da Investigação</i>	<i>5</i>
<i>1.4. Metodologia de Investigação</i>	<i>7</i>
<i>1.5. Breve Apresentação dos Capítulos da Tese</i>	<i>8</i>
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
<i>2.1. Conceito de Desenvolvimento</i>	<i>9</i>
<i>2.2. O que é Assistência ao Desenvolvimento, quem a concede e quem a recebe?</i>	<i>14</i>
3. A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO	18
<i>3.1. Os Mecanismos de Financiamento ao Desenvolvimento</i>	<i>18</i>
<i>3.2. Os Mecanismos de Assistência do Banco Mundial</i>	<i>21</i>
4. DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE E A ASSISTÊNCIA DO BANCO MUNDIAL	29
<i>4.1. Principais Indicadores de Desenvolvimento e de Ajuda Externa sobre Moçambique</i>	<i>29</i>
<i>4.2 A Assistência do Banco Mundial a Moçambique</i>	<i>32</i>
<i>4.3. A Assistência do Banco Mundial e a Dívida Externa</i>	<i>38</i>
5. ANÁLISE DOS PROJECTOS DE INVESTIMENTO	41
<i>5.1. Objectivo do Estudo</i>	<i>41</i>
<i>5.2. Metodologia, Instrumento de Pesquisa e População em Análise</i>	<i>41</i>
<i>5.3. Descrição Analítica dos Projectos Financiados pelo Banco Mundial</i>	<i>44</i>
<i>5.3.1. Descrição dos Projectos</i>	<i>44</i>
<i>5.3.2. Dados Estatísticos Sobre os Projectos</i>	<i>59</i>
<i>5.4 Factores Restritivos na Implementação dos Projectos</i>	<i>63</i>
<i>5.4.1. Descrição dos Factores Restritivos Identificados</i>	<i>63</i>
<i>5.4.2. Resumo das Constatações do Trabalho de Campo Sobre os Factores Restritivos</i>	<i>64</i>
<i>5.5 A Contribuição Efectiva e Esperada dos Projectos para o Crescimento Económico e Desenvolvimento do País</i>	<i>70</i>
<i>5.5.1 Projectos Concluídos</i>	<i>71</i>
<i>5.5.2 Projectos Em Implementação</i>	<i>72</i>

<i>5.6 Análise dos Resultados do Estudo</i>	75
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	79
<i>6.1. Conclusões</i>	79
<i>6.2. Recomendações</i>	80
<i>6.3. Limitações do Estudo</i>	82
<i>6.4. Pistas para Estudos Futuros</i>	82
REFERÊNCIAS	83
<i>Apêndice – Resultados Obtidos e Esperados dos Projectos com o Financiamento do Banco Mundial</i>	87
<i>Anexos</i>	96

INDICE DE QUADROS

Quadro 1	Ajuda ao Desenvolvimento	16
Quadro 2	Financiamento do Banco Mundial por Tema e por Sector	27
Quadro 3	Indicadores Macroeconómicos	30
Quadro 4	Indicadores Chave de Desenvolvimento	31
Quadro 5	Carteira de Projectos do IFC	37
Quadro 6	Carteira de Projectos do MIGA	38
Quadro 7	Dívida Externa	39
Quadro 8	Desembolsos de Créditos para Projectos	40
Quadro 9	População de Projectos	43
Quadro10	Projectos de Infraestruturas	44
Quadro11	Projectos de Educação e Saúde	48
Quadro12	Projectos de Modernização do Sector Público e Descentralização	52
Quadro13	Projectos de Desenvolvimento do Sector Privado e Recursos Minerais	55
Quadro14	Projectos de Agricultura e Recursos Naturais	57
Quadro15	Componentes dos Projectos	59
Quadro16	Comparticipação do BM no Financiamento dos Projectos	61
Quadro17	Nível de Realização de Desembolsos do BM em 31.12.2005	62
Quadro18	Resumo das Constatações do Trabalho de Campo sobre os Factores Restritivos na Implementação dos Projectos	67
Quadro 19	Acções Desenvolvidas no Âmbito do Abastecimento de Água em Quatro Cidades do Sul	73
Quadro 20	Resultados Obtidos em Quatro Projectos Concluídos até Dezembro de 2006	87

INDICE DE FIGURAS

Figura 1	Fronteira de produção	11
Figura 2	Crescimento do PIB e Evolução da Inflação	29
Figura 3	Financiamento do IDA por Sector	36

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Gerais sobre a Assistência ao Desenvolvimento

O presente trabalho é elaborado numa altura em que as preocupações e os debates sobre a assistência ao desenvolvimento voltam a constituir uma das principais atenções da comunidade internacional, de políticos, de estudiosos, dentre outros interessados. O ano de 2005 foi particularmente rico em reuniões e eventos marcantes sobre a assistência ao desenvolvimento. Em Julho, a cimeira do G8, organizada pelo Reino Unido teve como um dos temas centrais de discussão as formas de aumentar os fluxos de ajuda pública destinada ao mundo em desenvolvimento e especialmente para a África. Em Setembro, as Nações Unidas organizaram uma conferência sobre os objectivos do milénio¹ para o desenvolvimento com vista a avaliar os progressos até então alcançados rumo aos objectivos em questão. Outros dois eventos neste mesmo ano de 2005 foram nomeadamente, a décima quarta reconstituição² dos recursos do International Development Association (IDA) e a Conferência de Paris sobre a eficácia da ajuda. O ano de 2005 aparece assim como o ano de desenvolvimento, na viragem de uma tomada de consciência reafirmada de que o Norte e o Sul têm interesses comuns e partilhados, mas que estão ainda longe de ter encontrado as soluções satisfatórias para todos os diferendos que os opõem.

Um dos temas que anima a reflexão da comunidade internacional sobre a ajuda é o que diz respeito à sua alocação, conceito que engloba várias questões inter-relacionadas.

A primeira série de questões trata da procura de um nível óptimo de ajuda. A teoria neo-clássica ensina que esse óptimo é alcançado quando a utilidade marginal da ajuda recebida por todos os países beneficiários se iguala ao resultado esperado, seja ele crescimento económico ou redução da pobreza. Retomados os debates dos anos 2000 sobre o desenvolvimento e completados pela hipótese da utilidade marginal decrescente da ajuda, esta abordagem conduz a uma reflexão sobre as condições que maximizam a sua eficácia. A resposta produzida é de que estas condições dependem do desempenho dos países receptores da ajuda, e tal desempenho será função da qualidade das políticas económicas e das instituições ou da boa governação.

Estudos feitos tanto pelas agências de desenvolvimento (caso do Banco Mundial), como por consultores independentes (caso de Cassen e Associados³) indicam que a ajuda no geral é eficaz no sentido de que é sucedida na consecução dos objectivos de desenvolvimento,

¹ Os objectivos de Desenvolvimento do Milénio, resultantes da Declaração do Milénio constituem um quadro para a monitoria do desenvolvimento humano que deve ser alcançado até 2015 e são no total oito, designadamente: 1. Erradicação da pobreza absoluta e da fome; 2. Educação primária para todos; 3. Promoção da igualdade de género e aquisição do poder pelas mulheres; 4. Redução da mortalidade infantil; 5. Melhoramento da saúde materna; 6. Combate ao HIV/SIDA, a Malária e outras doenças endémicas; 7. Garantia da sustentabilidade ambiental e 8. Criação de uma parceria global de desenvolvimento.

² Com 36 biliões de Dólares para três anos, esta representa um aumento de 26% sobre a reconstituição precedente (AFD 2005, p.23).

³ Bagley, Bourgoignie, Chaudhuri, Daniel, Duncan, Griffith-Jones, Gulick, Hewitt, Kydd, Lipton, Mosley, Muscat, Ortona, Pell, Sachse, Segal, Steinberg, Toye, Arkadie, Whyte, Wicksteed e Wilde.

contribuindo positivamente para o desempenho económico dos países receptores⁴. Todavia, o desempenho da ajuda depende do país e do sector para onde é canalizada.

Uma segunda série de questões coloca-se em relação ao critério de alocação segundo o desempenho⁵ do país receptor da ajuda, referindo-se que a sua imprevisibilidade e a sua volatilidade podem degradar a sua eficácia tanto quanto uma governação medíocre do país beneficiário. Outrossim, é a dificuldade de saber o que é que se deve entender por *boas* políticas e instituições de qualidade e mais amplamente, por modelos de desenvolvimentos *mais pertinentes* sobre os quais nem as observações empíricas nem a teoria produziram até a actualidade conclusões definitivas. Deste modo, questiona-se a aplicação generalizada deste critério, argumentando-se que o mesmo pode conduzir a exclusão dos benefícios da ajuda dos países que dela muito necessitam, mas onde a governação é particularmente deficiente. Tais são sobretudo os casos dos países ditos frágeis ou recém saídos de conflitos⁶.

Uma terceira série de questões, relaciona-se não tanto com o volume da ajuda a fornecer mas sim com a capacidade de absorção do país beneficiário. Este factor é intuitivamente função por um lado, das competências locais disponíveis nos países receptores da ajuda, o que remete para o nível da formação da população e, por outro lado, para a eficácia das administrações ou mais genericamente das instituições. Com vista a contornar este constrangimento, recorre-se a diferentes tipos de paliativos que vão desde o financiamento da assistência, para remediar a insuficiência de competências locais, até a operacionalização por entidades privadas de funções que são normalmente da competência das administrações locais. Questiona-se sobre até que ponto existe equilíbrio entre o que favorece a capacitação institucional e a maximização imediata da capacidade de absorção da ajuda.

Ao estudar a assistência do Banco Mundial a Moçambique e mais especificamente os projectos financiados por esta instituição, o presente trabalho pretende de alguma forma analisar os aspectos mencionados nas três séries de questões aqui agrupadas, com o objectivo de proporcionar alguma informação sistematizada não só sobre os projectos em questão, como também sobre outros aspectos relacionados com a presença desta importante instituição mundial, neste país do terceiro mundo.

Embora haja um reconhecimento cada vez maior de que as trocas comerciais, mais exactamente as exportações de bens e serviços são de longe o provedor apropriado de recursos financeiros nos países em desenvolvimento, a ajuda internacional é ainda nos nossos dias, uma fonte insubstituível de financiamento ao desenvolvimento. Deste modo, a assistência apoia não só os actuais países de baixo rendimento, mas também alguns que no passado foram deste grupo de rendimento e que cresceram para a categoria de nível médio de rendimento, como por exemplo, a Coreia, o Brasil, a Colómbia e a Tailândia.

⁴ Esta realidade verifica-se em Moçambique, país que vem registando taxas de crescimento acima dos cinco por cento nos últimos dez anos, embora o seu Rendimento Interno Bruto (RIB) continue abaixo da média da África Subsaariana que é de 506 Dólares em 2005.

⁵ O BM avalia o desempenho através do seu instrumento *Country Policy and Institutional Assessment* (CPIA)

⁶ Estes países beneficiam de mecanismos especiais de ajuda como os aplicados no caso do Afeganistão e Iraque e os aplicados nos ditos *Low income countries under stress* (LINCUS).

Na actualidade, muita atenção vem sendo dedicada à África Subsaariana. A questão que se pode colocar é: porque razão esta região continua tão pobre apesar da assistência que vem recebendo da comunidade internacional? Parte da resposta é que a África tem sido um caso intratável em matéria de desenvolvimento em geral e da ajuda em particular, pois apresenta muitas desvantagens se comparada com outras regiões em desenvolvimento, tais como: pequena proporção de pessoas alfabetizadas e educadas; estruturas políticas pouco estáveis, instituições administrativas mal instaladas e com pouca tradição. Além disso, a África subsaariana enfrenta condições externas muito difíceis, em particular a dependência na exportação de produtos primários que têm mercados altamente instáveis e termos de troca deterioráveis. A agravar a situação, as condições agro-climáticas desta região são muito propensas a longos períodos de secas. Todos estes factores deixam a região pouco atractiva para o investimento privado, daí que muitos países desta parte do continente permanecem muito dependentes da ajuda externa.

Contribuindo para a criação de infra-estruturas, promoção da agricultura e indústria, extensão dos serviços básicos, promoção de habilidades e capacidades humanas e institucionais, a assistência ao desenvolvimento pode ajudar os países que não têm condições de atrair o investimento directo privado e pode constituir um factor de melhoramento das condições em que as operações do sector privado se desenrolam e abrir assim as vias para um crescimento vigoroso. Para estes países, a ajuda continua sendo a fonte essencial de financiamento externo que recebem e reveste-se de uma importância crítica para a realização dos objectivos de desenvolvimento fixados na declaração do milénio. Para muitos países da África a poupança externa posta à disposição através da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) de que o Banco Mundial através do IDA é grande contribuinte, corresponde a uma considerável parte do PIB e da poupança doméstica. Assim, monitorar os fluxos de ajuda reveste-se de uma especial importância para o desempenho económico da região e de cada país integrante.

É considerando a importância da assistência ao desenvolvimento para as economias menos avançadas, como é o caso de Moçambique, que este trabalho é realizado.

1.2. Motivação e Interesse Subjacentes à Escolha do Tema

Pertinência Académica

Abordar aspectos sobre o Banco Mundial e a sua actuação nos diferentes países e contextos bem como analisar factores de desenvolvimento é sempre um assunto actual que suscita interesse e até discussões no seio da comunidade académica, até porque os modelos daquele grande grupo internacional foram ao longo do tempo sendo melhorados graças às contribuições que os membros associados, comunidades académicas, a própria instituição através dos seus mecanismos de consulta, e críticos em geral têm vindo a dar. Em Moçambique, por exemplo, muito recentemente, o Banco Mundial aderiu ao mecanismo comum de canalização da sua assistência através do Governo para este aplicá-la de acordo com as prioridades definidas no seu programa.

O presente trabalho é elaborado na convicção de que o mesmo irá proporcionar alguma informação sistematizada que contribua para aprofundar o conhecimento sobre a assistência do Banco Mundial ao desenvolvimento em geral e no que toca a Moçambique, em particular.

Ao desenvolver este trabalho, pensa-se também no facto de que muita informação sobre as actividades do Banco Mundial não está muito disponível na língua portuguesa, por razões óbvias, esperando-se por isso que este projecto venha de algum modo enriquecer as fontes de informação disponíveis também para outros países lusófonos.

Interesse Prático

As matérias que envolvem o Banco Mundial são de grande interesse não só para as comunidades académicas, mas também para os fazedores de políticas económicas, profissionais dos ramos de economia e não só. De igual modo, os aspectos relacionados com os caminhos para o desenvolvimento vêm sendo uma preocupação actual dos estudiosos e decisores políticos, pelo que se espera que este trabalho venha a ser uma contribuição na reflexão dentro desse contexto.

A importância do Banco Mundial como a maior instituição financeira internacional é reconhecida mundialmente e actualmente quase todos os países do mundo são membros deste grande e poderoso banco. O seu apoio aos países na adopção de políticas de ajustamento que se mostram necessárias quando os mecanismos de ajustamento automático⁷ falham, tem sido de grande valia não só no mundo em desenvolvimento, mas também nas economias industrializadas.

De acordo com Nicholas Stern (2002), dois pilares formam a base para a estratégia de desenvolvimento: a construção dum clima de investimento que facilita o investimento e o crescimento, e a habilitação de pessoas pobres a participar nesse crescimento. Esta afirmação confirma que o investimento no sector público, que é objecto de financiamento dos projectos analisados no presente trabalho, é crucial para a atracção de iniciativas privadas que com a produção de bens e serviços contribuem para a melhoria do bem estar dos indivíduos.

Em Moçambique, as relações com o Banco Mundial remontam desde 1984, altura em que iniciaram as primeiras conversações para a adesão do país àquela instituição, e desde 1986 o Banco Mundial tem vindo a apoiar os esforços de recuperação económica do Estado moçambicano.

Por tudo o que aqui foi mencionado, é importante avaliar a eficácia dos projectos financiados pelo BM, o que passa por estudar os pontos críticos de sucesso, até porque acima de tudo, os recursos obtidos desta instituição são na grande maioria empréstimos que representam parte significativa do endividamento externo do país.

⁷ A economia de mercado, segundo Samuelson (1999), defende que os auto-ajustamentos e a auto-regulação são gerados para promover a melhor coordenação possível da actividade económica, do uso racional do trabalho e dos recursos financeiros e equilibrar a economia nacional.

O presente trabalho, para além de constituir um exercício académico de pesquisa pretende também ser um contributo na criação de fontes de informação disponíveis para o público amante das questões sobre o desenvolvimento. É convicção de que este trabalho irá despertar interesse para futuras investigações sobre este tema ou outros relacionados com o desenvolvimento e eficácia da ajuda nos países menos avançados, como é o caso de Moçambique.

Envolvimento Pessoal

A autora pertence ao quadro do Banco de Moçambique (BDM), que até 2005 era o Agente de Execução Financeira, para a maioria dos projectos nomeado pelo Governo. Tendo estado cerca de um ano a dirigir os Serviços de Cooperação Internacional do BDM onde o Banco Mundial é o principal parceiro de cooperação internacional, a autora considerou interessante explorar este tema, como forma de aprofundar o seu conhecimento e trazer alguma contribuição sobre estas matérias. A possibilidade de lidar com os assuntos na sua ocupação de bancária e por conseguinte, com as pessoas-chaves nas áreas de implementação dos projectos e com o próprio Banco Mundial através da sua missão residente em Moçambique, é uma vantagem adicional que a autora considerou possuir para a exploração do lado prático do tema proposto.

1.3. Identificação do Tema, Formulação do Problema e Objectivos da Investigação

O tema que se pretende desenvolver é “A Assistência Financeira do Banco Mundial ao Desenvolvimento de Moçambique – uma Análise dos Projectos de Investimento” com o objectivo de identificar os factores críticos na implementação dos projectos e a contribuição desta modalidade de assistência nos sectores económico-sociais beneficiários em particular, e no país em geral. Assim, serão analisados os conteúdos dos projectos e os factores restritivos na sua implementação, com o objectivo de produzir recomendações visando o melhor aproveitamento dos recursos financeiros do BM e desta forma melhorar a eficácia da sua assistência ao país por esta via (financiamento aos projectos).

Note-se que não se trata de avaliar a eficácia dos projectos apenas na perspectiva do cumprimento dos objectivos finais fixados nos acordos, uma vez que a sua implementação está ainda em curso e só uma pequena parte destes tem a conclusão programada para os anos de 2004 e 2005, sendo a maioria com término previsto para o período que vai de 2006 a 2010. Trata-se também e sobretudo de analisar os aspectos que caracterizam o processo de implementação dos projectos e os resultados que desses projectos se espera alcançar, sendo que nalguns casos as realizações já são concretas e mensuráveis, conforme descrito no sub capítulo 5.5. adiante.

A Assistência do BM a Moçambique insere-se num contexto mais amplo da relação Banco Mundial/Moçambique, pelo que será igualmente feita uma referência genérica a todo um conjunto de acções combinadas de apoio ao ajustamento estrutural e ao investimento na história dos 20 anos de presença daquela instituição no país. Todavia, a investigação

centrar-se-á nos projectos em curso até Junho de 2005, que são aliás a maioria, por a sua investigação ser objectivamente mais fácil de realizar e pelo facto de o próprio Banco Mundial ter dados mais sistematizados sobre este conjunto de projectos.

A abordagem sobre os projectos em curso irá considerar uma componente inovadora de assistência do BM às acções do Estado moçambicano em prol do desenvolvimento, que passam pela redução dos níveis de pobreza. Tal envolvimento inovador do BM consiste na nova Estratégia de Assistência ao país para os anos 2004 a 2007 designado em inglês por Country Assistance Strategy (CAS) elaborado pelo banco e que resulta das consultas com o Governo, sociedade civil e comunidade doadora e tem em conta o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA). Aliás, a série de PRSC, o primeiro dos quais incluído na população dos projectos em análise neste trabalho, está no contexto do CAS e do PARPA

Recapitulando e sintetizando, os principais objectivos deste estudo são:

1. analisar os projectos financiados pelo Banco Mundial com vista a identificar os principais constrangimentos e procurar produzir recomendações que contribuam para melhorar a implementação e a eficácia dos mesmos e do financiamento que lhes está associado.
2. identificar a contribuição esperada e efectiva dos projectos em análise na actividade económico-social e no desenvolvimento do país.

1.4. Metodologia de Investigação

Estratégia de Investigação

Para o tema em referência, a metodologia de investigação baseia-se no Estudo de Caso, com vista a compreender a realidade da actuação do Banco Mundial em Moçambique e analisar os efeitos e eventuais problemas nos projectos de investimento financiados por esta instituição, no país.

Todavia, no decorrer do trabalho utilizaram-se também outros métodos, como o método descritivo, que se mostra necessário na caracterização de dados quantitativos e qualitativos recolhidos para evidenciar o objecto de investigação.

Neste sentido, uma primeira fase da investigação consistiu na revisão da literatura sobre a temática de desenvolvimento, economia, relações internacionais e assistência ao desenvolvimento. A segunda fase da investigação corresponde a busca de dados sobre os projectos objecto de estudo e entrevistas com as entidades chaves envolvidas, mormente o Banco Mundial, de quem se obteve a principal documentação. Uma vez analisada a informação documental sobre os projectos seguiu-se a terceira fase que foi a elaboração do guião de entrevistas para a recolha de opiniões e sensibilidades visando responder a questão principal do presente estudo. A quarta fase foi o envio do guião de entrevista em forma de questionário e os contactos posteriores de insistência, por telefone, email e através de visitas para entrevistas com as pessoas nas unidades de implementação dos projectos. Uma vez obtido o número razoável de respostas, procedeu-se a análise dos conteúdos e o tratamento dos dados, que corresponde a quinta fase e que foi o pressuposto para a redacção dos últimos capítulos do presente trabalho (discussão e conclusões e recomendações). Para a redacção do capítulo 5 mostrou-se necessário procurar dados adicionais visando melhor sustentar o objecto de estudo.

Técnicas de Recolha de Dados e Definição da Amostra

O número de projectos de investimento do BM em carteira objecto do presente estudo é de um total de 20 correspondente aos projectos em implementação até Junho de 2005. Assim, a investigação considerou toda a população estatística.

Foram utilizadas múltiplas fontes de informação, conforme recomenda o método, mas o estudo baseou-se fundamentalmente em entrevistas e na análise documental. Nos casos em que não foi possível realizar as entrevistas por dificuldades materiais ou financeiras as entrevistas foram substituídas por questionários com o conteúdo do guião de entrevistas.

Embora o estudo de caso se identifique mais com a observação participante como técnica de recolha de informação, a escolha das entrevistas como a principal técnica de recolha de dados para o estudo empírico teve em conta a relação profissional privilegiada que a proponente julgou poder estabelecer com os coordenadores dos projectos, dado que enquanto técnica da área da cooperação internacional no BDM teve ocasião de conhecer algumas pessoas chaves envolvidas na implementação daqueles projectos.

Tendo em conta a natureza qualitativa dos dados recolhidos, a sua análise foi também essencialmente qualitativa. A estatística descritiva foi aplicada como técnica auxiliar de tratamento de dados.

1.5. Breve Apresentação dos Capítulos da Tese

Para além da Introdução, o presente trabalho é composto pelos seguintes capítulos: Enquadramento Teórico, onde se definem os conceitos básicos do tema em estudo. No terceiro capítulo aborda-se a temática da assistência ao desenvolvimento e os principais mecanismos implantados a nível global com destaque para as condições de actuação do BM. No quarto capítulo contextualiza-se Moçambique na temática do desenvolvimento apresentando-se os seus principais indicadores económico-sociais e a sua relação com o BM como membro e beneficiário da ajuda deste grande grupo financeiro internacional e de outros mecanismos de assistência ao desenvolvimento.

O quinto capítulo é a principal parte do presente trabalho, pois consiste do Estudo Empírico, que é análise dos vinte (20) projectos de investimento beneficiários do financiamento do IDA em Moçambique. É aqui que se descrevem os referidos projectos, em termos de componentes, montantes e proporção do financiamento do BM em cada um deles. A realização do trabalho de campo, as técnicas de recolha e do tratamento de dados, bem como os resultados obtidos, com destaque para os aspectos restritivos na implementação dos projectos em análise e a contribuição efectiva e esperada destes projectos para o crescimento e desenvolvimento de Moçambique, fazem parte deste capítulo. Ainda neste capítulo, analisam-se as constatações do estudo, isto é, os aspectos do desenvolvimento e da assistência do BM, os constrangimentos na implementação dos projectos em análise bem como a sua contribuição para o desenvolvimento de Moçambique.

No sexto capítulo apresentam-se as conclusões e propõem-se recomendações para o melhor proveito do financiamento disponibilizado pelo BM através de empréstimos para projectos e por conseguinte, a melhoria da eficácia da assistência ao desenvolvimento de Moçambique por esta instituição financeira internacional. Neste capítulo, são também apresentadas as dificuldades enfrentadas e as limitações da investigação realizada, sem contudo deixar-se de indicar algumas pistas, para estudos posteriores sobre este grande tema de assistência ao desenvolvimento, que vem merecendo a atenção crescente da comunidade intelectual e política a nível global.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1. Conceito de Desenvolvimento

O presente projecto de tese é elaborado no contexto da investigação em ciências sociais, mais precisamente na área de ciências económicas, propondo-se por isso, uma investigação do tipo aplicada.

O tema “Assistência do Banco Mundial para o Desenvolvimento de Moçambique” enquadra-se num campo bastante vasto das teorias de economia internacional e modelos ou mecanismos de assistência ao desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento não tem sido muito pacífico na literatura. Apesar disso, a generalidade das pessoas tem ideia do que possa ser o desenvolvimento, ou pelo menos é capaz de citar alguns exemplos de realidades existentes num país considerado desenvolvido. É também por este e por outros motivos, que o tema se mostra de interesse geral, pois o desenvolvimento, entendido como ascensão a melhores níveis de vida, é anseio de toda a gente.

O problema, porém é sistematizar esse entendimento em ideias claras e objectivas que delimitem o rol dos aspectos que caracterizam o desenvolvimento e estabelecer um conceito. Este é mutável e por isso ao longo dos tempos tem-se procurado defini-lo e actualizá-lo em função do momento histórico que se vive. Veja-se a seguir alguns conceitos sobre desenvolvimento, uns enfatizando mais factores quantitativos (Iº grupo), como o rendimento per capita e produtividade e outros, dando mais relevância a aspectos qualitativos (IIº grupo) de natureza sócio-cultural e institucional:

Iº Grupo – A perspectiva quantitativa do desenvolvimento

De acordo com Adler, Schlesinger e Olson (1952) o desenvolvimento é um processo pelo qual a renda nacional de uma economia aumenta durante um longo período de tempo. E, se o ritmo de desenvolvimento for superior ao da população, então, a renda real per capita aumentará. O processo implica a actuação de certas forças que operam durante um longo período de tempo e implica modificações em determinadas variáveis. Quando consideramos isoladamente o crescimento do produto nacional, obtemos uma visão global do resultado final do processo de desenvolvimento. Se no entanto, examinamos o processo mais detalhadamente, veremos que muitas outras variações, cada uma de carácter peculiar, acompanham o aumento do produto. Podemos classificar as variações mais importantes em oferta de factores fundamentais e variações na estrutura da procura de produtos. Assim, segundo estes autores, as variações particulares da oferta dos factores compreendem: a descoberta de recursos adicionais, a acumulação de capital, o crescimento da população, a introdução de novas e melhores técnicas de produção, a melhoria das habilidades pessoais e outras modificações institucionais de organização. Por outro lado, as variações particulares na estrutura da procura de produtos estão associadas ao desenvolvimento, nomeadamente da dimensão e composição por idades da população, do nível e distribuição da renda, gostos e outros arranjos institucionais e de organização.

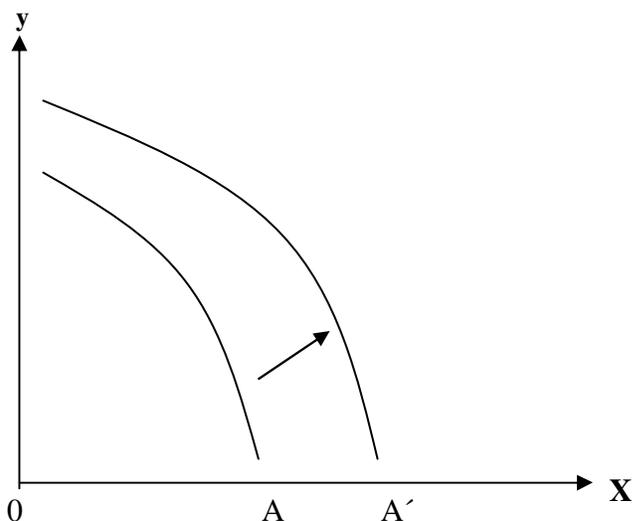
Como argumentam Meier e Baldwin (1968, p.12), dado que o ciclo económico principal tem a duração normal de seis a treze anos, podemos considerar um movimento como sendo uniformemente mantido se ele se estender por um período de pelo menos 25 anos. Assim, o desenvolvimento será interpretado como um índice de algo mais que um mero acréscimo da produção total, um crescente nível de vida. Tal ponto de vista requer que o desenvolvimento económico seja definido como um processo mediante o qual a renda real per capita de um país aumenta durante um longo período de tempo. Relacionando o desenvolvimento ao problema de abolição da pobreza, o aumento da renda real per capita e a redução do número absoluto da população abaixo de um nível mínimo de renda real seriam a prova do referido desenvolvimento.

Uma outra contribuição sobre o conceito de Desenvolvimento é dada por Graham Bird (1992, p.2) nos seguintes termos: “Embora requeira uma interpretação cuidada, talvez o conceito que merece uma larga aprovação é aquele que define desenvolvimento económico como o processo pelo qual o rendimento real per capita de um país aumenta durante um longo período de tempo, assumindo que o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza absoluta não aumenta e que a distribuição do rendimento não se torna mais desigual. Desenvolvimento económico envolve mais do que crescimento económico. Desenvolvimento significa crescimento mais mudança. Há aqui dimensões qualitativas no processo de desenvolvimento que se estendem para além do crescimento ou expansão da economia através do processo de alargamento. Esta diferença qualitativa verifica-se particularmente na melhoria do desempenho dos factores e técnicas de produção, no controlo crescente da natureza, no desenvolvimento das instituições e na mudança de atitudes e valores. Desenvolvimento económico é portanto muito mais do que simples aquisição de indústrias, podendo ser definido como nada menos que um movimento para cima de todo o sistema social ou se quisermos, é o alcance de um conjunto de “ideais de modernização” tais como, aumento da produtividade, equalização económica e social, conhecimento moderno, instituições e atitudes e sistema de medidas políticas racionalmente coordenadas por forma a remover a presença de condições sociais indesejáveis que favoreceram a situação de subdesenvolvimento”.

Segundo Dominick Salvatore (2005), ao longo do tempo, as nações crescem devido a aumentos no tamanho da sua força de trabalho (L), acumulação de capital (investimento) incluindo capital humano (K), e melhoramentos em tecnologia ou progresso técnico (T). Aumentos nas dotações da força de trabalho, capital e ou progresso técnico ao longo do tempo provocam movimentos na fronteira da produção nacional para cima, dependendo o tipo e o nível dessa alteração das taxas às quais L, K e T crescem.

Graficamente, numa realidade simplificada com apenas dois produtos (x e y), esta situação seria representada do seguinte modo:

Fig.1- Fronteira de Produção



Fonte: Dominick Salvatore (2005) - Introduction to International Economics

sendo **A** a fronteira de produção no momento inicial e **A'** a fronteira de produção após aumentos dos factores de produção L, K e T.

O movimento para cima da fronteira de produção significa aumento da produção ou crescimento da economia. Entretanto, o desenvolvimento só ocorre se ao longo do tempo a produtividade do factor trabalho (L) crescer e desta forma também o rendimento do trabalho e o rendimento real per capita.

Esta abordagem considera que o desenvolvimento reflecte o crescimento do rendimento real per capita que por sua vez é resultado do aumento da produtividade do trabalho.

IIº Grupo – A perspectiva qualitativa do desenvolvimento

Nesta perspectiva, o desenvolvimento é uma mudança global e radical. Actua e sente-se em todos os campos da vida humana. A influência cultural, psicológica, científica, institucional, artística, ideológica do desenvolvimento é avassaladora, e nesses campos o impacto é tanto ou mais vasto quanto na realidade material. O cubismo, a psicanálise, a teoria da relatividade, a família nuclear e monoparental, o drama da droga e a cultura do lazer são produtos do desenvolvimento, pelo menos tanto quanto os refrigerantes, o telemóvel, a burguesia e a democracia moderna (Neves, 2001, p. 162).

De acordo com este autor, o centro do processo de desenvolvimento é a iniciativa empresarial. Em todas as sociedades, onde a iniciativa não tem liberdade, oportunidade ou estabilidade para se afirmar, o desenvolvimento é impossível. A África Subsaariana é o

caso mais vasto e dramático desta situação. Esta ideia é partilhada por Stern (2002), segundo o qual, há dois pilares que formam a base da estratégia de desenvolvimento e são nomeadamente, a construção de um clima que facilite o investimento e o crescimento e dotar os pobres do poder de participar nesse crescimento. De acordo com este autor, a ideia chave de desenvolvimento é a melhoria da capacidade dos indivíduos em dar forma às próprias vidas através de oportunidades para obtenção de cuidados de saúde e de educação, redução e mitigação do risco e através da participação nas decisões-chaves que lhes afectam.

Romer (1993) é outro autor que realça a importância da iniciativa referindo que as ideias devem ser a nossa preocupação central, pois estas são bens económicos extremamente importantes, muito mais do que objectos enfatizados em muitos modelos económicos. Segundo este autor, num mundo com limitações físicas, é a descoberta de grandes ideias, juntamente com a descoberta de milhões de pequenas ideias, que faz possível o crescimento económico persistente. Ideias são instruções que permitem combinar os limitados recursos físicos em meios muito mais valiosos.

Ainda de acordo com Neves (2001), o processo de desenvolvimento é por natureza solidário. Se um país se desenvolve, os seus vizinhos ganham com isso. É por esta razão que se verifica que a diplomacia internacional passou desde a Revolução Industrial a integrar preocupações de cooperação económica e ajuda ao desenvolvimento. O progresso de todo o mundo é benéfico para todos. Mas, o bem-estar não se mede só em dólares, mas sim em saúde, educação, cultura, alimentação, entre outros indicadores sociais de desenvolvimento.

Também Murteira (1990), partilha desta opinião, definindo o desenvolvimento como um processo de mudança social que decorre de factores económicos de mudança e que também se associa ao desenvolvimento do próprio sistema capitalista mundial. Segundo o mesmo Murteira (2002), a teoria de desenvolvimento não pode ser apenas “económica” em sentido restrito. Deste modo, o termo desenvolvimento pode ser utilizado num sentido normativo (o que deve ser) ou positivo (o que é). No primeiro sentido, uma sociedade e uma economia desenvolvem-se quando se aproximam de certo óptimo, quando progredem em certa direcção considerada desejável. Assim, por exemplo, Portugal desenvolve-se à medida que se aproxima de padrões europeus de consumo, educação, investigação científica e tecnologia, etc.

No plano positivo, desenvolvimento é um processo histórico de mudança social global nos sistemas produtivos, nas relações sociais, nos padrões de consumo, nos valores e expectativas dos indivíduos, etc., que além do mais, se manifesta num crescimento económico secular que se acelera desde o século XVIII e da chamada Revolução Industrial inglesa. Este processo histórico é, no final de contas, o processo de desenvolvimento do capitalismo à escala mundial implicando relações desiguais e combinadas entre povos e nações.

Segundo Meier e Stiglitz (2001), o desenvolvimento económico é hoje visto não tanto como a realização de negócios mas sobretudo como educação no sentido amplo que cobre

conhecimento, instituições e cultura. Segundo Stiglitz e Hoff (2001), o desenvolvimento não é mais visto primeiramente como o processo de acumulação de capital, mas sim como um processo de mudança organizacional.

Outros autores ainda, como Harrison (2000) e Bowles (2006) enfatizam aspectos essencialmente culturais e de comportamento ao definirem factores que impedem o almejado desenvolvimento. Para estes, o desenvolvimento é um fenómeno influenciado pelas atitudes dos indivíduos, pela estabilidade e pela durabilidade das instituições. É por isso necessário olhar objectivamente para os aspectos domésticos essencialmente culturais, nomeadamente, a liderança, reformas religiosas, reformas na educação, comunicação, práticas de gestão e relacionamento com as crianças. Segundo estes autores, entre as fontes de pobreza das nações, cujo combate é pré-condição no processo de desenvolvimento, têm papel primário as instituições políticas e sociais que integram desde aspectos de corrupção até aos aparentemente benignos costumes sociais.

Estes são apenas alguns exemplos de ideias que permitem estabelecer algumas balizas do que possa ser desenvolvimento ou desenvolvimento económico, como alguns preferem chamar.

Como se pode depreender, o crescimento económico é inegavelmente condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento. Para o crescimento económico, traduzido no aumento da renda real per capita, gerar o desenvolvimento é necessário que o número de pessoas vivendo no limiar da pobreza se vá reduzindo ao longo do tempo. Por isso, a redução da pobreza absoluta é uma pré-condição para que o processo de desenvolvimento se inicie.

Assim, adoptando as ideias partilhadas pelos autores aqui citados, pode-se concluir que o desenvolvimento é um **fenómeno** global que afecta e impõe mudanças na sociedade, na cultura, nas instituições, nos hábitos, enfim, na vida em todas as suas dimensões. É um **processo**, pois envolve etapas que não sendo iguais para todas as sociedades, no decurso dessas etapas deve sentir-se a melhoria do bem estar das populações através do acesso não só a uma maior **quantidade** de bens, mas também a uma melhor **qualidade** de vida traduzida pelo acesso a educação, saúde, saneamento, entre outros indicadores sociais de desenvolvimento. Isto pressupõe oportunidades para todos em relação à instrução, à educação, à saúde e ao trabalho. Só as pessoas instruídas e saudáveis podem gerar ideias, escolher entre as diferentes opções disponíveis e produzir conhecimento que por sua vez permite criar mais bens e serviços acessíveis a uma cada vez maior quantidade de pessoas. O conhecimento permite a criação de instituições mais funcionais e eficientes o que tem um efeito multiplicador na geração de rendimento, através da redução dos custos de transação.

É este o entendimento que se tem no presente trabalho, no qual os termos desenvolvimento e desenvolvimento económico são utilizados indiferentemente, pois na verdade, todo o processo de mudança global e social tem por detrás, em grande medida, causas ou motivações económicas, que se consubstanciam na busca de cada vez maior quantidade de bens e serviços de qualidade globalmente reconhecida.

2.2. O que é Assistência ao Desenvolvimento, quem a concede e quem a recebe?

Sendo a assistência ao desenvolvimento o tema no contexto do qual a presente investigação se realiza, convém delimitar as ideias que se devem ter em mente quando aqui se refere o termo assistência ao desenvolvimento. Para tanto, vejamos a seguir algumas discussões à volta deste assunto.

Como referem Robert Cassen e Associados (1988, p.2, 3), a ideia fundamental de ajuda é a transferência de recursos numa base concessional, isto é, mais generosa ou suave do que os empréstimos no mercado internacional de capitais. Em muitos relatórios o termo “ajuda” é utilizado no sentido restrito de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), em Inglês, “Official Development Assistance” (ODA). Esta definição de ajuda exclui alguns fluxos concessionais, nomeadamente, os das agências oficiais voluntárias privadas. Exclui também os fluxos oficiais de pequena ou nenhuma concessionalidade, mas, inclui ajuda alimentar e cooperação técnica.

De acordo com estes autores, a ajuda qualifica-se com base em três critérios a saber: deve provir de uma agência oficial; deve no essencial ter em vista a promoção do desenvolvimento económico e bem estar e; deve ter um “grant element” de pelo menos 25 por cento⁸.

Para estes autores, a ajuda que importa é a que se refere a assistência ao desenvolvimento de longo prazo e não a ajuda de emergência ou de alívio com carácter pontual (p.3).

De acordo com Cassen e Associados (1998, p.3), os fornecedores da assistência são maioritariamente os governos dos países industrializados, mas os membros da Organização dos Produtores e Exportadores de petróleo (OPEC) e outros países em desenvolvimento também a concedem. Muitos dos governos dão a sua assistência quer directamente na base bilateral, quer indirectamente numa base multilateral ou outros canais.

Um dos principais canais da ajuda multilateral é a Associação para o Desenvolvimento Internacional (ADI) ou em Inglês, “International Development Association” (IDA) que é a janela dos empréstimos concessionais do Banco Mundial. Os outros principais canais de assistência são os bancos e instituições regionais como o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), a Comissão da Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD) a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), entre outros, bem como as agências especializadas das Nações Unidas (NU).

Os receptores da Ajuda são naturalmente os países em desenvolvimento que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) divide-os para efeitos de

⁸ O “grant element” mede o grau de concessionalidade da assistência, comparada com as condições de mercado que normalmente incluem uma taxa de juros de 10 por cento. Assim, um donativo tem um “grant element” de 100 por cento, enquanto que um empréstimo a uma taxa de juro de 10 por cento tem um “grant element” de zero. O “grant element” é também afectado pela maturidade do empréstimo, isto é, o número de anos durante os quais deve ser amortizado.

estatística em três grupos com base no rendimento per capita do ano de 1980, designadamente:

- Baixo rendimento (abaixo de 600 dólares);
- Médio-Baixo rendimento (entre 600 dólares e 1.200 dólares) e;
- Médio-Alto rendimento (acima de 1.200,00 dólares)

O grupo de baixo rendimento inclui o subgrupo definido pelas NU como países menos desenvolvidos (PMD) ou em Inglês, “least developed countries” (LDCs), classificados na base de rendimento, educação e dimensão da manufatura da produção nacional.

O Banco Mundial no seu relatório intitulado “World development report 2006” de 2005 classifica as economias com base no rendimento interno bruto per capita de 2004, obtendo os seguintes grupos de países:

- Baixo rendimento- *low income economies (LIC)*, 825 dólares ou menos;
- Médio-Baixo rendimento- *lower middle income economies (LMC)*, 826 dólares a 3.255 dólares;
- Médio-Alto rendimento- *upper middle income economies (UMC)*, 3.256 dólares a 10.065 dólares e;
- Alto rendimento- *high income economies*, 10.066 dólares ou mais.

De acordo com o Banco Mundial (2005, p.283), no seu relatório sobre indicadores de desenvolvimento da África, AOD consiste de fluxos financeiros concessionais que visam promover o desenvolvimento económico e o bem-estar.

Partindo dos conceitos apresentados por Cassen e Associados e pelo Banco Mundial aqui expressos, ajuda ou assistência ao desenvolvimento que interessa perceber para o presente trabalho são os fluxos financeiros provenientes de instituições vocacionadas para a promoção do desenvolvimento⁹ e concedidos em condições concessionais se comparadas com as do mercado de capitais.

Outrossim, os termos assistência ao desenvolvimento e ajuda ao desenvolvimento são aqui utilizados como sinónimos e referem-se a assistência de longo prazo (e não accidental ou de emergência), essencialmente financeira. Todavia, outras formas de ajuda de longo prazo são referenciadas, sobretudo a assistência técnica por muitas vezes estar associada aos mecanismos de financiamento da principal instituição financeira internacional, o Banco Mundial, cuja contribuição para o financiamento ao desenvolvimento, através de projectos de investimento em Moçambique, constitui o principal tema do presente texto.

⁹ São os casos do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD) entre outras instituições, que disponibilizam recursos financeiros em condições significativamente concessionais, para a consecução de actividades com impacto a médio e longo prazos.

Note-se que a assistência ao desenvolvimento não tem necessariamente de ser donativo, mas deve consistir em condições financeiras com um considerável grau de concessionalidade, conforme acima explicado.

Com efeito, como veremos mais adiante, grande parte dos fluxos canalizados pelo Banco Mundial ao país são concedidos em condições muito generosas através do seu braço concessional, o IDA, no âmbito da sua missão de redução dos níveis de pobreza que é um dos aspectos principais nos processos de desenvolvimento.

Esquemáticamente, o que aqui se refere pode ser resumido conforme o quadro 1

Quadro 1: Ajuda ao Desenvolvimento

Crítérios de Classificação	Quem Concede	Quem Recebe
<ul style="list-style-type: none"> • Ser originária de agência oficial • Ter em vista a promoção do desenvolvimento económico e bem estar • Ter um grau de concessionalidade elevado (<i>grant element</i> de pelo menos 25%) 	<ul style="list-style-type: none"> • Governos de países industrializados • Banco Mundial - IDA • Comissão da Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE • Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC) • Bancos Regionais (BERD, BAD, BisD, etc) • Agências Especializadas das Nações Unidas (PNUD, FAO, UNICEF, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> • Países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos, com: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Baixo rendimento (abaixo de 600 dólares); ➤ Médio-Baixo rendimento(entre 600 e 1200 dólares); ➤ Médio-Alto rendimento (acima de 1200 dólares)

Fonte: Elaboração própria

Como foi referido, a ajuda é essencialmente canalizada para os países em desenvolvimento, uma vez que estes não têm condições de atrair capitais para o investimento privado e nem têm capacidade de endividamento no mercado de capitais. Todavia, sendo a missão principal das instituições financeiras internacionais a de promover o desenvolvimento, mesmo as economias de médio-alto rendimento e até de alto rendimento, como os países da OCDE, podem beneficiar dos recursos financeiros para projectos de médio e longo prazos, visando sustentar o desenvolvimento, em condições melhores que as do mercado de capitais. O principal critério de elegibilidade a um ou outro grau de concessionalidade na tomada de recursos pelos países beneficiários é o nível de rendimento que é a medida base do nível de desenvolvimento.

Assim, no caso do Banco Mundial, as economias consideradas de baixo rendimento beneficiam da mais concessional assistência ao desenvolvimento composta por donativos ou empréstimos do IDA com um *grant element* de pelo menos 25 por cento visando

sobretudo reduzir os níveis de pobreza. As economias de médio rendimento recebem empréstimos do IBRD que servem para promover o desenvolvimento sustentável.

3. A ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO

3.1. Os Mecanismos de Financiamento ao Desenvolvimento

Embora na actualidade o financiamento ao desenvolvimento se identifique mais com os PMD por ser neste grupo de países onde os recursos financeiros mais escasseiam, a assistência financeira ou de outra espécie não é apenas um fenómeno dos nossos dias. Já no final da primeira metade do século XX, quando os países da Europa, depauperados e endividados em consequência da segunda guerra mundial, necessitaram do apoio dos Estados Unidos da América (EUA), um mecanismo de assistência foi por este implantado.

O mecanismo de assistência dos EUA à Europa no pós guerra conhecido por Plano Marshall contribuiu para entre outras coisas, ajudar a Europa na reconstrução do continente no pós guerra e impulsionar a cooperação intra-europeia¹⁰.

Efectivamente, nos dias que correm, os mecanismos de assistência ao desenvolvimento são o verdadeiro veículo de cooperação internacional em que países ou economias deficitárias em capital recebem a ajuda institucional na base de acordos ou convénios de cooperação. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são as principais instituições vocacionadas para ajudar os países membros a reconstruir e fomentar as suas economias através do investimento de capital, essencialmente sob a forma de recursos financeiros.

Antes de analisar os mecanismos de financiamento do BM, a maior e a mais antiga instituição financeira internacional, serão aqui passados muito resumidamente alguns dos outros importantes mecanismos de assistência ao desenvolvimento, os quais vêm sendo aperfeiçoados ao longo do tempo:

i) Nações Unidas (Decénios de Desenvolvimento)

Este mecanismo utilizado em três períodos, nomeadamente, de 1961 a 1970, 1971 a 1980, e 1980 a 1990, teve como objectivos a realização de acções mundiais e integradas em prol de desenvolvimento, incluindo planos com metas de crescimento económico e de eliminação de obstáculos ao progresso social (desemprego, doença, desigualdades de rendimentos, insuficiência de meios de ensino, carências de habitação, etc.). Este mecanismo, suporta-se na ideia de que os países desenvolvidos teriam de contribuir para o desenvolvimento dos menos avançados com 0,7 por cento do seu produto nacional bruto (PNB) e a ideia da Nova Ordem Económica Internacional (NOEI) reclamada pelos países pobres das NU com o objectivo de transformar as relações entre as nações ricas e pobres numa associação que resulte mutuamente benéfica (Tamames e Huerta, 2001, p.135).

¹⁰ Os EUA impunha que os países da Europa se organizassem e identificassem em conjunto as necessidades de apoio.

ii) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O PNUD é a via mais importante de cooperação multilateral de carácter técnico na fase de pré-investimento. Este programa trabalha praticamente em todos os sectores económicos e sociais, mais especialmente nas áreas agrícola e pecuária, silvicultura, mineira, de energia, de transportes, das comunicações, da habitação, do turismo, de saúde, da educação, do desenvolvimento comunitário, do meio ambiente e do planeamento. O PNUD é financiado pelas contribuições voluntárias dos membros das NU e das suas agências especializadas (Tamames e Huerta, 2001, p.136).

iii) Bancos e Instituições Regionais e Sub-regionais de Desenvolvimento

São integrados pelos países da mesma área geográfica, ainda que nalguns casos haja associados de outras zonas, geralmente dos países industrializados. Os seus recursos, à parte do capital proveniente dos Estados membros, obtém-se à base da emissão de obrigações que são colocadas nos mercados internacionais. Os Bancos de Desenvolvimento regionais mais conhecidos são: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); o Banco Asiático de Desenvolvimento (BasD); o Banco Africano de Desenvolvimento (BafD); o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico para África (BADEA) e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BisD).

Segundo Tamames e Huerta (2001), o BID nasceu em 1961, o BafD em 1964, o BasD em 1967 e o BADEA em 1968. Estas instituições actuam concedendo empréstimos à taxa de juro de mercado. Todavia, os empréstimos que outorgam aos PMD de cada zona gozam de uma série de vantagens quanto ao prazo e taxas de juro.

De entre os Bancos de Desenvolvimento, adquiriram especial relevância o BID e o BafD. No caso do BafD, as suas funções foram substancialmente reforçadas com o programa Especial das Nações Unidas para os países da África Subsaariana (p.136).

Há que assinalar, além disso, as instituições multilaterais de financiamento ao desenvolvimento a nível sub-regional, como o Banco Centro Americano de Integração Económica, a Cooperação Andina de Fomento, o Banco de Desenvolvimento das Caraíbas, o Banco Africano Ocidental de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento dos Estados da África Central, o Fundo de Cooperação da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Para além destes, existem o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e o Banco Europeu de Investimento (BEI). O FED é o principal instrumento de cooperação financeira e técnica entre a União Europeia e os países e territórios que lhe estão associados. Os seus donativos e empréstimos em condições especiais são completados por empréstimos atribuídos pelo BEI. Em ambos os casos, trata-se de ajudas e créditos às antigas colónias, a fim de facilitar o desenvolvimento de infra-estruturas técnicas, sanitárias, educativas, etc. Todavia, o montante das duas origens mal passa de simbólico por comparação com as ingentes necessidades dos países receptores que são os ACP- África, Caraíbas e Pacífico (Tamames e Huerta, 2001, p.136).

Finalmente, uma outra instituição regional de relevo é o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), criado em 1991 como resposta às necessidades de financiamento dos países do Centro e do Leste da Europa no início do seu processo democratizador. Os objectivos gerais do BERD, que tem a sua sede em Londres, são a assessoria e a concessão de empréstimos, participações de capital e garantias às empresas ou organismos que o solicitam e cujo fim seja: a) incentivar a transição para a democracia e a economia de mercado livre e b) promover a iniciativa privada e empresarial nos países da Europa Central e do Leste. Este banco só concede financiamento de acordo com os critérios comerciais e de solidez bancária e de investimento (Tamames e Huerta, 2001, p.137).

iv) Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, Ajuda dos Países Petrolíferos (OPEP e OPAEP)

A CAD foi criada em 1960 no âmbito da OCDE. São membros desta comissão a Alemanha, a Austrália, a Áustria, a Bélgica, o Canadá, a Dinamarca, os Estados Unidos da América, a França, a Holanda, a Itália, o Japão, a Noruega, a Nova Zelândia, a Suécia, a Suíça, o Reino Unido, a Irlanda, a Espanha e a União Europeia (UE). O CAD é um centro de coordenação dentro da OCDE, em que os respectivos membros examinam e coordenam de forma periódica, os programas de ajuda aos países em desenvolvimento a nível bilateral ou multilateral. A assistência concedida pelos membros da CAD denomina-se Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). A Noruega, Suécia e países baixos tem vindo a destacar-se na contribuição para AOD (Tamames e Huerta, 2001, p.136).

A organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) vem concedendo ajudas semelhantes às da AOD.

v) Outros Tipos de Assistência

Nos outros mecanismos de assistência são de alguma importância internacional os seguintes:

- Agency for International Development (AID), um organismo do Governo dos EUA que na forma de empréstimos ou doações financia toda a espécie de projectos em PMD;
- A Lei Pública 480 (PL 480), que é o sistema de venda de excedentes agrícolas norte americanos a preços baixos e com forma de pagamento a prazo e em moeda nacional;
- Os créditos da Export-Import Bank (Eximbank) outorgados por esta agência federal dos EUA com vista a fomentar as exportações norte-americanas, fundamentalmente de bens de equipamento.

3.2. Os Mecanismos de Assistência do Banco Mundial

Nicholas (2002) refere que o papel das instituições financeiras internacionais é o de promover o investimento e superar a pobreza. É por isso que o objectivo do BM é superar a pobreza nos países seus clientes através de empréstimos programáticos destinados a apoiar mudanças nas economias como um todo ou nos maiores sectores. Assim, a abordagem do BM deve ser a assistência aos países com vista a melhorar o ambiente para o investimento privado através da promoção de boas políticas macroeconómicas, boa governação e instituições fortalecidas e construção de infra-estruturas necessárias a prática de actividades económicas, ao mesmo tempo que o Banco participa directamente nessas actividades pelo desenvolvimento de projectos que empurram as suas fronteiras.

Meier e Stiglitz (2001) partilham das ideias de Nicholas e acrescentam que mais do que nunca, a prioridade central do BM é ajudar a implementar estratégias melhoradas para o desenvolvimento económico. Estas estratégias devem contar como nunca antes, na transferência e transformação do conhecimento consistente com a expectativa sobre a assistência ao desenvolvimento. É essa a missão que o BM vem cumprindo, procurando ao longo do tempo ajustar a sua actuação, como resultado destas e outras ideias geradas dentro e fora da instituição.

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou dito em Inglês, The International Bank For Reconstruction and Development (IBRD), geralmente conhecido pelo nome de Banco Mundial (BM), foi criado pelo convénio de 22 de Julho de 1944 na Conferência de Bretton Woods, com o objectivo da “ajuda” à reconstrução e fomento dos territórios dos países membros, facilitando o investimento de capital. O capital inicial autorizado foi de 10.000 milhões de Dólares que foram aumentados para 21.000 milhões em 1960 e para 22.000 em 1970. Em 30 de Junho de 1993 o seu capital era de 184.147 milhões de Dólares, subscrito por 160 Estados membros. No convénio fundador, do capital subscrito por cada membro, 2 por cento deviam ser desembolsados em ouro ou em Dólares e o resto, até 20 por cento, em moeda do próprio país subscritor. Os restantes 80 por cento ficavam como fundo de garantia para respaldar as obrigações emitidas pelo Banco nos mercados de capitais, emissões que são a sua principal fonte de recursos (Tamames e Huerta, 2001, p.128). Em Junho de 2004, o capital subscrito do IBRD era de 189.718 milhões de Dólares correspondente a 1.572.661 acções (The World Bank Annual Report 2004, p. 45)

A Sede do Banco Mundial (BM) está em Washington, DC, donde é dirigido por uma junta de Governadores (um por cada país membro), um Conselho de Directores Executivos e um presidente.

Segundo Tamames e Huerta (2001, p.128), os empréstimos pelo BM tinham duas finalidades básicas: reconstrução dos países afectados pela Segunda Guerra Mundial e ajuda ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. O primeiro destes objectivos comportou uma série de empréstimos nos primeiros anos de vida do Banco (1945-1947) a países como a França, a Dinamarca, a Holanda e o Luxemburgo. Todavia, rapidamente se compreendeu que, devido à escassez de recursos, o BIRD não poderia atender às ingentes

necessidades de capital que a reconstrução das economias devastadas pela Segunda Guerra Mundial exigiam. De facto, a missão do Banco de ajuda à reconstrução pós Guerra foi ultrapassada pelo Plano Marshall. A partir de 1948, o Banco passou a centrar-se em operações de empréstimos aos países subdesenvolvidos que são outorgados com base em projectos específicos que pelas suas características especiais (montantes elevados, necessidades de baixas taxas de juro, vencimentos a muito longo prazo) não possam obter financiamento convencional. Naturalmente, tem que se contar sempre com garantias suficientes do país membro mutuário e, no caso de não ser o próprio governo o mutuário directo, a concessão de crédito deve sempre ser precedida de plena garantia governamental.

A necessidade de estudar os projectos para avaliar adequadamente a sua rentabilidade fez do BM um organismo não só de financiamento, mas também de assistência económica. Normalmente, uma vez apresentada uma operação, o Banco envia ao país em questão uma Missão de Estudo para realizar todas as investigações necessárias. Mas, além desses trabalhos de avaliação, o Banco também leva a cabo uma análise sobre o desenvolvimento global dos países membros que o solicitem.

Os créditos do BM são normalmente a longo prazo e os projectos financiados podem ser energéticos, de transportes, telecomunicações, indústrias de base, desenvolvimento industrial, melhoramentos rurais, urbanismo, etc. Os recursos utilizados pelo BM provêm de desembolsos por subscrições de capital dos seus membros, dos empréstimos que emite nos mercados financeiros, do reembolso recebido pelos empréstimos concedidos e dos seus ganhos ou lucros. Cerca de 90 por cento das suas fontes de receitas provêm dos seus empréstimos (Tamames e Huerta, 2001, p.130).

Note-se que na prossecução das suas actividades de desenvolvimento, o BM oferece empréstimos e produtos relacionados e presta garantias aos países membros devedores ajudando-lhes deste modo a melhor enfrentar os seus desafios de desenvolvimento. Além disso, o Banco fornece assistência técnica e outros serviços de assessoria para apoiar os países na redução da pobreza.

O financiamento do BIRD é geralmente de duas categorias: empréstimos para investimento e empréstimos para ajustamento. Os empréstimos para investimento são geralmente utilizados para financiar bens, trabalhos e serviços nos projectos de desenvolvimento económico e social nos variados sectores. Em contraste, os empréstimos para ajustamento geralmente destinam-se a apoiar as reformas estruturais, sociais e institucionais.

O objecto nuclear do presente estudo é a primeira destas categorias, i.e, os empréstimos para investimento nos diferentes sectores da economia, que será mais profundamente analisado no capítulo cinco deste texto.

O BIRD pratica políticas financeiras prudentes que se traduzem num nível de endividamento reduzido em relação ao seu capital. Do mesmo modo, os empréstimos só são realizados na moeda em que capta os seus recursos, mantendo uma estreita relação entre as moedas que formam o seu fundo de reserva e as dos seus empréstimos.

Todavia, correntemente, para efeitos de gestão, o BIRD monitora atentamente o capital determinado conforme definido no rácio capital sobre empréstimos¹¹. O banco usa também o *stress test*¹² como medida da capacidade de geração de rendimentos e como instrumento para avaliação da adequação do capital.

Condições gerais dos financiamentos do BM.

Segundo Tamames e Huerta (2001, p.130), as condições gerais de financiamento do BM são as seguintes:

- Os empréstimos podem ser, específicos, sectoriais, através de instituições financeiras, de assistência técnica e de assistência para emergências;
- O Banco empresta a uma taxa de juro variável que é determinada pelo custo dos créditos que capta e fixada semestralmente meio ponto acima do custo de obtenção dos recursos nos mercados internacionais;
- O prazo de amortização oscila entre doze a quinze anos, incluindo um período de graça de três a cinco anos;
- Os empréstimos são feitos somente a governos ou a instituições que possam obter garantias governamentais;
- Em regra, o Banco costuma financiar cerca de 40 por cento do montante global do custo do projecto que representa a parte que deve ser obtida em divisas, sendo o remanescente financiado pelos países mutuários e outros organismos multilaterais e pelos bancos comerciais;
- Os sectores a que se dirige o financiamento do BM são muito variados, indo desde a agricultura tradicional até aos grandes projectos de infra-estruturas, como a construção de portos, estradas, sistemas de adução de águas, centrais eléctricas, educação, saneamento, desenvolvimento urbano e rural, povoamento, indústrias e telecomunicações;
- Ainda que a responsabilidade da escolha das empresas contratantes seja do mutuário, este deve submeter-se a uma série de regras fixadas no momento da negociação e assinatura do empréstimo, sendo que na maioria dos casos recorre-se a concurso público internacional, já que esta fórmula permite atingir melhor os objectivos fixados pelo Banco.

¹¹ O rácio capital sobre empréstimos é uma síntese estatística que o BIRD usa como medida de adequação da sua capacidade de tomada de risco, sendo que em 2003 e 2004 este rácio foi de 26,36% e 29,07%, respectivamente, o que mostra um bom nível de cobertura de risco.

¹² O *stress test* é uma simulação de situações de perdas não esperadas mas possíveis, causadas por oscilações nos principais riscos inerentes a actividade bancária (risco de crédito, risco de mercado e risco operacional).

Porém, actualmente, o Banco procura oferecer um misto de produtos destinados a proporcionar aos seus clientes flexibilidade na selecção dos termos e condições de financiamento mais compatíveis com as suas estratégias de gestão da dívida e adequadas às suas capacidades de cumprir com o serviço da dívida (World Bank Annual Report, pag. 10).

Os Organismos que fazem parte do Grupo Banco Mundial

Conforme acima mencionado, actualmente o Banco Mundial, que é uma instituição de desenvolvimento, tem a sua missão mais virada para o combate à pobreza e elevação dos padrões de vida das pessoas no mundo em desenvolvimento. Nesse contexto providencia empréstimos, assessoria no desenho de políticas, assistência técnica e serviços de partilha de conhecimentos.

A expressão “Banco Mundial” compreende tanto o Banco para Reconstrução e Desenvolvimento e a sua afiliada, a International Development Association (IDA), que é detida pelos países membros que cuidam do poder de tomada de decisão.

O Grupo Banco Mundial inclui as seguintes instituições:

- a) O BIRD ou IBRD – *The International Bank for Reconstruction and Development*, conforme já exaustivamente referido no início do presente capítulo, é a maior das instituições afiliadas. Trata-se de uma cooperativa financeira detida pelos governos de 184 países que subscreveram o seu capital e tem como objectivo a redução da pobreza nos países pobres e de médio rendimento com capacidade de endividamento, promovendo o desenvolvimento sustentável, através de empréstimos, garantias, serviços de gestão de risco e de consultoria. O rendimento que o IBRD vem gerando ao longo dos anos permite que esta instituição possa financiar as suas actividades de desenvolvimento e assegurar a sua robustez financeira o que a habilita a endividar-se no mercado de capitais a baixo custo e oferecer aos seus clientes boas condições de financiamento. O Conselho do IBRD é composto de 24 membros sendo cinco (5) nomeados e 19 eleitos Directores Executivos. O montante cumulativo de empréstimos é em 2005, de USD 407.4 biliões sendo de 13.6 biliões o montante destinado a financiar 118 novas operações em 37 países durante o ano fiscal de 2005 (World Bank Annual Report 2005, pag.8).
- b) A Associação Internacional de Fomento (AIF) ou em Inglês, *The International Development Association (IDA)*, tem a faculdade de facilitar recursos em condições mais flexíveis e menos gravosas do que as habituais, a fim de contribuir para os objectivos de expansão do Banco Mundial e é o braço do Banco na sua missão de redução da pobreza. Estabelecida em 1960 com 165 membros a sua assistência concentra-se nos países muito pobres, particularmente nos que em 1981 tinham um rendimento per capita inferior a 681 Dólares. Os fundos que o IDA disponibiliza, denominados créditos, para

se distinguem dos empréstimos do Banco, provêm na sua maioria de parte das subscrições e das reposições gerais de recursos que os seus países membros mais industrializados e desenvolvidos realizam, de contribuições especiais dos seus membros mais ricos e de transferências de parte das receitas líquidas do Banco Mundial. As condições dos créditos do IDA, que só são concedidos a governos, compreendem períodos de graça de dez anos, prazos de vencimento de cinquenta anos e nenhum encargo com juros, ainda que seja cobrado um encargo de serviços de 0,75 por cento ao ano sobre a parte desembolsada de cada crédito (Tamames e Huerta 2001, p. 133). Actualmente, as contribuições do IDA são de cerca de oito (8) a nove (9) biliões por ano em condições altamente concessionais para 81 países mais pobres do mundo. Os créditos e os donativos do IDA são vitais pois estes países têm pequena senão nenhuma capacidade de endividamento em condições de mercado. Em muitos destes países, a grande maioria das pessoas vive com menos de dois (2) Dólares por dia. Os recursos do IDA ajudam nas estratégias de redução da pobreza nas áreas chaves, incluindo o aumento da produtividade, transparência e boa governação, construção de um clima saudável para o investimento privado e melhoramento do acesso a educação e cuidados de saúde para pessoas pobres. O montante cumulativo concedido pelo IDA até 2005 é de 161 biliões e para o ano fiscal de 2005 é de 8.7 biliões de Dólares o montante destinado a 160 novas operações em 66 países (The World Bank Annual Report 2005, pag. 8).

- c) A Corporação Financeira Internacional (CFI), ou dito em Inglês, *The International Finance Corporation* (IFC) tem a sua origem numa proposta feita pelo presidente dos EUA. Harry S. Truman, em 1950 para facilitar a ajuda aos países subdesenvolvidos. A proposta foi sendo melhorada até que se traduziu na criação da CFI em 1956. A CFI tem a faculdade de intervir em empresas privadas de países subdesenvolvidos. O investimento materializa-se através da compra pela CFI de obrigações emitidas pelas empresas a que é concedido crédito. Tais obrigações podem posteriormente ser vendidas pela Corporação, momento a partir do qual adquirem o carácter de convertíveis em acções. Além de proporcionar fundos e ajudar a obter capital para empréstimos e para capital social, a Corporação realiza esforços para infundir confiança nos investidores e promover as oportunidades de investimento no mundo em desenvolvimento. Utiliza os seus próprios recursos para ajudar os investidores a reunir o financiamento, a tecnologia e a administração de que necessitam para criar empresas produtivas. Para diminuir os custos administrativos da actividade financeira da CFI, exige-se um mínimo de 500.000 Dólares de investimento, para o que a CFI tem que contribuir com pelo menos, 100.000 Dólares (Tamames e Huerta 2001, pag. 132). Portanto, o IFC, promove o desenvolvimento económico através do sector privado. Trabalhando com parceiros de negócio, o IFC investe em empresas privadas, concedendo financiamento em mercados tidos como de alto risco pelos investidores comerciais, o que aumenta o valor dos projectos financiados através da boa governação, ambiente e competência social. Actualmente, o IFC tem 178 membros e a sua carteira de investimentos

ascende a 24.6 biliões. Para o ano fiscal de 2005 os compromissos de investimento do IFC são de 5.4 biliões para 236 projectos em 67 países (The World Bank Annual Report 2005, pag. 9).

- d) O Organismo Mundial de Garantia de Investimentos ou em Inglês, *The Multilateral Investment Guarantee Agency* (MIGA) foi estabelecido em 1988. Trata-se de uma instituição de fomento que aspira a potenciar o fluxo de investimento à escala internacional, especialmente dos países industrializados do Norte para os menos desenvolvidos do Sul, garantindo os investidores em relação aos riscos políticos e outros não comerciais, como os riscos de não convertibilidade de moeda, expropriação, guerra e distúrbios civis. O MIGA proporciona também serviço de assessoria para ajudar os países a atrair e reter investimento estrangeiro (condutor chave do crescimento económico), medeia as disputas em investimento para mantê-lo intacto, remove possíveis obstáculos para futuros investimentos e dissemina informação sobre oportunidades de investimento para a comunidade internacional de negócios. O MIGA tem actualmente 165 membros e até ao ano de 2005 emitiu garantias num montante acumulado de 14.7 biliões de Dólares. No ano fiscal de 2005, o montante de garantias emitido é de 1.2 Dólares (World Bank Annual Report 2005, pag. 10).

- e) *The International Center for Settlement of Investment Disputes* (ICSID) foi estabelecido em 1966 para ajudar a encorajar o investimento estrangeiro proporcionando mecanismos para reconciliação e arbitragem de disputas em investimento e ajudando a fomentar a confiança mútua entre estados e investidores estrangeiros. O ICSID tem também actividades de pesquisa e publicação nas áreas da lei de arbitragem e lei de investimento. Actualmente, esta instituição conta com 142 membros e registou até ao ano de 2005, 184 casos de disputas sendo que no mesmo ano fiscal o total de casos registados é de 25 (World Bank Annual Report 2005, pag. 10).

Conforme aqui exposto, o mecanismo de assistência ao desenvolvimento do BM é incontestavelmente o mais importante e o melhor estruturado. A sua longa existência como instituição de desenvolvimento e a sua actuação a escala mundial fazem deste Banco, a mais experiente e organizada agência de desenvolvimento. Apesar das críticas de que o Banco Mundial tem vindo a ser alvo, que de certo modo até contribuem para o melhoramento e aperfeiçoamento da sua actuação, o Grupo Banco Mundial vem mostrando ao longo dos tempos uma preocupação em melhorar as condições de vida dos cidadãos dos países ou territórios seus membros e clientes, através da sua visão sobre o desenvolvimento. Neste sentido, o Banco tem vindo a intensificar o seu apoio na agenda sobre o desenvolvimento através do que considera os seus pilares gémeos de estratégia de redução da pobreza nomeadamente, a promoção de um clima favorável para investimento e a capacitação de pessoas pobres habilitando-as a participar no processo de desenvolvimento.

Entre outras medidas e num esforço de uma actuação cada vez melhor, o Banco vem procurando simplificar e modernizar os processos e os seus instrumentos de intervenção. Por exemplo, o financiamento para ajustamentos estruturais é actualmente designado

financiamento para política de desenvolvimento ou *development policy lending*, para enfatizar e reflectir a apropriação dos países beneficiários dos esforços dos respectivos governos na satisfação das suas necessidades. A nível das acções de assistência ao desenvolvimento, durante o ano fiscal de 2005, o Banco ajudou a organizar o Fórum de Alto Nível de Paris sobre a eficácia da ajuda onde 90 doadores e 27 instituições de ajuda, entre outros participantes adoptaram a Declaração que compromete as partes em melhorar e harmonizar as acções visando uma mais efectiva ajuda.

Abaixo apresenta-se alguns dados demonstrativos da presença do Banco Mundial nas acções de desenvolvimento através da sua actividade de financiamento, por temas e por sectores da economia.

Quadro 2: FINANCIAMENTO DO BANCO MUNDIAL POR TEMA E POR SECTOR - Em milhões de Dólares

TEMA	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Gestão Económica	799,6	895,3	1.408,0	777,8	428,6	594,6	
Gestão Ambiental e de Recursos Naturais	1.829,4	1.354,6	924,0	1.102,5	1.304,6	2.493,8	
Desenvolvimento dos Sectores Privado e Financeiro	3.368,4	3.940,9	5.055,4	2.882,9	4.176,6	3.862,0	
Desenvolvimento Humano	1.190,2	1.134,7	1.756,2	3.374,0	3.079,5	2.951,0	
Governança do Sector Público	2.142,5	2.053,7	4.247,2	2.464,1	3.373,9	2.636,4	
Regulamentação da Lei	373,6	410,0	273,2	530,9	503,4	303,8	
Desenvolvimento Rural	1.413,7	1.822,3	1.600,0	1.910,9	1.507,8	2.802,2	
Desenvolvimento Social, Género e Inclusão	800,8	1.469,7	1.385,7	1.003,1	1.557,8	1.285,8	
Protecção Social e Gestão de Risco	1.895,0	1.651,0	1.086,4	2.324,5	1.577,0	2.437,5	
Comércio e Integração	426,4	1.059,9	300,9	566,3	1.212,7	1.079,9	
Desenvolvimento Urbano	1.036,6	1.458,6	1.482,4	1.576,3	1.358,0	1.860,0	
Total	15.276,2	17.250,7	19.519,4	18.513,3	20.079,9	22.307,0	
SECTOR							
Agricultura, Pesca e Floresta	837,5	695,5	1.247,9	1.213,2	1.386,1	1.933,6	
Educação	728,1	1.094,7	1.384,6	2.348,7	1.684,5	1.951,1	
Energia e Minas	1.572,4	1.530,7	1.974,6	1.088,4	966,5	1.822,7	
Finanças	1.571,6	2.246,3	2.710,8	1.446,3	1.808,9	1.675,1	
Saúde e Outros Serviços sociais	1.491,7	2.521,2	2.366,1	3.442,6	2.997,1	2.216,4	
Indústria e Comércio	1.036,7	718,3	1.394,5	796,7	797,9	1.629,5	
Informação e Comunicação	273,8	216,9	153,2	115,3	90,9	190,9	
Lei e Justiça e Administração Pública	4.534,6	3.850,2	5.351,2	3.956,5	4.978,6	5.569,3	
Transporte	1.717,2	3.105,2	2.390,5	2.727,3	3.777,8	3.138,2	
Água, Sanidade e Protecção contra Inundações	1.512,6	1.271,7	546,0	1.378,3	1.591,6	2.180,2	
Total	15.276,2	17.250,7	19.519,4	18.513,3	20.079,9	22.307,0	
Do qual							
	IBRD	10.918,6	10.487,0	11.451,8	11.230,7	11.045,4	13.611,0
	IDA	4.357,6	6.763,7	8.067,6	7.282,6	9.034,5	8.696,0

Fonte: The World Bank Annual Report 2005

A dimensão dos valores alocados à área de Desenvolvimento dos Sectores Privado e Financeiro, por um lado e para o sector da Lei, Justiça e Administração Pública, por outro

lado, mostra-se consentânea com o que o BM vem declarando ser os pilares gémeos de estratégia de redução da pobreza, conforme já referido. De facto, um sector financeiro funcional, sólido e eficiente é um condutor de desenvolvimento, pois contribui para a atracção e mobilização de fluxos financeiros para o investimento privado, o que a longo prazo tem um efeito multiplicador através da acumulação do capital nas empresas decorrente da acumulação e incorporação dos rendimentos, que por sua vez constituem matéria colectável importante para o financiamento das despesas públicas. Por outro lado, uma atenção nas questões Legais, Justiça e Administração Pública são cruciais para que as pessoas beneficiem de um serviço público condigno e se sintam livres e motivadas para empreender participando deste modo no processo de desenvolvimento.

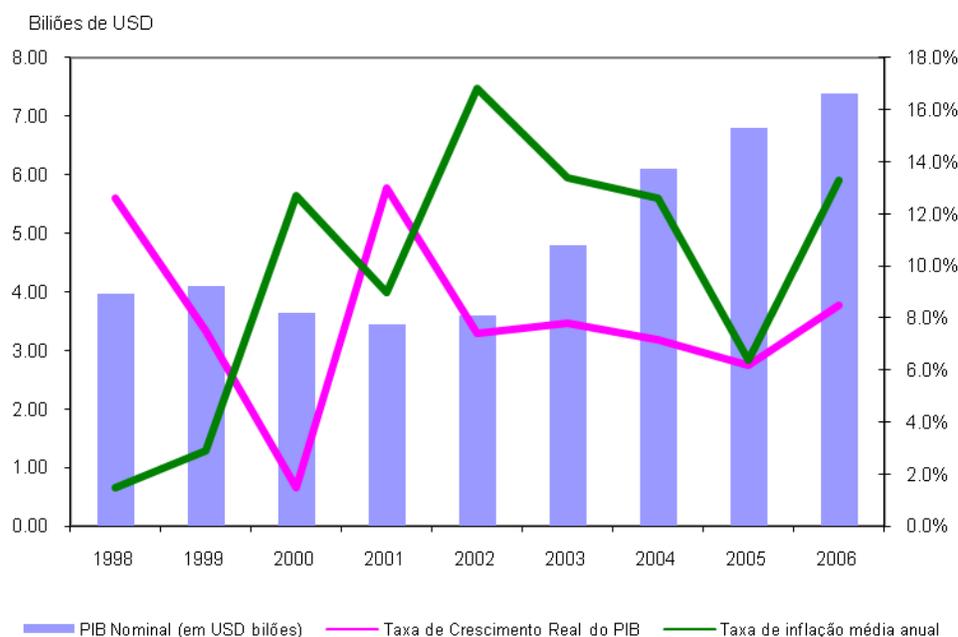
Outros sectores que requerem uma atenção acrescida por parte do BM, sobretudo nos países de rendimento baixo, como é o caso de Moçambique, são as infra-estruturas, transporte educação e saúde, que no quadro 2 aparecem com alguma importância mas em termos de alocação de recursos, esta não é ainda muito expressiva. Em Moçambique, todavia, estes sectores têm vindo a constituir as principais áreas de investimento por parte do BM, como veremos nos capítulos seguintes

4. DESENVOLVIMENTO DE MOÇAMBIQUE E A ASSISTÊNCIA DO BANCO MUNDIAL

4.1. Principais Indicadores de Desenvolvimento e de Ajuda Externa sobre Moçambique

Moçambique pertence ao conjunto dos países menos desenvolvidos (PMD) e é membro do FMI e do Banco Mundial desde 1984. Situado na África a Sul do Sahara, tinha em 2005 uma população de 19.4 milhões de habitantes com uma taxa média de crescimento anual de 2,4%, ocupando uma área de 799,4 quilómetros quadrados. A esperança de vida a nascença era de 47,1 anos em 2005. O Rendimento Interno Bruto (RIB) per capita em 2003 é de 210 dólares com uma taxa média de crescimento entre 1999 e 2003 de 4,4% enquanto que o seu Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais e absolutos é de 6.739 milhões de Dólares com uma taxa média de crescimento de 8,1% para o período de 1998 a 2005 conforme exposto no quadro 3. Em 2005, a taxa de crescimento do PIB foi de 6,2% enquanto que a inflação no fim do período foi de 6,4% (Banco de Moçambique 2006, Relatório Anual). A figura 2 abaixo mostra o crescimento do PIB e a evolução da inflação de 1998 a 2006.

Figura 2 – Crescimento do PIB e Evolução da inflação



Fonte: elaboração própria

Com o advento da paz, depois de 16 anos de guerra civil, cujo acordo foi assinado em 1992, Moçambique tornou-se num dos casos bem sucedidos de reconstrução pós-guerra e recuperação económica de África, envolvendo-se numa agenda económica, social e política ambiciosa e envidando esforços no sentido de consolidar a estabilidade macro-económica com o apoio da comunidade internacional, incluindo o Banco Mundial. Apesar disso, Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo e fortemente dependente da ajuda externa.

Como resultado, por um lado, da estabilidade política que se vive e, por outro, dos esforços do Governo com o apoio da comunidade Internacional para a recuperação económica, o país registou taxas de crescimento económico elevadas nos últimos anos, com uma média de cerca de 8% de 1998 a 2005, muito acima da média do continente. As taxas de inflação, apesar de alguns hiatos provocados essencialmente pela ocorrência de fenómenos naturais calamitosos, têm vindo a reduzir-se gradualmente, conforme ilustra a figura 2 acima. O sector externo mostra algumas melhorias com a redução do défice da conta corrente de 28,2% em 1999 para 11,5% em 2005, principalmente devido ao aumento das exportações dos mega-projectos e, com o valor presente das responsabilidades externas a registar uma tendência decrescente. A taxa de câmbio da moeda nacional, o Metical, contra o Dólar tem se mantido estável nos últimos cinco anos. O país registou também avanços significativos em relação aos indicadores chave de desenvolvimento humano e social, com a redução substancial nas taxas de mortalidade materna e infantil e um aumento na taxa líquida de matrícula, conforme quadros 3 e 4:

Quadro 3: Principais Indicadores Macroeconómicos de Moçambique

Indicador	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Crescimento do PIB (%)	12,6	7,5	1,9	13,1	8,2	7,8	7,2	6,2	8,1
PIB (USD biliões)	3,96	4,09	3,63	3,44	3,6	4,79	6,1	6,8	4,6
Crescimento populacional	2,3	2,3	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4
Inflação (%), Média Anual	1,5	2,9	12,7	9,1	16,8	13,4	12,6	6,4	9,4
PIB per capita (USD)	241	243	216	209	226	259	311	347	257
Défice da Conta corrente da BOP de excluindo donativos/PIB (%)	-18,9	-28,2	-28,7	-28,1	-24,3	-19,9	-13,9	-11,5	-21,7
Valor presente da dívida externa /exportações (%)	549	212	177	110	92	102	84	73	175
Taxa de câmbio (Mt 1000:USD)	11,9	12,7	15,7	20,7	23,7	23,8	22,6	23,4	19,3

Fonte: Moçambique - Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 2005 , INE,2005- Anuário estatístico, BM – ICR (2007) e BDM- Relatório Anual, 2006

Apesar destas melhorias, Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, situando-se no 168º lugar num total de 177 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, o mais baixo na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral no final de 2003. Para além disso, o país situa-se no 133º num total de 140 países no Índice de Desenvolvimento do Género no final daquele ano de 2003. O HIV/SIDA continua a ser a maior ameaça ao desenvolvimento em Moçambique, com a taxa de prevalência do HIV (15-49 anos de idade) a aumentar de 8,2% em 1998 para 16,2 em 2004.

Quadro 4: Indicadores Chave de Desenvolvimento

Indicadores Seleccionados	1997	2003
1. Tamanho da população (milhões)	16,1	19,4
2. População com acesso ao saneamento melhorado (%)	41,1	44,8
3. População que vive abaixo da linha da pobreza (%)	69,4	54,1
4. Esperança de vida à nascença (média de anos)	42,3	47,1
5. Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nados vivos)	219	178
6. Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados vivos)	1000	408
7. Prevalência do HIV/SIDA em adultos (15-49 anos, %)	8,2	16,2
8. Alfabetização de adultos (15 anos e mais, %)	39,5	48,0
9. Taxa de conclusão do ensino primário (%)	22,0	49,7
10. Rácio de Raparigas por rapazes no ensino primário do 1º grau	0,71	0,83
11. Coeficiente de Gini – desigualdade de rendimento	0,40	0,42

Fonte: Moçambique – Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 2005, INE- Anuário Estatístico

Nota: Os dados sobre os indicadores 1, 4, 8 e 9 deste quadro são reportados a 2005

Como se pode observar no quadro 4, na generalidade dos indicadores, incluindo os de desenvolvimento humano¹³, Moçambique registou melhorias assinaláveis no período de oito anos aqui referido, no entanto, o país tem ainda muito por fazer em matéria do provimento de serviços básicos à sociedade, o que passa pela criação de mais postos de trabalho e o resultante aumento de receitas do Estado, criação de infra-estruturas e construção de capacidades para uma resposta efectiva às calamidades naturais (cheias e secas periódicas) a que é propenso.

Em Moçambique, a ajuda internacional continua a desempenhar um papel crucial na luta contra a pobreza. A AOD líquida foi em média de 1,1 biliões no período compreendido entre 1997 e 2003, cerca de 31,4% do PIB, ou 61,8 dólares per capita. Cerca de três quartos da AOD foram disponibilizados pela cooperação bilateral enquanto que o remanescente foi disponibilizado por instituições multilaterais, tais como o BM através do IDA e a Comissão Europeia (Moçambique 2005, p. 9).

Apesar de nos últimos anos ter vindo a registar taxas de inflação relativamente baixas, Moçambique está ainda longe de um equilíbrio interno, porquanto as taxas de desemprego continuam elevadíssimas. Por outro lado, a Balança de Pagamentos vem registando défices crónicos embora com tendências de melhoria, conforme acima exposto. O nível de investimento privado é ainda baixo (20,1% do PIB em 2004). A situação das infra-estruturas públicas, como estradas e pontes, energia eléctrica e comunicações está muito aquém do nível satisfatório, o que é uma fraqueza enorme. É sobretudo neste sector que a assistência do BM através dos projectos de investimento em análise, se concentra.

¹³ população com acesso ao saneamento melhorado, população que vive abaixo da linha da pobreza, esperança de vida à nascença, taxa de mortalidade infantil, taxa de mortalidade materna, taxa de alfabetização de adultos e taxa de conclusão do ensino primário. Há outras dimensões humanas, consideradas mais contingenciais mas muito valorizadas pelas pessoas tais como: liberdade política e de expressão, dignidade, auto estima e respeito pelo outro. Estes últimos, no caso de Moçambique sofreram graves violações nos últimos 25 anos do século XX devido aos conflitos armados (PNUD, 2000, Pag. 7). Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o índice de desenvolvimento humano em Moçambique, tendo em conta a esperança de vida, o nível educacional e o PIB per capita é de 0,444 em 2005.

4.2 A Assistência do Banco Mundial a Moçambique

O Banco Mundial advoga que a sua assistência aos países visa permitir que os mesmos possam alcançar níveis de desenvolvimento sustentado. Samuelson e Nordhaus (1999) referem que o crescimento dos países evolui sob quatro rodas, que são: os recursos humanos; os recursos naturais; a formação de capital e tecnologia. Destas quatro rodas, Moçambique é apenas abundante em recursos naturais, cuja exploração requer recursos financeiros e força de trabalho qualificada.

Moçambique tornou-se membro do Banco Mundial em 1984 na mesma altura em que passou a ser também membro do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em Junho de 2004, Moçambique tinha 930 acções subscritas junto do BM, correspondentes a um poder de voto de 0,07 por cento. A assistência do BM a Moçambique até Junho de 2005 consistia de 53 operações de financiamento (créditos, donativos e garantias) que totalizavam 2.816 milhões de Dólares dos quais 1.985 milhões já desembolsados.

Segundo defende Dominick Salvatore (2000), os ajustamentos automáticos (preços e produção) por vezes não funcionam. No caso de Moçambique, país que vinha registando uma fraca capacidade produtiva as políticas monetárias e fiscal expansionistas resultaram em elevados níveis de inflação. Os empréstimos externos contraídos no período pós independência não foram aplicados em investimentos produtivos o que tornou difícil o cumprimento do serviço da dívida. As reservas internacionais do país não foram suficientes para financiar os desequilíbrios de pagamentos. Moçambique passou então a registar défices crónicos na Balança de Pagamentos ao mesmo tempo que passava por níveis elevados de desemprego. A presença simultânea de um desequilíbrio externo e de uma recessão agravada pelo ambiente de guerra civil por que o país passava, conduziu a economia nacional a uma situação de dilema.

Perante tal cenário, medidas políticas de reajustamento mostraram-se necessárias, tendo a intervenção financeira conjunta do BM e do FMI sido crucial para o efeito. O país conta até Junho de 2005 com sete (7) créditos para ajustamento estrutural.

Conforme referido no capítulo precedente, a expressão Banco Mundial compreende tanto o IBRD como o IDA. Sendo Moçambique um país pobre de baixo rendimento, a maioria das operações de assistência do BM são provenientes do IDA, o seu braço de financiamento concessional que constitui o suporte chave da missão do banco para a redução da pobreza. As condições do financiamento do IDA a Moçambique são a taxas de juros muito baixas com longos períodos de amortização. Em Junho de 2005, havia 20 créditos e donativos do IDA em curso no valor total de cerca 1,04 biliões de Dólares, fundamentalmente para projectos de investimento, analisados no capítulo cinco seguinte.

O objectivo destes financiamentos é apoiar as iniciativas do Governo e do sector privado na redução da pobreza e na promoção do crescimento económico.

Das cinco instituições que compõem o Grupo Banco Mundial descritas no capítulo anterior, Moçambique vem beneficiando dos serviços de quatro delas, designadamente IBRD, IDA, IFC e MIGA que adiante se analisa.

O BM vem assistindo Moçambique desde os meados dos anos 80 do século passado, nos programas de reconstrução do país pós independência através de uma estratégia abrangente de apoio. Desde o início dos anos 90 o banco focaliza a sua atenção nas acções de redução da pobreza, assistência ao desenvolvimento e apoio e harmonização do orçamento.

Veja-se mais detalhadamente como vem sendo a assistência do Banco Mundial, sobretudo através do IDA, nos primeiros vinte anos da sua presença em Moçambique:

Assistência do IDA à Moçambique

1984 a 1989 – Reconstrução e Reabilitação

Durante os primeiros cinco (5) anos, a estratégia central do Banco teve como foco três áreas principais que são: reabilitação, ajustamento estrutural e apoio aos sectores económicos.

Os programas de reabilitação receberam a maior parcela da assistência do Banco, seguidos dos ajustamentos estruturais e reformas económicas e por fim os outros sectores, com 285, 104 e 98 milhões de Dólares, respectivamente.

1990 a 1995 – Estratégia Global

Em 1991 e com a perspectiva da paz, cujo acordo foi assinado em Outubro de 1992, após 16 anos de guerra civil, o Banco Mundial preparou o documento sobre a estratégia global para apoio a Moçambique. Este documento identificou cinco (5) áreas prioritárias de política de atenção ao Governo e a Banca, a saber:

- Gestão da despesa pública e balança de pagamentos
- Reestruturação de empresas estatais e privatização
- Redução da pobreza incluindo o acesso aos serviços básicos e rede de segurança
- Melhoramento da segurança alimentar
- Capacitação institucional para ajudar o Governo a desenvolver políticas e programas

Destas cinco áreas, a que absorveu mais recursos do IDA foi a de gestão da despesa pública e balança de pagamentos com 396,6 milhões de Dólares de um total desembolsado neste período de 847,5 milhões de Dólares.

1995 a 2000 – Crescimento, Agricultura e Desenvolvimento Humano

Três anos depois do Acordo de Pacificação de Moçambique, o Banco elaborou uma estratégia de assistência ao país em Novembro de 1995. A estratégia foi elaborada a volta dos seguintes três elementos:

- Restauração dos alicerces da estabilidade macroeconómica e remoção dos impedimentos ao crescimento
- Desenvolvimento dos recursos humanos
- Promoção dos sectores com elevado potencial de crescimento

Em 1995, o Banco levou a cabo uma revisão exaustiva da sua carteira de investimentos em Moçambique, o que resultou na reestruturação de uns projectos e redução ou cancelamento de algumas componentes de outros projectos. Na perspectiva do desenvolvimento do país, a redução da pobreza tornou-se o objectivo chave da assistência do Banco a Moçambique. Nesta perspectiva, estão incluídas as acções de alívio da dívida no âmbito da iniciativa HIPC¹⁴ onde em Abril de 1998 Moçambique foi o sexto país a ser declarado elegível para beneficiar desta iniciativa, o que permitiu uma redução de 1,4 biliões de Dólares, em termos nominais, de alívio da dívida¹⁵. Em Setembro de 2001, Moçambique alcançou o ponto de conclusão da iniciativa HIPC. Do total do alívio estimado do serviço da dívida de 4,3 biliões, o Banco Mundial providenciou cerca de 1,1 bilião. A iniciativa HIPC ajudou Moçambique a melhorar a sua viabilidade e sustentabilidade externa, uma vez ter permitido que os recursos destinados ao serviço da dívida fossem direccionados para a redução da pobreza.

2000 a 2005 – Fortalecimento do Governo e da Banca

Em Março de 2000, o Governo de Moçambique submeteu ao Parlamento o seu plano estratégico quinquenal de combate à pobreza - o Plano Quinquenal do Governo. Este documento foi a base do seu plano de combate a pobreza - o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) que é o documento equivalente ao *Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP)* que o Banco Mundial prepara para os países de rendimento baixo¹⁶.

¹⁴ HIPC é a abreviatura da expressão Highly Indebted Poor Countries o que em Português significa Países Pobres Altamente Endividados. Trata-se de uma iniciativa conjunta do Banco Mundial e do FMI e constitui uma primeira reacção internacional visando proporcionar um efectivo alívio da dívida ao mundo pobre, sobretudo os países muito endividados. A iniciativa foi lançada em 1996 (HIPC original) e evoluiu até 1998 (HIPC reforçado).

¹⁵ Em 1998, a dívida externa de Moçambique totalizava cerca de seis (6) biliões de Dólares, dos quais 49% a credores bilaterais membros do Clube de Paris, 37% aos credores multilaterais (cerca de metade ao Banco Mundial) e 14% aos credores bilaterais não membros do Clube de Paris e credores comerciais. O serviço da dívida de Moçambique representava cerca 20 por cento das suas exportações (Banco Mundial, 2005).

¹⁶ Em regra o Banco prepara em conjunto com os seus membros e clientes os PRSPs, no caso dos países de rendimento baixo e NDSs - *National Development Strategies*, no caso dos países de rendimento médio. É na base destes instrumentos que são elaborados os CASs - *Country Assistance Strategies* e os *Country Partnership Strategies*.

Para Moçambique, o Banco Mundial teve em conta o Plano Quinquenal do Governo e o PARPA ao preparar o seu Country Assistance Strategy (CAS) para 2000-3, o qual foi aprovado em Junho de 2000. Este CAS estruturou-se à volta dos seguintes elementos:

- Aumento das oportunidades económicas
- Melhoria de habilidades e da governação
- Aumento das capacidades humanas

Um novo CAS foi elaborado em 2003, para o período 2004-7. Esta estratégia define a assistência do Banco focalizada nos seguintes pontos:

- Melhoramento do clima de investimento
- Desenvolver capacidades e melhorar a transparência e responsabilização
- Expansão do provimento de serviços

De acordo com a brochura do BM (2003) o que diferencia o actual CAS do anterior é o facto de o Governo de Moçambique possuir já o PARPA – Plano Para Redução da Pobreza Absoluta que é o PRSP – Poverty Reduction Strategy Paper na terminologia do BM. Além disso, o BM consulta os outros doadores que apoiam a implementação do PARPA por forma a evitar que haja duplicação de esforços, sendo que a preparação deste CAS contou pela primeira vez com a participação das demais instituições do Grupo Banco Mundial, como o IFC e o MIGA e com consultas à sociedade civil.

Em 2004, o Banco juntou-se ao grupo dos 15 doadores (G15) no apoio directo ao orçamento do Estado. O G15 (agora G17)¹⁷ aplica os procedimentos e processos do Governo, de acordo com os ciclos operacionais do Governo, como base para a planificação, monitoramento e diálogo para o apoio ao orçamento. O governo prepara a actualização do PARPA através de um instrumento operacional designado PAF – Performance Assessment Framework, que é o principal instrumento para as reformas políticas.

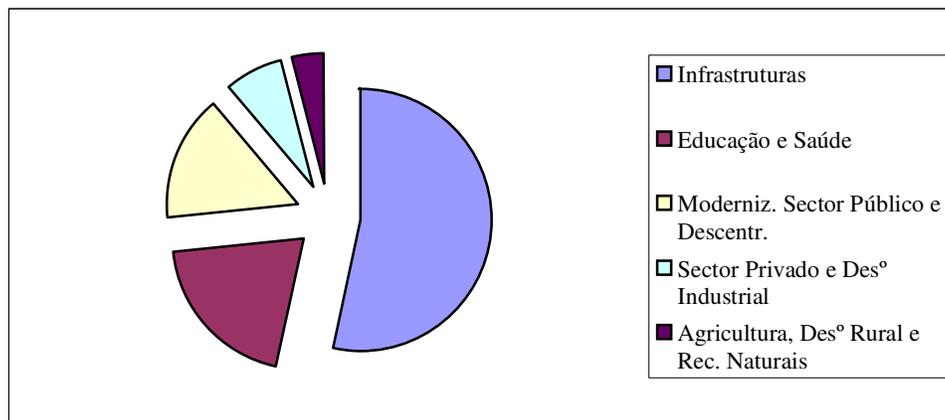
Refira-se que o uso pelos doadores dos procedimentos e processos do governo para o apoio directo ao orçamento torna a assistência dos doadores mais previsível, transparente, harmonizada e alinhada com as prioridades, com os planos e ciclos orçamentais do governo moçambicano. Aliás, este mecanismo vem sendo reclamado não só pelo Estado Moçambicano, mas também por certos parceiros de desenvolvimento entre os quais o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através dos seus relatórios de Desenvolvimento Humano mormente o de 2005, sob o lema *Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual*.

Até Junho de 2005 o valor dos vinte (20) projectos em curso financiados pelo IDA em Moçambique totalizava 1038 milhões de dólares, dos quais mais de metade para as infra-estruturas (53%). Saúde e educação (20%) é o segundo mais importante objecto de

¹⁷ O G17 é constituído pelos seguintes doadores: Alemanha, Banco Mundial, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Itália, Irlanda, Japão, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, União Europeia. O apoio orçamental é alocado nas prioridades do PARPA nas quais o Governo dispende cerca de 65% dos seus recursos totais. Em Moçambique, cerca de metade da receita governamental provém dos doadores, via orçamental e outras formas de apoio.

financiamento do IDA, seguido do sector público e descentralização (16%), seguido por sua vez pelo sector privado e desenvolvimento industrial (7%) e por fim o sector da agricultura, desenvolvimento rural e recursos naturais (4%), conforme melhor ilustra o seguinte gráfico.

Figura 3 – Financiamento Corrente do IDA por Sector



Fonte: Banco Mundial, 2005

Uma análise mais detalhada sobre os projectos financiados pelo Banco será feita no capítulo 5.

Conforme referido anteriormente, a assistência do Banco Mundial (BM) aos países consiste não só em actividades de financiamento, mas também de assistência técnica. Em Moçambique, a actividade de não financiamento do IDA inclui e assistência técnica e estudos. Os estudos constituem a base para o diagnóstico do IDA sobre os desafios e perspectivas de desenvolvimento. Estes estudos são preparados em colaboração com o Governo, doadores e outras partes interessadas e uma vez concluídos são disseminados e discutidos. Os recursos para estes estudos provêm do orçamento administrativo do IDA que é muitas vezes completado pela assistência de outros doadores.

No contexto do CAS, o IDA leva a cabo estudos para apoiar o Governo na análise da economia como um todo, da despesa pública bem como análises sectoriais. No período de 2004 a 2007, o IDA vem levando a cabo estudos como os a seguir indicados:

- Memorando Económico do País
- Avaliação Infra-estrutural
- Estratégia de Desenvolvimento Rural
- Relatório da competitividade do sector privado
- Avaliação do sector legal e judicial
- Relatório da situação da saúde no país.

Para além da assistência do IBRD através do IDA, que é sem dúvida a mais importante, Moçambique vem também contando com a presença activa de duas outras instituições do Grupo Mundial, nomeadamente, o IFC e o MIGA, como a seguir se resume.

IFC em Moçambique

Moçambique tornou-se membro do IFC na mesma altura em que se tornou membro do Banco Mundial, i.e., em 1984. Até Junho de 2005, a carteira de investimento do IFC em Moçambique totalizava 154 milhões de Dólares e consistia em 14 projectos em negócios agro, indústria hoteleira, banca e indústria em geral. Seis destes projectos estão no sector das pequenas e médias empresas (PMEs). A mais importante iniciativa do IFC em Moçambique é o projecto Mozal¹⁸ em que este cobriu 120 milhões em 1997 na primeira fase deste projecto de um total de 1,3 biliões e foi a maior participação singular desta instituição, a nível mundial, por essa altura. Para a segunda fase do projecto Mozal em 2001 o IFC financiou em 25 milhões de dólares. Ainda no âmbito deste projecto, o IFC assistiu a empresa Mozal nos programas de mitigação do HIV/SIDA e também nos programas de ligação desta com as PMEs com vista a expandir a sua rede de *outsourcing* com as PMEs locais. Outras actividades do IFC consistem no financiamento da participação do Governo no projecto de construção de um gasoduto de Pande/Temane na província de Inhambane e na prestação de assistência técnica ao Governo moçambicano na selecção do responsável pelo desenvolvimento do projecto de Moatize, cujo concurso foi ganho pela empresa brasileira Companhia do Vale do Rio Doce¹⁹. Veja-se a seguir, a tabela da carteira activa de projectos do IFC em Moçambique, reportada a Junho de 2005.

Quadro 5: Carteira Corrente de Projectos do IFC – Em Milhões de Dólares

Nome do Projecto e Sector	Montante do Emprést.	Montante da Participação no Capital	Montante do emprést. Subordinado ²⁰
BIM- Serviços financeiros		0,3	
SIM- Finanças e Seguros		0,3	
ENH- Sasol- Óleo, Gás e Mineração		18,5	
Mozal- Biliton- Óleo, gás, Mineração	46,4		58,5
Maragra Açúcar- Comida e Bebidas	10,3		
Ausmoz- Agricultura e Florestas	0,7		
CPZ- Comida e Bebidas	1,0		
Cabo Cajú- Comida e Bebidas	0,6		
Grand Prix- Produtos industriais e de consumo	0,4		
Novo Banco- Serviços Financeiros	0,2		
Total	59,6	19,1	58,5

Fonte: Banco Mundial, 2005

MIGA em Moçambique

¹⁸ Mozal é um mega projecto de fabricação de alumínio cuja produção destina-se essencialmente para exportação. O projecto Mozal entrou em exploração em Junho de 2000 e a sua produção, segundo o BM, contribuiu para em 2001 mais do que duplicar as exportações de Moçambique de 1999.

¹⁹ Espera-se que este projecto venha a ser o maior em Moçambique a médio e longo prazos e por conseguinte espera-se igualmente que tenha um maciço impacto positivo na redução da pobreza no Vale do Zambeze, uma das mais populosas e pobres regiões de Moçambique.

²⁰ Empréstimo subordinado é aquele cujo grau de exigibilidade é reduzido em relação ao dos restantes capitais alheios e a sua remuneração não é necessariamente sob a forma de juros mas sim, pode estar condicionada ao nível de geração de rendimentos, conforme estiver estipulado nos termos e condições de financiamento acordados entre as partes.

Moçambique é membro do MIGA desde 1994 e é o quarto maior cliente desta instituição em África. As garantias proporcionadas pelo MIGA facilitaram um valor estimado em 2,8 biliões do investimento directo estrangeiro (IDE). O MIGA tem dez projectos activos nas áreas de agro-negócios, infra-estruturas, indústria, óleo e gás e serviços e turismo. Os clientes do MIGA incluem Mozal, Companhia Açucareira de Sena em Sofala, Sasol em Inhambane, Areias Pesadas de Moma em Nampula e Porto de Maputo. MIGA também presta assistência técnica ao Centro de Promoção de Investimentos (CPI). Apresenta-se a seguir a carteira de projectos com o envolvimento do MIGA em Moçambique, até Junho de 2005.

Quadro 6: Carteira do MIGA **Em milhões de Dólares**

Nome do Projecto	Montante
Mozal SARL	40,0
Salvintur	2,9
Motraco SARL	69,4
Companhia do Sena SARL	69,5
Motorcare Lda	2,0
Corredor de Desenvolvimento de Maputo SARL	7,1
Moçambique/África do Sul: Óleo e Gás	72,0
Moçambique: Infraestrutura	13,8
Moçambique: Mineração	20,8
Auroz Limitada	0,5
Sasol- Cia do Pipeline de Petróleo de Temane, Lda	113,5
Total	411,5

Fonte: Banco Mundial, 2005

4.3. A Assistência do Banco Mundial e a Dívida Externa

A assistência ao desenvolvimento não toma apenas a forma de donativos e sendo o Banco Mundial uma instituição de crédito, uma grande parte das suas operações reveste a forma de empréstimo. Por exemplo, do conjunto dos vinte projectos que são objecto central do presente estudo, só em quatro deles o financiamento se apresenta na forma de donativo. É o caso dos projectos de Resposta ao HIV/SIDA, Reforma do Sector Público, Planeamento e Financiamento Descentralizados e Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA, que no seu conjunto ascendem a 143,4 milhões de Dólares, o correspondente a cerca de 14 por cento do valor envolvido no universo dos projectos objecto deste estudo e que são analisados no capítulo que segue.

Assim, em princípio, a assistência do Banco Mundial no âmbito destes projectos implica um endividamento externo de Moçambique de cerca 895 milhões de dólares que terá de ser reembolsado, não obstante o elevado grau de concessionalidade inerente aos créditos do IDA.

Moçambique é um país pobre altamente endividado e em 1998 foi o sexto país declarado elegível a beneficiar da iniciativa HIPC, obtendo assim um alívio da dívida de 1,4 biliões de dólares em termos nominais. Em Setembro de 2001, o país alcançou o ponto de

conclusão no âmbito da iniciativa HIPC. Do total estimado em 4,3 biliões de dólares do alívio no serviço da dívida, o Banco Mundial concedeu cerca de 1,1 bilião. A iniciativa HIPC contribuiu para a melhoria da viabilidade e sustentabilidade externa do país, dado que as poupanças no serviço da dívida são direccionadas para a redução da pobreza o que traz benefícios para os pobres (Banco Mundial 2005, pag. 5).

São os seguintes os dados mais actuais da dívida externa de Moçambique:

Quadro 7: Dívida externa **Em Milhões de Dólares**

Indicador	2002	2003	2004	2005
Stock da dívida total				4.649
Stock da dívida com o BM				1.576
Serviço da dívida total	42,8	49,4	58,2	64,4
Serviço da dívida ao BM	0,9	8,7	14,7	17,4

Fonte: Banco de Moçambique, 2006

O alívio da dívida de que Moçambique beneficiou no âmbito do HIPC permitiu que o país tivesse mais capacidade no cumprimento com as suas responsabilidades perante o exterior que foram crescendo ao longo do tempo, incluindo as assumidas perante o BM, conforme se pode verificar no quadro acima. Com efeito, tendo a dívida sido reprogramada após alguns cancelamentos, Moçambique procura evitar novos incumprimentos esforçando-se assim, em honrar as suas responsabilidades remanescentes. Aliás, nos termos dos acordos com as instituições de Bretton Woods, o Estado moçambicano não deverá endividar-se perante o exterior a menos que seja em condições concessionais.

Espera-se no entanto, que o alívio da dívida de Moçambique para com o Banco Mundial venha a ser mais efectivo no âmbito do Multilateral Debt Relief International (MDRI) que entrou em vigor em Julho de 2006, no qual se prevê uma anulação de 100 por cento da dívida pendente em finais de Dezembro de 2005, entre outras modalidades de alívio. Dados do BDM indicam que no âmbito do MDRI, Moçambique vai beneficiar de um perdão da dívida de cerca de dois biliões de Dólares, dos quais cerca de um bilião e trezentos milhões de Dólares é a contribuição do BM.

Para além do BM, têm presença significativa, os bancos regionais, BafD, localmente conhecido por BAD, BADEA e BisD localmente conhecido por BID, cujos desembolsos de empréstimos em condições concessionais para os diferentes projectos de desenvolvimento, foram nos últimos cinco anos conforme indicado no quadro 8:

Quadro 8: Desembolsos de Créditos para Projectos Em milhões de Dólares

Descrição	2001	2002	2003	2004	2005	Total
BAD	12.4	34.5	24.1	39.8	41.4	152.2
BADEA	1.0	1.5	1.9	8.8	8.8	22.1
BID	0.9	2.1	11.1	6.3	2.3	22.7
Total	14.3	38.1	37.1	54.9	52.5	196.9

Fonte: Banco de Moçambique, 2006

Em resumo, conclui-se que a assistência aos programas de desenvolvimento de Moçambique pelas instituições financeiras internacionais de que o BM é a mais importante, efectiva-se essencialmente através do endividamento externo. Assim, o país tem uma responsabilidade acrescida no uso adequado dos recursos recebidos da ajuda, devendo por isso tudo fazer para que os mesmos sejam aplicados com o menor desperdício possível e em áreas que a longo prazo possibilitem o alargamento da capacidade de produção nacional, o que só é possível com o investimento privado. Os lucros gerados no sector privado, para além de fortalecer a capacidade financeira das respectivas empresas operadoras, são uma fonte de rendimentos para o Estado honrar os seus compromissos públicos. Por outro lado, parte da produção do sector empresarial pode contribuir para aumentar as exportações e por conseguinte as reservas internacionais que o país necessita para cumprir com as suas responsabilidades sobre o exterior, incluindo o serviço da dívida decorrente da assistência em alusão neste estudo.

É por isso que a análise dos factores que afectam a implementação dos projectos financiados pelo BM, apresentados no capítulo a seguir se torna ainda mais importante pois espera-se que estes projectos construam os pilares necessários para um desenvolvimento sustentável e portanto menos dependência perante o exterior.

5. ANÁLISE DOS PROJECTOS DE INVESTIMENTO

5.1. Objectivo do Estudo

Conforme referido no capítulo introdutório, o objecto central deste trabalho é a análise dos projectos financiados pelo Banco Mundial com vista a identificar os principais constrangimentos na sua implementação e procurar produzir recomendações que possam contribuir para a melhoria dos mecanismos de utilização dos seus financiamentos e deste modo, uma maior eficácia da assistência do BM. Sendo notável que a presença desta grande cooperativa financeira internacional que actua há vinte e dois anos vem impulsionando o crescimento da economia moçambicana, é também objectivo deste trabalho, identificar a contribuição efectiva ou esperada dos projectos em análise nos sectores económico-sociais beneficiários em particular, e no desenvolvimento do país, em geral.

5.2. Metodologia, Instrumento de Pesquisa e População em Análise

De acordo com Reto e Nunes (2000, p. 24), o investigador pode olhar para o seu objecto de estudo de cinco modos distintos, a saber: encontrar a causalidade de um fenómeno; estabelecer associações entre variáveis; descrever pura e simplesmente uma realidade; compreender uma realidade presente e compreender a realidade por relação ao passado.

No presente trabalho, das cinco formas-tipo de colocar os problemas de investigação, a primeira delas é a que se encontra claramente ausente, enquanto que as restantes, com mais ou menos evidência, se vem reflectindo. Todavia, a compreensão da realidade neste estudo é o objectivo central.

Neste capítulo, a experiência vivida e transmitida mostrou-se relevante. Dado o peso significativo da informação qualitativa inerente ao tema em estudo, o estudo de caso foi a estratégia metodológica central.

O método de Estudo de Caso, também designado por Método Clínico²¹ é um trabalho empírico que investiga fenómenos contemporâneos no seu contexto real, aplica-se quando as fronteiras entre o fenómeno e o seu contexto não são evidentes e recorre a múltiplas fontes de evidência (Yin 1984, p.23). De acordo com este autor, as técnicas de recolha de dados mais frequentes nos estudos de casos são a análise documental, as entrevistas e a observação directa ou participante, que é o que no presente estudo se verifica.

²¹ As características pessoais desejáveis para uma boa utilização desta estratégia de investigação estão muito próximas das exigidas a um bom clínico: ser um bom ouvinte, colocar questões pertinentes, ser adaptativo e flexível por forma a incorporar informações inesperadas e, finalmente, ser um perito de campo que se encontra a estudar.

Com a análise documental, realização de entrevistas e análise dos dados constantes dos questionários utilizados como ferramentas de recolha no presente trabalho, pretendeu-se conhecer detalhadamente os projectos em referência e recolher opiniões e sensibilidades que permitam identificar os principais factores restritivos que afectam a implementação dos projectos bem como os ganhos para economia resultantes desses projectos. É esta informação que preenche o presente capítulo e que constitui a parte nuclear do presente estudo.

Recorde-se que se trata de projectos financiados pelo Banco Mundial em Moçambique que até Junho de 2005 se encontravam em fase de implementação e que conforme acima referido são de um total de vinte (20).

A entrevista, cujo guião foi desenhado e enviado por email ou entregue em mão aos respondentes, constituiu o instrumento de pesquisa principal para o trabalho de campo. No entanto, onde não foi possível realizá-la a resposta às questões do guião e devolução por email ou fisicamente recolhido, foi alternativa efectiva a realização de entrevistas inicialmente almejada como único instrumento. O uso do questionário decorreu essencialmente da falta de disponibilidade das pessoas ligadas aos projectos para a realização de encontros.

Assim, com base numa lista de contactos obtida no BDM e no BM, o guião de entrevistas/questionário foi enviado a 34 respondentes sendo 18 coordenadores das agências de implementação dos projectos e 16 responsáveis pelos projectos no Banco Mundial. O passo seguinte foram as chamadas telefónicas de insistência e de marcação de entrevistas. A realização de entrevistas e ou obtenção de respostas por escrito, que ocorreram em Julho e Novembro de 2006, requereram bastante trabalho de contactos de insistência. Devido aos elevados custos que as chamadas ao exterior envolvem, aos responsáveis dos projectos no BM que residem em Washington, foram apenas feitas insistências por email, que entretanto não surtiram efeitos, acabando-se por se abandonar esta fonte de informação, que aliás era apenas complementar. Quanto às pessoas chaves dos projectos residentes em Moçambique, o nível de respostas conseguidas pode considerar-se aceitável, pois de um total de dezoito (18)²² almejadas conseguiu-se treze (13) respostas, sendo nove (9) entrevistas e quatro (4) respostas por escrito. A maior percentagem (100 por cento) de respostas foi obtida do sector da Agricultura e Recursos Naturais, mas o sector das infra-estruturas foi o que forneceu o maior número de respostas (seis de um total de sete projectos), o que é consistente com a importância deste e permite tirar conclusões sólidas sobre o mesmo. Nos restantes três sectores, o nível de respostas situa-se entre 33 por cento e 50 por cento, o que mesmo assim permite generalizar as informações obtidas à situação dos grupos dos projectos em causa. Como complemento das entrevistas estruturadas, foram feitas entrevistas abertas a pessoas ligadas a assuntos de cooperação internacional e aos responsáveis pela elaboração de parte da informação utilizada no presente trabalho, (funcionários do Centro de Informação Pública da Missão residente do BM e técnicos do Departamento de Estrangeiro do BDM), como forma de obter dados mais coerentes e consistentes sobre os projectos em estudo.

²² Há coordenadores que respondem por mais do que um projecto, daí o número de dezoito (18) respondentes almejados ser inferior ao número dos vinte (20) projectos em análise.

A análise documental sobre os projectos em estudo que é a principal fonte do próximo subcapítulo 5.3, foi conseguida com o apoio da missão residente do Banco Mundial em Moçambique que em resposta ao pedido da signatária forneceu uma brochura contendo a descrição de 19 dos 20 projectos em estudo. A descrição do vigésimo projecto e demais informação complementar para este trabalho foi recolhida de diversas fontes ligadas à actividade do BM em Moçambique, das quais se destaca o Banco de Moçambique e as unidades de implementação dos projectos. Os dados relativos aos resultados efectivos foram posteriormente solicitados ao BM pela autora, para melhor evidenciar a contribuição desta assistência no crescimento da actividade económica nacional.

Com base na classificação do BM²³ ajustada em função da afinidade das áreas objecto de financiamento e dos objectivos em vista, conforme descrito na documentação recolhida, os vinte (20) projectos em análise foram agrupados em cinco sectores económico-sociais, apresentados no quadro 9:

Quadro 9: População de Projectos em Análise

Nº de Ordem	Nº de Projectos	Sector de Actividade Económica	Valor (em milhões de Dólares)	% sobre o total
1	07	Infra-estruturas	550	53
2	04	Educação e Saúde	207	20
3	04	Modernização do Sector Público e Descentralização	162	16
4	03	Desenvolvimento do Sector Privado e Recursos Minerais	73	7
5	02	Agricultura e Recursos Naturais	46	4
	20	Total	1038	100

Fonte: Elaboração Própria

Como se pode ler, o sector das Infra-estruturas é o maior beneficiário da assistência do Banco Mundial em Moçambique com 53 por cento do total do valor destinado a este universo de projectos, seguido pelo da educação e saúde, sendo o de Agricultura e Recursos Naturais o menor beneficiário dos cinco sectores, com apenas 4 por cento.

O desenvolvimento destes projectos no seu conjunto vem decorrendo desde Fevereiro de 1998 altura em que iniciou o Projecto Nacional de Água 1, o mais antigo do universo e prevê-se que o último encerramento destes projectos, correspondente ao projecto dos Caminhos de Ferro da Beira, ocorra em Junho de 2010. Portanto é de cerca de dez (10) anos o horizonte temporal previsto para a implementação deste grupo de projectos no seu todo.

²³ O BM adopta uma denominação flexível ao classificar os sectores. Por exemplo, na revisão do desempenho da sua carteira de projectos em Moçambique em 2006, os sectores tem a seguinte designação: Desenvolvimento Humano (inclui educação e saúde), Sector Público e Descentralização, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Infra-estruturas, e Desenvolvimento do Sector Privado e Mineração.

5.3. Descrição Analítica dos Projectos Financiados pelo Banco Mundial

Neste subcapítulo são analisados em detalhe os 20 projectos objecto do presente estudo, conforme segue:

5.3.1. Descrição dos Projectos

Projectos de Infra-estruturas

Neste sector estão agrupados sete projectos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 10: Projectos de Infra-estruturas

N.º de Ordem	Designação do Projecto	Valor (em milhões de USD)
1	Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes	162
2	Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira	110
3	Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro	100
4	Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1	36
5	Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2	90
6	Projecto de Reforma e Acesso a Energia	40.26
7	Projecto de Reforma do Sector das Comunicações	12
	Total	550.26

Fonte: Elaboração Própria

1. *Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes*

Este projecto tem os seguintes objectivos: melhoria da cobertura e condições de transitabilidade das estradas e pontes; fortalecimento da capacidade do país na administração do sector de estradas; estabelecimento de mecanismos de financiamento para assegurar a disponibilidade pontual e segura de fundos para a manutenção de estradas e melhorar a segurança nestas.

O custo total do projecto está orçado em 704 milhões de dólares dos quais 23 por cento cabem ao BM financiar, que até Dezembro de 2005 desembolsou 100 milhões de dólares. O cofinanciador é o Governo de Moçambique (GM) a quem compete cobrir o restante do valor do projecto.

O projecto tem três componentes a saber:

- a) Obras em Estradas e Pontes, que consiste: na construção de novas estradas e pontes, na manutenção rotineira, obras de emergência em caso de cheias e, na reabilitação;
- b) Reformas e Capacitação Institucional para uma gestão sustentável e eficaz do sector;

- c) Formulação Estratégica e Actividades de Preparação para a Segunda Fase do Programa de Investimento de Estradas, que consiste em avaliações ambientais, sócio económicas e consultas para investimentos posteriores.

A unidade responsável pela implementação deste projecto é a Administração Nacional de Estradas (ANE). O seu início ocorreu em Julho de 2001 com o encerramento almejado para Dezembro de 2006.

2. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira

O projecto dos Caminhos de Ferro da Beira visa: criar serviços de transporte de passageiros e de carga confiáveis e financeiramente viáveis ao longo do Vale do Zambeze; aumentar a circulação de pessoas e de mercadorias com os países vizinhos; e assegurar a sustentabilidade financeira, administrativa e operacional do sistema dos Caminhos de Ferro da Beira.

O financiamento do BM corresponde a 70 por cento do custo total do projecto avaliado em 158 milhões de dólares. Os restantes 30 por cento são cofinanciados pelo GM e pelos parceiros privados internacionais. Até Dezembro de 2005 estava apenas desembolsado o valor de 9.1 milhões de dólares, o correspondente a cerca de oito por cento do total a ser financiado pelo BM.

Este projecto tem também três componentes, nomeadamente:

- a) Reabilitação da Linha de Sena;
- b) Reabilitação da Linha de Machipanda;
- c) Capacitação Institucional, que visa providenciar assistência técnica, formação e serviços de consultoria a empresa de Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) para melhorar a sua capacidade de monitorar a implementação do projecto.

O projecto tem o Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e a empresa CFM como unidades de implementação e prevê-se que venha a ser encerrado em Junho de 2010 tendo o seu início ocorrido em Outubro de 2004.

3. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro

O objectivo do presente projecto é melhorar a eficiência operacional dos três maiores sistemas de portos e caminhos de ferro em Moçambique, tornando-os capazes de contribuir significativamente no aumento do trânsito de frete internacional com os países vizinhos. Espera-se que este projecto venha a contribuir no seguinte: redução dos custos de transporte de importação e exportação; melhoria na eficácia de operações e uso preferencial dos caminhos de ferro; aumento do rendimento líquido do sistema ferro-portuário e a sua auto-sustentabilidade; e fortalecimento das políticas e da organização do sector de transporte, assim como a capacitação institucional do Ministério dos Transportes e Comunicações.

Este projecto compõe-se de quatro partes principais a saber:

- a) Concessões dos Portos e Caminhos de Ferro, que fornece serviços de consultoria ao governo sobre estratégias de atracção da participação privada nos portos e caminhos de ferro e na estruturação das concessões;
- b) Racionalização do Pessoal visando reduzir os efeitos sociais da reestruturação e privatização em consultação com os sindicatos;
- c) Portos terciários, que inclui obras de reabilitação de quatro portos de pequenas dimensões, nomeadamente os de Angoche, Macuse, Mocímboa da Praia e Pebane e providenciamento de serviços de consultoria para a supervisão de obras civis e preparação de um estudo sobre a revitalização do porto de Inhambane;
- d) Reforma institucional, que consiste na avaliação organizacional do Ministério dos Transportes e Comunicações.

Neste projecto, o BM financia com uma participação de 83 por cento no valor do projecto orçado em 120 milhões de dólares. O restante é coberto pelo GM e pela empresa CFM em conjunto com o MTC. Do valor que cabe ao BM financiar, até Dezembro de 2005 estava desembolsado o total de 68.9, equivalente a 68.9 por cento.

O encerramento do projecto está indicado para ter lugar em Dezembro de 2006 após ter sido aberto em Outubro de 1999.

4. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1

O presente projecto visa melhorar a qualidade, confiabilidade, cobertura e sustentabilidade dos serviços de provisão e saneamento de água rural e urbana, bem como capacitar a administração do sector.

Assim, o projecto compõe-se das seguintes quatro áreas:

- a) Água rural e saneamento, que apoia o desenvolvimento de políticas e estratégias para a implementação dos investimentos para o saneamento e o fornecimento sustentável de água;
- b) Água Urbana, que inclui a reabilitação e expansão dos sistemas de provisão de água nas cidades (Maputo, Beira, Nampula, Pemba e Quelimane), assim como o estabelecimento dos órgãos de investimento, o FIPAG, e de regulação, o CRA, e, finalmente, o desenvolvimento de planos estratégicos de saneamento;
- c) Gestão de Recursos Hídricos, que apoia o fortalecimento da administração dos recursos hídricos, ambos dentro de Moçambique bem como às águas internacionais;
- d) Fortalecimento e Capacitação Institucional, que visa capacitar as agências de implementação.

O projecto está avaliado em 57 milhões de dólares dos quais o correspondente a 63 por cento é coberto pelo BM. O remanescente é assegurado pelo GM.

As agências de implementação deste projecto são o Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) e a Direcção Nacional de Águas (DNA). O projecto iniciou em Fevereiro de 1998 e previa-se que o mesmo fosse encerrado em Outubro de 2005, facto que

se concretizou, tendo o BM superado em cerca de um (1) milhão de dólares o valor dos desembolsos a seu cargo.

5. *Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2*

Este projecto é continuação do que o precede imediatamente na presente análise e tem como enfoque a provisão dos serviços de água e saneamento nos centros urbanos de Maputo, Beira, Quelimane, Nampula e Pemba, através da promoção de uma maior participação do sector privado na provisão desses serviços.

O projecto tem três componentes principais, que são:

- a) Gestão da Participação Privada no Sistema de Abastecimento de Água para as Cidades e trata dos contratos administrativos para a operacionalização e manutenção dos serviços;
- b) Obras de Fornecimentos de Água, que inclui o desenho e supervisão das obras;
- c) Políticas e estratégias do Fornecimento de Água Urbana, que consiste de serviços de consultoria e assistência técnica.

O valor do projecto é de 115 milhões de dólares, participando o BM com uma verba correspondente a 78 por cento. O restante é financiado pelo Governo de Moçambique. Prevê-se que o projecto venha a ser encerrado em Setembro de 2007, oito anos depois do seu início ocorrido em Junho de 1999. Até Dezembro de 2005, o BM tinha desembolsado 52.4 milhões de dólares, o correspondente a 58 por cento da parte que lhe cabe no financiamento do projecto. A unidade de implementação deste projecto é a DNA.

6. *Projecto de Reforma e Acesso a Energia*

Este projecto visa acelerar o uso de electricidade de uma maneira comercialmente sustentável e fortalecer a capacidade de acesso a energia moderna.

O projecto é composto dos seguintes elementos:

- a) Reforma do Sector de Energia;
- b) Electrificação da Rede, que inclui investimentos peri-urbanos e assistência técnica no sector;
- c) Redes Independentes, que inclui investimentos e assistência técnica;
- d) Energia Renovável e Multisectorial que consiste na expansão do uso da energia renovável. Esta componente conta com o financiamento de cerca de 3 milhões de dólares do Fundo Global do Meio-Ambiente (GEF);
- e) Capacitação Institucional nos Sectores de Tutela.

O projecto está avaliado em 82 milhões de dólares dos quais, o BM financia com cerca de 49 por cento. O restante é co-financiado pelo GM, BAD, GEF e NDF.

A implementação do projecto está a cargo do Ministério de Energia, Direcção Nacional de Energia e Electricidade de Moçambique (EDM).

Este projecto teve o seu início em Agosto de 2003 e está previsto que venha a ser concluído em Dezembro de 2007. Até Dezembro de 2005 foram desembolsados apenas 3.1 milhões de dólares.

7. *Projecto da Reforma do Sector das Comunicações*

O objectivo do presente projecto é de melhorar o acesso e a qualidade de serviços de comunicação financeiramente sustentáveis e eficientes, através da criação de um ambiente que possibilite a competição e participação privada nos sectores considerados críticos, especialmente na facilitação da integração dos mercados nacionais e regionais, i.e., telecomunicações e infra-estruturas de transporte aéreo e postal.

O projecto tem as seguintes componentes:

- a) Reforma do Sector Postal e Telecomunicações, que inclui o desenvolvimento de políticas dos sectores de telecomunicações e correios e uma estratégia baseada no mercado para o acesso universal, assim como a privatização da empresa Telecomunicações de Moçambique (TDM).
- b) Reforma do Sector dos Transportes Aéreos, que inclui o desenvolvimento de uma política para o sector, reestruturação e criação de um mecanismo de participação privada na empresa Linhas Aéreas de Moçambique (LAM).

O projecto está orçado em 14.9 milhões de dólares dos quais, o correspondente a 81 por cento é assegurado pelo BM. O restante, de cerca de três milhões de dólares é financiado pelo GM. A implementação deste projecto, cujo início ocorreu em Novembro de 2001, está a cargo do MTC. O encerramento está indicado para Junho de 2006, entretanto, até Dezembro de 2005, foi desembolsado apenas o acumulado de sete milhões de dólares, o que corresponde a 47 por cento do total do financiamento do BM ao projecto.

Projectos de Educação e Saúde

Neste sector estão incluídos quatro projectos conforme o quadro abaixo:

Quadro 11: Projectos de Educação e Saúde

Nº Ordem	Designação do Projecto	Valor (em milhões de USD)
1	Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)	71
2	Projecto de Educação Superior	60
3	Projecto de Resposta ao HIV/SIDA	55
4	Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA	21
	Total	207

Fonte: Elaboração Própria

1. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)

O ESSP é o projecto que apoia a implementação de políticas e estratégias do governo moçambicano para a educação nacional. Assim, tem como objectivo melhorar o acesso à educação de boa qualidade, e torná-lo mais equitativo, através do melhoramento do sistema de gestão.

Este projecto tem as seguintes quatro componentes:

- a) Acesso à Educação, que procura melhorar o acesso e a equidade na distribuição de vagas escolares através da construção e reabilitação de escolas, desenvolvimento de iniciativas para a educação da rapariga, expansão da educação informal e provisão de educação para crianças com necessidades especiais;
- b) Qualidade de Educação, que apoia a formação de professores e directores, a transformação do currículo, o fornecimento de materiais escolares, apoio pedagógico e melhoria do sistema de avaliações e provas escolares e cria um fundo de Melhoramento da Qualidade Escolar;
- c) Capacitação Institucional do Ministério da Educação e Cultura, que consiste no fortalecimento da capacidade administrativa deste Ministério;
- d) Estratégia do Ensino Técnico e Vocacional, que trata da planificação e do desenvolvimento do sistema do ensino técnico e vocacional.

O valor deste projecto está estimado em 717 milhões de dólares, dos quais o BM financia com uma participação de dez por cento. O restante é coberto com o financiamento do GM, de instituições das Nações Unidas e de parceiros bilaterais.

A implementação do projecto ESSP, que está a cargo do Ministério da Educação e Cultura (MEC), arrancou em Fevereiro de 1999 e o seu término está indicado para ter lugar em Junho de 2006. Até Dezembro de 2005 foi desembolsado, o acumulado de 59.3 milhões de dólares, ou seja, o correspondente a 84 por cento do total do crédito do BM para este projecto.

2. Projecto de Educação Superior

O projecto de Educação Superior é um complemento do apoio que o Banco Mundial tem estado a providenciar ao sector de educação em Moçambique. Os objectivos deste projecto são os seguintes: melhorar a eficácia interna e expandir a formação de pessoas; encorajar o acesso equitativo em termos de género; situação geográfica e socioeconómica; e melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e a relevância dos currícula.

O projecto compõe-se dos seguintes elementos:

- a) Reforma e Desenvolvimento do Sistema, que visa criar um sistema de educação superior integrado, que seja mais eficiente na utilização dos recursos e que esteja em condições de prestar serviços de aprendizagem que possam contribuir directamente para o desenvolvimento económico e bem estar social;
- b) Desenvolvimento e Investimentos Institucionais, que apoia directamente projectos que procuram melhorar a eficácia, qualidade académica e pedagógica, pesquisa e

abrangência na provisão dos serviços educacionais nas instituições do ensino superior públicas e privadas;

- c) Bolsas Escolares Provinciais, que consiste na introdução e operacionalização de um mecanismo de bolsas escolares, financiadas e geridas publicamente e fornece assistência financeira e serviços de aconselhamento acadêmico.

O valor do projecto é de 71 milhões de dólares, financiando o BM com uma participação de 85 por cento. O remanescente é financiado com recursos do GM.

A implementação deste projecto está a cargo do MEC e tem o encerramento indicado para Maio de 2007, seis anos depois da sua abertura. Até Dezembro de 2005, o BM desembolsou para este projecto o acumulado de 34.2 milhões de dólares, o correspondente a 57 por cento da sua participação.

3. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA

O Projecto de Resposta ao HIV/SIDA assiste o GM na implementação do seu Plano Estratégico Nacional de Combate às doenças de transmissão sexual (DTSS)/HIV/SIDA. Esta estratégia tem por objectivo, a redução das taxas de infecção e a mitigação dos efeitos da epidemia por meio de prevenção, consciencialização e tratamento. O Plano Nacional Estratégico é multi-sectorial e combina os esforços do Governo, sociedade civil, sector privado e comunidades numa campanha nacional contra a doença e seus efeitos sociais assim como nas famílias.

Este projecto tem cinco componentes, a saber:

- a) Apoio às Iniciativas da Comunidade e Sociedade Civil, que consiste na capacitação das comunidades e da sociedade civil na resposta eficaz à epidemia do HIV/SIDA;
- b) Capacitação para as Organizações da Sociedade Civil, que apoia as comunidades nas suas iniciativas;
- c) Resposta Multi-sectorial ao Governo, que apoia os ministérios e instituições subordinadas no desenvolvimento e implementação de programas de combate a doença em benefício do próprio pessoal e das suas famílias;
- d) Melhoramento dos Serviços de Saúde para o HIV/SIDA, que consiste na capacitação do pessoal técnico na administração do tratamento e cuidados médicos das pessoas vivendo com HIV/SIDA;
- e) Desenvolvimento Institucional para a Gestão do Projecto, que visa capacitar o Conselho Nacional de Combate ao SIDA (CNCS).

O projecto está orçado em 64 milhões de dólares, sendo a participação do BM correspondente a 86 por cento. O restante do financiamento cabe ao GM.

O CNCS é a agência de implementação deste projecto, que foi aberto em Março de 2003, esperando-se que o seu encerramento venha a ocorrer em Dezembro de 2008. Até Dezembro de 2005 estava desembolsado pelo BM, o total de 12,6 milhões de dólares, correspondente a 23 por cento da sua comparticipação no projecto.

4. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA (TAP)

Trata-se de um donativo do IDA no valor de 60 milhões de dólares para financiar por três anos o programa de tratamento acelerado de HIV/SIDA e apoiar os parceiros nacionais de implementação, em Burkina Faso, Ghana e Moçambique e aos parceiros internacionais de facilitação, nomeadamente, a Organização Mundial da Saúde e a UNECA.

O principal objectivo do TAP é fortalecer cada país beneficiário no desenho de programas de tratamento e cuidados efectivos, equitativos e acessíveis para as pessoas vivendo com HIV/SIDA.

A parte destinada a Moçambique totaliza 21,64 milhões de dólares, cobrindo duas componentes a saber:

- a) Abordagem de teste para elevar o serviço de fornecimento de cuidados e tratamentos, que consiste na melhoria do nível dos programas de tratamentos e cuidados levados a cabo por organizações não governamentais (ONGs) e sector privado, para garantir o fornecimento contínuo e completo dos cuidados, e aumentar o número de pacientes em cada fase de tratamento. Em particular, o TAP deverá financiar melhorias na aderência ao teste voluntário e serviço de aconselhamento, cuidados domésticos, prevenção de infecções oportunistas, tratamento anti-retroviral e prevenção da transmissão de mãe ao filho;
- b) Fortalecimento da capacidade institucional para cuidar e tratar do HIV/SIDA, para assegurar a supervisão pública efectiva dos processos de tratamento, nomeadamente através do (i) fortalecimento dos comités nacionais de tratamento estabelecidos no Ministério da Saúde; (ii) programas de expansão da coordenação, desenvolvimento de recursos humanos *procurement* de medicamentos e (iii) monitorar a acessibilidade, qualidade, resultados do tratamento com particular atenção para com os pobres.

O programa é totalmente financiado pelo BM através dum donativo e é implementado pelo Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Combate ao SIDA em parceria com a Comunidade de Santo Egídio, Health Alliance International e Pathfinder International.

Este projecto regional foi aprovado pelo BM em Junho de 2004 e espera-se que o seu encerramento tenha lugar em Setembro de 2007. Até Dezembro de 2005, estava desembolsado o total de 4,5 milhões de dólares, o que corresponde a cerca de 21 por cento do valor do donativo.

Projectos de Modernização do Sector Público e Descentralização

Estão agrupados neste sector quatro projectos, conforme o quadro 12:

Quadro 12: Projectos de Modernização do Sector Público e Descentralização

Nº Ordem	Designação do Projecto	Valor (em milhões de USD)
1	Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza	60
2	Projecto de Planeamento e Financiamento Descentralizados	42
3	Projecto de Desenvolvimento Municipal	34
4	Projecto da Reforma do Sector Público	26
	Total	162

Fonte: Elaboração Própria

1. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza

Este crédito visa apoiar as políticas e as reformas que promovam a melhoria das condições de vida, crescimento económico, investimento privado e emprego, ao mesmo tempo que procura melhorar a governação e a gestão dos serviços e recursos públicos. O presente crédito é desembolsado anualmente em três prestações ao Orçamento do Estado. Em Junho de 2005 estava em curso a preparação do segundo crédito para o ano fiscal de 2006.

O crédito compõe-se de cinco elementos, que são:

- a) Respeito pela Lei, Justiça e Administração Pública;
- b) Sector de Educação;
- c) Saúde e Outros Serviços Sociais;
- d) Indústria e Comércio

O valor do crédito para o ano 1 (2004/2005) é de 60 milhões que em Dezembro de 2005, já se encontrava totalmente desembolsado pelo BM. Estão previstos mais dois créditos de igual valor, para os anos 2 e 3, devendo assim totalizar 190 milhões até finais de 2007.

A Agência a cargo da alocação dos recursos deste crédito é o Ministério das Finanças, que conta igualmente com o apoio de mais dezasseis parceiros de cooperação que financiam o PARPA através de entregas ao Orçamento do Estado moçambicano.

2. Projecto de Planeamento e Financiamento Descentralizados

O objectivo deste projecto é fortalecer a capacidade institucional das administrações locais na planificação e gestão de pequenos investimentos em infra-estruturas nos distritos rurais em resposta à demanda das comunidades.

O projecto tem cinco componentes, a saber:

- a) Planeamento Participativo nos Distritos, que visa desenvolver um sistema de planeamento ao nível do distrito baseado em consultas com a participação da sociedade civil;
- b) Fundo de Investimento Local, que providencia financiamento para pequenas infra-estruturas rurais incluídas nos planos anuais;
- c) Apoio a Política de Descentralização, que presta assistência técnica ao Governo de Moçambique sobre a matéria;
- d) Capacitação da Administração Local, que inclui o fortalecimento do sistema de formação dos oficiais da administração local;
- e) Apoio a Implementação do Projecto, que providencia apoio a equipa de coordenação do projecto a nível central e provincial.

Este projecto está orçado em 46 milhões de dólares dos quais o BM financia em 91 por cento. O restante do financiamento é coberto pelo GM.

O projecto, que tem o Ministério das Finanças como agência de implementação, foi iniciado em Novembro de 2003 e prevê-se que venha a ser encerrado em Junho 2008. Até Dezembro de 2005 foi desembolsado o acumulado de cerca de 11 milhões de dólares (26 por cento do total a ser coberto pelo BM).

3. Projecto de Desenvolvimento Municipal

O objectivo principal deste projecto é de, a longo prazo, fortalecer a capacidade dos governos municipais nas áreas de gestão, finanças e na provisão de infra-estruturas e serviços.

Assim, o projecto tem quatro componentes, a saber:

- a) Capacitação Municipal, que providencia formação aos oficiais e ao pessoal dos municípios e outras organizações que apoiam os municípios;
- b) Reforma Legal e Institucional, que providencia assistência técnica ao Ministério da Administração Estatal para o estabelecimento de um quadro legal e político propício ao desenvolvimento e gestão municipal;
- c) Fundo de Subvenção Municipal, que assiste os municípios com recursos financeiros para implementar obras civis, compra de equipamentos e serviços de consultoria;
- d) Gestão do Projecto e Assistência técnica aos Municípios, que inclui assistência técnica a cinco municípios nas áreas de engenharia, *procurement*, administração de contratos, supervisão das obras e gestão financeira.

O custo total do projecto é de 42 milhões de dólares, donde o BM cobre 81 por cento do financiamento. O remanescente é financiado pelo GM e pelo Fundo Nórdico para o Desenvolvimento (NDF).

A agência de implementação deste projecto é o Ministério da Administração Estatal e a previsão para o seu encerramento é Fevereiro de 2006, cerca de cinco anos após o seu início que ocorreu em Julho de 2001. Até Dezembro de 2005 estava desembolsado pelo BM o acumulado de 19 milhões de dólares, o que corresponde a 56 por cento de realização.

4. Projecto da Reforma do Sector Público

Este projecto tem por objectivo, o apoio ao governo nos seus esforços de descentralização da administração do sector, de modo a assegurar uma maior cobertura e providenciar melhores serviços públicos, contribuindo por conseguinte, na melhoria do ambiente de negócios no país.

O projecto é composto dos seguintes quatro elementos:

- a) Reestruturação do Sector, que contempla o processo de reestruturação do governo central para que a provisão de serviços melhore através da descentralização e da racionalização dos procedimentos;
- b) Governação, que visa o melhoramento da afectação, uso eficiente e prestação de contas no uso dos recursos públicos;
- c) Profissionalização, que tem por objectivo, a motivação dos funcionários no sentido de se tornarem mais prestáveis às solicitações e necessidades dos cidadãos e agentes económicos;
- d) Coordenação do Projecto, que visa fortalecer a capacidade das agências implementadoras, nomeadamente: a Unidade Técnica para a Reforma do Sector Público (UTRESP) e a Comissão Interministerial para a Reforma do Sector Público (CIRESP), na coordenação e no monitoramento das reformas em curso.

O valor do projecto está estimado em 42 milhões de dólares, participando o BM com um financiamento correspondente a 58 por cento. Os outros financiadores são o GM e parceiros bilaterais.

A implementação deste projecto, iniciado em Março de 2003 e com o término previsto para Junho de 2006, está a cargo da UTRESP e da CIRESP. Da parte que cabe ao BM financiar, estava desembolsado o acumulado de 2,8 milhões de dólares até Dezembro de 2005, o que equivale a cerca de 11 por cento do total.

Projectos de Desenvolvimento do Sector Privado e Recursos Minerais

Este grupo congrega três projectos, conforme o quadro 13:

Quadro 13: Projectos de Desenvolvimento do Sector Privado e Recursos Minerais

Nº Ordem	Designação do Projecto	Valor (em milhões de USD)
1	Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)	26
2	Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)	29
3	Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais	18
	Total	73

Fonte: Elaboração própria

1. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)

O objectivo do PODE é aumentar a contribuição do sector privado, especialmente das pequenas e médias empresas (PMEs), na geração de riqueza e na diminuição da pobreza em Moçambique. Neste sentido, o projecto procura contribuir para o melhoramento da capacidade técnica e de gestão das empresas moçambicanas, na provisão de serviços financeiros e no desenvolvimento de capacidades e serviços de apoio ao empresariado local por forma a torná-lo competitivo.

O PODE tem três componentes, a saber:

- a) Aprendizagem Técnica, que oferece incentivos para que as PMEs possam beneficiar de treinamento e de serviços de consultoria no melhoramento dos processos de produção e de gestão;
- b) Apoio Financeiro, que disponibiliza fundos através dos bancos comerciais para o financiamento de pequenas e médias empresas nacionais;
- c) Capacitação Institucional, que visa melhorar a capacidade das instituições privadas e públicas no provimento de serviços de apoio empresarial e apoia as agências do estado no processo de transferência de competências para o sector privado.

Este projecto está avaliado em 48 milhões de dólares, dos quais a comparticipação do BM corresponde a 54 por cento. Os outros financiadores são: o GM, a União Europeia, o *Department for International Development (DFID)* do Reino Unido e *Nordic Development Agency (NORAD)*.

O PODE, que iniciou em Janeiro de 2000 com previsão para encerramento em Junho de 2006, tem como agência de implementação o Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Até Dezembro de 2005 estava desembolsado pelo BM o acumulado de 22,1 milhões de dólares, ou seja 85 por cento do total.

2. *Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)*

O principal objectivo deste projecto regional é iniciar o desenvolvimento, exploração, consumo e exportação de uma maneira sustentável do gás natural de Moçambique. Espera-se que o projecto venha a fornecer uma estrutura que facilite o surgimento de mais projectos do sector privado, através de investimentos na área de exploração de gás e outras indústrias correlacionadas no território nacional.

O projecto compõe-se de duas partes, conforme abaixo indicadas:

- a) Extração, que trata dos campos de extração e processamento do gás natural;
- b) Gasoduto, que trata da transmissão do gás de Moçambique para a África do Sul.

O valor deste projecto está estimado em 721 milhões de dólares. À diferença dos demais projectos aqui descritos, o Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul) não tem o financiamento directo do IDA, sendo o apoio do Banco Mundial efectuado do seguinte modo: cobertura parcial contra riscos pelo BIRD (30 milhões de dólares), garantias para *debt equity* do MIGA (121 milhões de dólares) e participação no capital da empresa implementadora do projecto pelo IFC (10 milhões de dólares). O projecto é co-financiado pelo GM, Sasol e por outras agências de crédito.

O projecto iniciou em Novembro de 2003 e prevê-se que o seu encerramento ocorra em Dezembro de 2007.

3. *Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais*

Este projecto visa prover a assistência técnica ao GM, com o objectivo de desenvolver uma reforma institucional que encoraje a expansão do investimento privado na mineração, tendo em conta a preservação do meio-ambiente e promover intervenções focalizadas para o alívio da pobreza nas áreas de alta incidência de mineração de pequena escala e artesanal.

Assim, o projecto tem as seguintes quatro componentes principais:

- a) Reforma Institucional e Capacitação das Instituições Públicas de Mineração, que inclui a modernização das instituições reguladoras e a promoção de investimentos na mineração;
- b) Desenvolvimento de Infra-estruturas Geológicas, que visa providenciar informação básica e confiável necessária para facilitar a promoção dos investimentos privados no sector da mineração, no país;
- c) Sistema de Gestão ambiental, que consiste em facilitar a coordenação das acções do Ministério dos Recursos Minerais, do Ministério de Coordenação da Acção Ambiental e entidades privadas para assegurar a protecção preventiva do meio-ambiente na mineração;
- d) Sustentabilidade de Mineração de Pequena Escala, que visa promover a consciencialização sobre as maneiras de melhorar o desempenho técnico e

ambiental da mineração artesanal e de pequena escala e o impacto desse tipo de mineração nas comunidades locais.

O projecto está avaliado em 33 milhões de dólares, dos quais o correspondente a cerca de 55 por cento é a contribuição financeira do BM. Os outros financiadores deste projecto são o GM, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), República da África do Sul e Fundo Nórdico para o Desenvolvimento (NDF).

A agência de implementação deste projecto é o Ministério dos Recursos Minerais e tem o encerramento indicado para ocorrer em Junho de 2006, cerca de cinco anos depois de ter iniciado. O total desembolsado pelo BM até Dezembro de 2005 é de 17,4 milhões de dólares, o correspondente a 97 por cento da parte que lhe cabe no financiamento deste projecto.

Projectos de Agricultura e Recursos Naturais

Neste grupo estão considerados dois projectos, constantes do quadro seguinte:

Quadro 14: Projectos de Agricultura e Recursos Naturais

Nº Ordem	Designação do Projecto	Valor (em milhões de USD)
1	Programa de Desp. Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)	40
2	Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha	6
	Total	46

Fonte: Elaboração Própria

1. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)

O objectivo do PROAGRI é melhorar o impacto das despesas públicas na agricultura garantindo um ambiente que permita o crescimento sustentável e equitativo do sector rural²⁴, para reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar, protegendo o meio ambiente e as populações.

O projecto tem três componentes principais, a saber:

- a) Desenvolvimento Institucional, cujo objectivo é capacitar as instituições governamentais para formularem e advogar políticas que habilitem o desenvolvimento de pequenos proprietários e do sector privado;
- b) Serviços de Apoio Agrícola, que procura fortalecer as capacidades administrativas do Ministério da Agricultura, promovendo práticas administrativas sólidas e

²⁴ Cerca de 70 por cento da população moçambicana vive nas zonas rurais. Desta parte da população, 80 por cento vive da agricultura e da exploração dos recursos naturais. Contudo, a produção resultante dessas actividades contribui com apenas 32 por cento no PIB, o que é um indicador de baixo rendimento nestas zonas (Banco Mundial, 2005).

transparentes e a prestação de serviços públicos às comunidades, tal como pesquisas, extensão, saúde pecuária, etc.;

- c) Gestão de Recursos Naturais, que apoia a gestão sustentável de recursos naturais pela provisão de políticas na gestão das florestas e fauna bravia e da terra.

O valor total deste projecto é de 217 milhões de dólares, participando o BM com o financiamento correspondente a cerca de 18 por cento. O restante é coberto pelo co-financiamento do GM e parceiros bilaterais.

O projecto, iniciado em Fevereiro de 1999, tinha como data de encerramento Junho de 2004 que foi prorrogada para Junho de 2006. Até Dezembro de 2005 estava desembolsado pelo BM, o total de 23,9 milhões de dólares o que corresponde a cerca de 60 por cento. A sua agência de implementação é o Ministério da Agricultura.

2. Projecto de Gestão de Biodiversidade Costeira e Marinha

Este projecto é o primeiro duma série de passos conducentes ao desenvolvimento de um programa de gestão integrada da zona costeira em todo o país. O seu objectivo é, por conseguinte, a promoção de um desenvolvimento sustentável da zona costeira na região norte de Moçambique, nomeadamente nas províncias de Cabo Delgado e Nampula.

O projecto compõe-se de cinco elementos a seguir identificados:

- a) Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Comunitário Sustentável, o qual estabelece e fortalece a protecção das áreas chaves de conservação marinha e terrestre, assim como inicia actividades comunitárias orientadas para a conservação em volta e dentro dessas áreas;
- b) Plano de Desenvolvimento Espacial, que integra a conservação e desenvolvimento regional;
- c) Desenvolvimento Sustentável do Sector Privado, que estabelece as melhores práticas para proteger o meio ambiente e a biodiversidade;
- d) Formação e Consciencialização Pública, que trata da consciencialização sobre a necessidade de protecção da biodiversidade;
- e) Gestão e Avaliação do Projecto, que trata da descentralização do planeamento dos recursos litorâneos e marinhos aos níveis locais e provinciais.

O custo total deste projecto está estimado em 11 milhões de dólares, donde o BM financia com uma participação correspondente a 55 por cento. O restante do financiamento é coberto pelo Fundo Global do Meio Ambiente e pelo GM.

Este projecto teve o seu início em Junho de 2000 e prevê-se que o seu encerramento ocorra em Junho de 2007. Até Dezembro de 2005 estava desembolsado o total de 3,4 milhões de dólares, o que corresponde a 57 por cento do valor que cabe ao BM financiar. O Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental é o agente implementador deste projecto.

5.3.2. Dados Estatísticos Sobre os Projectos

Resumidamente, a situação dos projectos aqui descritos pode ser organizada e apresentada conforme os quadros 15, 16 e 17 abaixo:

Quadro 15: Componentes dos Projectos com Financiamento do Banco Mundial

Em Percentagem

Projectos	Obras e Reabilit. E Capacit. Instituc.	Reformas E Capacit. Instituc.	Acesso e Expansão Serviços	Políticas e Gestão Diversos	Total
I. Infra-estruturas					
1. Gestão e Manut. Est Pontes	93,0	6,0	0,0	1,0	0,0 100,0
2. Caminhos de Ferro da Beira	97,0	3,0	0,0	0,0	0,0 100,0
3. Reestrut. Port. Cam. Ferro	15,0	75,0	7,0	3,0	0,0 100,0
4. Desenvolvimento de Agua 1	0,0	11,0	47,0	26,0	16,0 100,0
5. Desenvolvimento de Água 2	47,0	0,0	32,0	4,0	17,0 100,0
6. Reforma e Acesso a Energia	70,0	18,0	12,0	0,0	0,0 100,0
7. Reforma do Sect. Comunicaç	0,0	87,0	0,0	0,0	13,0 100,0
Média	46,0	28,6	14,0	4,9	6,6 100,0
II. Educação e Saúde					
1. Prog. Estr. Sect. Educação	0,0	49,0	45,0	6,0	0,0 100,0
2. Educação Superior	0,0	97,0	3,0	0,0	0,0 100,0
3. Resposta ao HIV/SIDA	0,0	62,0	38,0	0,0	0,0 100,0
4. Prog. Reg. Tratam. Acelerado	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0 100,0
Média	0,0	52,0	21,5	1,5	25,0 100,0
III. Moderniz. Sect. Púb. Descentr.					
1. Crédito Apoio Red. Pobreza	0,0	65,0	0,0	0,0	35,0 100,0
2. Plan. Financ. Descentralizado	42,0	55,0	0,0	3,0	0,0 100,0
3. Desenv. Municipal	54,0	29,0	0,0	17,0	0,0 100,0
4. Reforma do sect. Público	0,0	54,0	0,0	46,0	0,0 100,0
Média	24,0	50,8	0,0	16,5	8,8 100,0
IV. Sector Privado e Rec. Minerais					
1. Desenvolv. Empresarial	0,0	37,0	56,0	0,0	7,0 100,0
2. Capacit. Gest. Rec. Minerais	0,0	21,0	57,0	14,0	8,0 100,0
3. Proj. Regional Gás (Moç-Asul)	40,0	0,0	51,0	0,0	9,0 100,0
Média	13,3	19,3	54,7	4,7	8,0 100,0
V. Agricultura e Rec. Naturais					
1. Prog. Despesas Públicas	0,0	59,0	0,0	32,0	9,0 100,0
2. Gest. Biodiversidade C. Marinha	0,0	37,0	0,0	38,0	25,0 100,0
Média	0,0	48,0	0,0	35,0	17,0 100,0

Fonte: Elaboração própria

Este quadro mostra que nos projectos de infra-estruturas, obras e reabilitação são a maior componente, seguida pela componente reformas e capacitação institucional, com o peso

médio de 46 por cento e 28,6%, respectivamente. Em geral, a componente obras e reabilitação corresponde a maior parcela de aplicação dos recursos financeiros, com excepção nos projectos de Desenvolvimento de Água 1 e de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro e de Reforma do Sector de Comunicação, onde as componentes de acesso e expansão de serviços e reforma e capacitação institucional mereceram maior atenção, respectivamente.

No terceiro grupo de projectos- Modernização do sector Público e Descentralização, a componente reformas e capacitação institucional é a maior com 51% em média.

Em termos médios, nos projectos de Educação e Saúde e de Modernização do Sector Público, a principal componente são as reformas e capacitação institucional com um peso de 52 por cento e 51 por cento, respectivamente.

Nos projectos do Sector Privado e Recursos Minerais a componente acesso e expansão de serviços é a principal com cerca de 55 por cento em termos médios.

No sector de Agricultura e Recursos Naturais, à semelhança do segundo e terceiro grupos de projectos, é a componente reformas e capacitação institucional que tem a maior expressão (48 por cento em média), mas a componente políticas e gestão estratégica tem aqui a maior expressão de todos os cinco grupos de projectos.

Quadro 16: Comparticipação do BM no Financiamento dos Projectos

Projectos	Em %
I. Infra-estruturas	
1. Gestão e Manut. Est Pontes	23,0
2. Caminhos de Ferro da Beira	70,0
3. Reestrut. Port. Cam. Ferro	83,0
4. Desenvolvimento de Água 1	63,0
5. Desenvolvimento de Água 2	78,0
6. Reforma e Acesso a Energia	49,0
7. Reforma do Sect. Comunicaç	81,0
Média	63,9
II. Educação e Saúde	
1. Prog. Estr. Sect. Educação	10,0
2. Educação Superior	85,0
3. Resposta ao HIV/SIDA	86,0
4. Prog. Reg. Tratam. Acelerado	100,0
Média	70,3
III. Moderniz. Sect. Púb. Descentr.	
1. Crédito Apoio Red. Pobreza	100,0
2. Plan. Financ. Descentralizado	91,0
3. Desenv. Municipal	81,0
4. Reforma do sect. Público	58,0
Média	82,5
IV. Sector Privado e Rec. Minerais	
1. Desenvolv. Empresarial	55,0
2. Capacit. Gest. Rec. Minerais	58,0
3. Proj. Regional Gás (Moç-Asul)	4,0
Média	39,0
V. Agricultura e Rec. Naturais	
1. Prog. Despesas Públicas	18,0
2. Gest. Biodiversidade C. Marinha	55,0
Média	36,5
Média global	58,4

Fonte: Elaboração própria

Deste quadro observa-se que a comparticipação do BM no financiamento dos projectos é, em termos de média global do universo analisado, de cerca de 60 por cento, cifra aproximadamente igual a comparticipação média deste financiador no sector de infra-estruturas. Em média, nos sectores de educação e saúde e de modernização do sector público a comparticipação do BM supera os 70 por cento, enquanto que no sector privado e recursos minerais e no sector de agricultura e recursos naturais o co-financiamento do BM é de pouco menos de 40 por cento.

**Quadro 17: Nível de Realização de Desembolsos do BM em
31.12.2005**

Projectos	Em % Financ. BM	Período Encerr. Projecto
I. Infraestruturas		
1. Gestão e Manut. Est Pontes	62,0	Dez.06
2. Caminhos de Ferro da Beira	8,0	Jun.10
3. Reestrut. Port. Cam. Ferro	69,0	Dez.06
4. Desenvolvimento de Água 1	103,0	Out.05
5. Desenvolvimento de Água 2	58,0	Set.07
6. Reforma e Acesso a Energia	8,0	Dez.07
7. Reforma do Sect. Comunicaç	47,0	Jun.06
II. Educação e Saúde		
1. Prog. Estr. Sect. Educação	84,0	Jun.06
2. Educação Superior	57,0	Mai.07
3. Resposta ao HIV/SIDA	23,0	Dez.08
4. Prog. Reg. Tratam. Acelerado	21,0	Set.07
III. Moderniz. Sect. Púb. Descentr.		
1. Crédito Apoio Red. Pobreza	100,0	Dez.05
2. Plan. Financ. Descentralizado	26,0	Jun.08
3. Desenv. Municipal	56,0	Fev.06
4. Reforma do sect. Público	11,0	Jun.06
IV. Sector Privado e Rec. Minerais		
1. Desenvol. Empresarial	85,0	Jun.06
2. Capacit. Gest. Rec. Minerais	97,0	Jun.06
3. Proj. Regional Gás (Moç-Asul)	Na	Dez.07
V. Agricultura e Rec. Naturais		
1. Prog. Despesas Públicas	60,0	Jun.04
2. Gest. Biodiversidade C. Marinha	57,0	Jun.07

Fonte: Elaboração própria

na = não aplicável

Daqui conclui-se que os sectores de modernização do sector público e descentralização e de agricultura e recursos naturais são os que apresentam os baixos níveis de realização de desembolsos se vistos em relação aos períodos de encerramento estabelecidos.

5.4 Factores Restritivos na Implementação dos Projectos

Entre Março e Abril de 2003, no âmbito da preparação de mais uma reunião da revisão do desempenho da carteira de projectos financiados pelo BM- Country Portfolio Performance Review (CPPR)²⁵, uma equipa conjunta do BM e do BDM efectuou visitas às unidades de implementação de Projectos (UIPs). Destas visitas, foram identificados problemas relacionados com determinados aspectos inerentes a implementação dos projectos e que a seguir se descrevem:

5.4.1. Descrição dos Factores Restritivos Identificados

i) Contas especiais

Este é o mecanismo de canalização de recursos financeiros pelo financiador para contas que devem ser abertas em bancos que reúnem determinados requisitos de solidez financeira, devendo os meios financeiros ser utilizados para cobrir determinadas despesas consideradas elegíveis nos termos e condições de cada acordo de crédito assinado. O problema indicado em relação a este mecanismo era a necessidade de obtenção de autorizações cambiais exigidas nos termos da legislação local para pagamentos ao exterior, o que torna o processo de pagamentos moroso afectando deste modo os prazos previstos.

ii) Fundos de contrapartida

Trata-se de recursos financeiros que devem ser disponibilizados pelo Estado moçambicano como sua comparticipação no financiamento dos projectos. O problema colocado foi a falta ou demora na sua disponibilização, o que cria roturas e até paralisação das actividades, afectando assim os desembolsos do BM e deste modo a implementação dos projectos.

iii) Aprovação de contratos

Nos termos da legislação local, os contratos que envolvem pagamentos ao exterior devem ter a aprovação do departamento de Divisas do Ministério das Finanças. Além disso, outros tipos de aprovações são necessárias, como por exemplo, os vistos do Tribunal Administrativo. O problema mencionado é a morosidade na concessão dessas aprovações e vistos, para além do considerado razoável, o que provoca filas de espera na realização das actividades dos projectos e os consequentes atrasos na conclusão dos mesmos.

iv) “No objections”

Trata-se de um passo no processo de aquisição de bens e serviços destinados aos projectos, no qual se espera que o financiador BM declare que não se opõe a sua

²⁵ O CPPR é um evento, geralmente anual, que reúne responsáveis de alto nível do Ministério das Finanças, da Missão Residente do BM, do BDM e coordenadores das UIPs, para avaliar o desempenho da carteira de projectos com o financiamento do BM, definir planos de acção sobre a gestão da mesma e traçar estratégias para a superação dos principais constrangimentos enfrentados na implementação dos referidos projectos. Desde 2003, os CPPRs passaram a ser precedidos por mini CPPRs que são reuniões de preparação daqueles envolvendo responsáveis ao nível mais técnico dos parceiros atrás mencionados.

efectivação. O problema levantado foi a morosidade por parte do BM na concessão da referida não objecção, o que acabava afectando negativamente todo o processo de implementação dos projectos.

v) Monitoria e avaliação

É um processo de controlo e prestação de contas através do qual pretende-se verificar, a adequação das actividades realizadas aos objectivos dos projectos, o cumprimento dos procedimentos definidos nos acordos e, tomar acções pertinentes visando corrigir tempestivamente os efeitos indesejáveis. Constatou-se que a nível das UIPs não haviam mecanismos implantados com essa perspectiva.

vi) Preparação técnica do pessoal afecto aos projectos

Embora a admissão do pessoal para trabalhar nas UIPs seja geralmente por concurso, o que pressupõe o preenchimento de determinados requisitos, o facto é que no terreno constatou-se que o referido pessoal nem sempre estava a altura do desempenho das tarefas, o que impunha formação especializada em gestão financeira, procedimentos do BM quanto aos mecanismos das contas especiais, *procurement*, desembolsos, etc.

5.4.2. Resumo das Constatções do Trabalho de Campo Sobre os Factores Restritivos

Volvidos cerca de três anos, os resultados das entrevistas e questionários efectuados aos coordenadores dos projectos sobre os referidos aspectos, no âmbito da presente dissertação, permitem resumir as constatações pelos cinco (5) sectores de actividade, conforme abaixo apresentado:

No sector de infra-estruturas, de um modo geral, os factores Contas Especiais, Concessão de “no Objections” e Preparação Técnica do Pessoal já não afectam significativamente os projectos, graças essencialmente, a experiência acumulada em lidar com os procedimentos do BM, as acções de capacitação do BM e a flexibilidade deste através dos Task Team Leaders (TTL) que agem como facilitadores dos processos. Todavia, prevalecem algumas dificuldades e fraquezas, nomeadamente: a limitação da domiciliação das contas apenas em bancos elegíveis para o caso do factor Contas Especiais e a fraca habilidade técnica de pessoal quando os projectos são desenvolvidos dentro das instituições do Estado, donde se destaca o não domínio da língua inglesa que é crucial na interpretação dos acordos e na comunicação com os financiadores, isto no que se refere ao factor Preparação Técnica do Pessoal.

Para este sector continuam sendo constrangimentos os factores Fundos de Contrapartida e Aprovação de Contratos. Com efeito, o atraso na disponibilização destes fundos compromete os contratos, provoca a acumulação de dívidas com os fornecedores e atrasa a efectivação dos desembolsos dos fundos do BM, afectando fortemente a implementação dos projectos. Do mesmo modo, a grande cadeia de aprovações, algumas das quais só para simples assinatura, faz perder tempo devido as agendas bastante preenchidas das pessoas envolvidas. Outro entrave no processo de aprovações são os vistos do Tribunal Administrativo para onde os contratos devem ser submetidos em português, o que implica trabalho adicional de tradução. No entanto, relativamente

ao factor Fundos de Contrapartida, verifica-se neste sector, alguma melhoria nos últimos tempos devido ao carinho especial que o GM vem dedicando a este grupo de projectos e a flexibilidade do BM que se manifesta pelo adiantamento da sua parte de financiamento contra garantias do Estado honrar a sua participação.

No sector de Educação e Saúde, as Contas Especiais e a Concessão de “no objections” já não são mais problema, sendo a experiência do gestor e uma boa planificação e a facilitação dos TTL respectivamente, as determinantes nas melhorias registadas nestes factores. A Aprovação de Contratos não tem impacto significativo neste grupo, enquanto que a Preparação Técnica do Pessoal afecta de algum modo, pois embora as pessoas adstritas aos projectos recebam preparação técnica, ao longo da implementação entram outras pessoas não directamente ligadas aos projectos (exemplo, beneficiários dos donativos) e que não percebem dos procedimentos do BM, para além de que a medida que se vai descendo da cadeia de comando, as responsabilidades sobre os projectos vão-se diluindo.

O factor Fundos de Contrapartida, tal como ao sector de Infra-estruturas afecta grandemente o grupo de projectos do sector da Saúde e Educação. Aqui, o atraso na disponibilidade destes recursos acarreta custos adicionais, por exemplo os de armazenagem de medicamentos, sabido que determinadas taxas e impostos não são elegíveis a pagamento pelo BM.

Na Modernização do Sector Público e Descentralização, tal como no sector precedente, os factores Contas Especiais e Aprovação de Contratos já não prejudicam a implementação dos projectos, graças a experiência acumulada na observância dos procedimentos do BM. A disciplina é importante para evitar penalizações do BM por utilização indevida dos fundos. Embora requeira dispêndio de tempo, a Concessão de “no Objections” também já não representa constrangimento significativo na implementação deste grupo de projectos, mas o factor Fundos de Contrapartida é de facto um grande problema, pois para além dos atrasos, quando disponibilizados, os fundos são em montantes inferiores às necessidades dos projectos, o que conduz a acumulação de dívidas e emergência de conflitos com os fornecedores e consequentes interrupções, comprometendo assim todo o processo de implementação dos projectos. O BM vem entretanto flexibilizando o fluxo dos desembolsos da parte que lhe cabe. Outro factor que afecta este grupo de projectos, todavia em menor dimensão que o anterior, é a preparação técnica do pessoal, pois embora a contratação das pessoas seja por concurso, nem sempre estas reúnem as melhores capacidades técnicas daí que os contratos sejam objecto de revisão. Além disso, na articulação com os outros sectores é comum encontrar pessoas que são insensíveis aos procedimentos dos projectos. Todavia, os seminários têm ajudado a colmatar este problema.

No Desenvolvimento do Sector Privado e Recursos Minerais é também o factor Fundos de Contrapartida que afecta grandemente, sobretudo no início dos projectos mais antigos. Com o tempo e com o ganhar da consciência das consequências negativas para os projectos, as partes envolvidas foram empreendendo esforços no sentido de eliminar os obstáculos. O factor Preparação Técnica do Pessoal também afecta de algum modo este grupo, pois apesar de os projectos terem capacidade para contratar pessoal a altura

das atribuições, os projectos que envolvem instituições do Estado apresentam muitos problemas de articulação porque as pessoas não têm ainda a cultura de trabalho. Os factores Contas Especiais e Aprovação de Contratos e Concessão de “no Objections” já não são constrangimentos, graças a experiência e as acções de capacitação, conforme já referido nos anteriores grupos de projectos.

No sector de Agricultura e Recursos Naturais à semelhança dos quatro sectores já mencionados, o factor Fundos de Contrapartida é de facto um problema. Aqui, este factor afecta os projectos restringindo a realimentação das contas e dificultando o relacionamento com os fornecedores de serviços devido ao não cumprimento dos compromissos com estes. Neste grupo de projectos é o factor que mais pesa na qualificação do BM. O factor Preparação Técnica do Pessoal é também um constrangimento porque afecta a qualidade do procurement, produção dos relatórios de progresso e por isso a própria implementação. Todavia, o nível de preparação técnica tende a evoluir com as acções de capacitação do BM. Apesar de o factor Contas Especiais não afectar significativamente, por vezes este mecanismo implica o estabelecimento de procedimentos paralelos, o que corresponde a equipas de gestão independentes e paralelas. A Aprovação de Contratos já não é mais constrangimento porque a morosidade reduziu com a colaboração das partes envolvidas. Também o factor Concessão de “no Objections” deixou de ser problema pois o diálogo ficou mais fácil com o melhoramento do relacionamento com os TTL.

Quanto ao factor Monitoria e Avaliação, os conteúdos das respostas obtidas da pesquisa nos cinco grupos de projectos em referência, convergem quanto ao facto deste não se fazer sentir, o que faz com haja a tendência de se esquecer os objectivos iniciais afectando assim a eficácia dos projectos. Normalmente, a monitoria é feita pelo BM e quando as UIPs a fazem é na perspectiva de melhor elaborar os relatórios exigidos pelo financiador e não tanto de avaliar o nível de cumprimento dos objectivos dos projectos e dos custos e benefícios para as entidades financiadas. Além disso, o estabelecimento das UIPs, inicialmente deu a entender que estas só tinham de prestar contas aos financiadores. Contudo, as auditorias anuais obrigatórias e o ainda incipiente processo de produção de relatórios para o governo permitem algum grau de avaliação dos projectos.

Esquemáticamente, o que acima se referiu permite classificar os seis factores em quatro graus de restrição (Muito restritivo, restritivo, pouco restritivo e não restritivo) nos cinco sectores em análise, conforme mostra o quadro 18.

Quadro 18: Resumo das Constatações do Trabalho de Campo Sobre os Factores Restritivos na Implementação dos Projectos

Factores	Infra-estruturas	Educação e Saúde	Modernização do sector Público e Descentralização	Desenv. Sector Privado e Recursos Minerais	Agricultura e Recursos Naturais
i) Contas especiais	Pouco restritivo	Não restritivo	Não restritivo	Não restritivo	Pouco restritivo
ii) Fundos de contrapartida	Muito restritivo	Muito restritivo	Muito restritivo	Muito restritivo	Muito restritivo
iii) Aprovação de contratos	Restritivo	Pouco restritivo	Não restritivo	Não restritivo	Não restritivo
iv) Concessão de “no objections”	Não restritivo	Não restritivo	Pouco restritivo	Não restritivo	Não restritivo
v) Monitoria e avaliação	Restritivo	Restritivo	Restritivo	Restritivo	Restritivo
vi) Preparação técnica do pessoal	Pouco restritivo	Restritivo	Restritivo	Restritivo	Restritivo

Fonte: Elaboração própria

Do acima exposto conclui-se que os factores i) Contas Especiais e iv) Concessão de “no Objections” já não constituem problema em todos os projectos em análise, uma vez que em todos os cinco sectores analisados as conclusões variam de *pouco restritivo* para *não restritivo*, sendo esta última a mais prevalecte. Já os Fundos de Contrapartida (factor ii), são o principal aspecto restritivo comum na implementação dos projectos acima descritos, como se pode ver, com as conclusões a apontarem para *muito restritivo* em todos os sectores. O factor iii) Aprovação de Contratos, continua a ser problema apenas nos projectos de infra-estruturas, ainda que com menor dimensão relativamente ao passado e, um pouco no sector da Educação e Saúde. Em relação ao factor v) Monitoria e Avaliação, as conclusões dos sectores convergem em classificá-lo em *restritivo*. Quanto ao factor vi) Preparação Técnica do Pessoal, conclui-se que actualmente afecta menos, i é, *pouco restritivo* no sector de infra-estruturas, mas nos restantes quatro sectores continua a ser *restritivo* apesar de algumas melhorias, conforme a análise feita acima.

O constrangimento causado pela irregularidade dos fundos de contrapartida é testemunhado também pelo próprio BM, o qual refere no seu relatório de 2005 sobre o acompanhamento dos projectos que a inadequada alocação destes recursos afecta o desempenho dos projectos. Segundo este relatório, no final de 2005, 11 projectos tinham pendentes 1.7 milhões de dólares de pagamentos aos contratados, em consequência deste problema. Nesse

relatório, o BM identificou três causas principais do problema em apreço, sendo: i) a incapacidade do Governo de gerar receitas fiscais suficientes para cobrir as suas despesas rotineiras, ii) deficiente processo de preparação de orçamentação dos fundos de contrapartida, e iii) inadequado sistema governamental de desembolso dos fundos de contrapartida.

Para além dos principais constrangimentos acima identificados, as entrevistas e os questionários permitiram identificar percepções e sensibilidades sobre outros aspectos que afectam negativamente a implementação dos projectos e por conseguinte os resultados dos mesmos. Tais aspectos podem ser agrupados em sete áreas, conforme apresentado a seguir.

Contexto Social e Regional: O contexto social e regional em que os projectos são desenvolvidos pode dificultar ou facilitar o acesso às áreas geográficas de implementação. Por exemplo, nas províncias, onde as limitações orçamentais e de conhecimento são maiores, as atenções são desviadas dos objectivos do projecto para atender a outras prioridades.

Complexidade do Projecto: Alguns projectos têm uma componente forte de racionalização da força de trabalho, o que implica gerir factores de ordem psicológica e de comportamento, tarefa que é bastante delicada, sendo por isso difícil de cumprir com os prazos.

Processo de Preparação: Nalguns casos, o processo que vai desde a preparação dum projecto até a efectividade e início da implementação é bastante longo, chegando a durar três (3) anos, o que faz com que os objectivos inicialmente previstos não tenham mais relevância, quando as condições já estejam criadas para a iniciação dos projectos, daí a necessidade de pedidos de extensão dos prazos de execução e do objecto de financiamento. Por outro lado, o levantamento das situações não é exaustivo, os consultores envolvidos nesta fase muitas vezes não conhecem a realidade económica e sócio-cultural, mas é deles a posição que prevalece havendo projectos que são uma cópia doutros da mesma natureza noutros países, o que faz com que na implementação surjam muitas questões não previstas requerendo assim novas negociações, novos recursos e novos planos de execução.

Competência e motivação do agentes: Algumas instituições não estão preparadas para lidar seriamente com o rigor dos processos relativos aos projectos do Banco Mundial, encarando-os com pouco cometimento, facto que origina erros de procedimentos, devoluções e perdas de tempo. Reflexos de falta de motivação do pessoal nos processos de implementação são evidentes nalguns projectos desenvolvidos dentro de instituições do Estado, devido a ausência de incentivos equiparáveis aos das UIPs.

Mudanças de Governação Institucional: Os projectos que têm mais a ver com a sustentabilidade das instituições são vulneráveis a mudanças de governação pois implicam novas pessoas, filosofias, prioridades e novas agendas políticas e a definição dos termos de referência nestes projectos é mais difícil por envolver mudanças nos processos e nas pessoas (culturas, atitudes e mentalidades), o que tem implicações no cumprimento dos prazos.

Legislação: As leis estão desajustadas ao contexto económico-social actual, o que requer flexibilidade e destreza para conceder isenções fiscais sempre que se mostrem necessárias a correcta implementação dos projectos.

Requisitos do BM: O requisito imposto pelo BM de não pagamento de cem por cento das despesas quando os contratados são entidades nacionais desfavorece a participação de agentes económicos locais nos projectos e ligado a isto, verifica-se que há pouco espaço de manobra para que se faça sentir a liderança e o poder nacionais, nestes projectos. Outrossim, a alteração constante das pessoas do Banco Mundial envolvidas no processo de implementação resulta em vários pontos de vista sobre o mesmo assunto, havendo decisões de uma missão de supervisão que são contrariadas pelas seguintes.

Tanto os principais factores restritivos, como os outros aspectos que afectam a implementação dos projectos aqui expostos, reflectem as percepções e sensibilidades dos entrevistados nas UIPs. No entanto, da leitura dos relatórios de conclusão da implementação dos projectos – Implementation Completion Reports (ICR) elaborados pelo BM, constata-se que este financiador também identifica factores chaves que afectam a implementação dos projectos, alguns dos quais coincidem com os mencionados pelas UIPs, que requerem atenção para que em projectos ou programas futuros possam ser evitados ou pelo menos minimizados. São os seguintes factores identificados, os quais podem ser mais ou menos controláveis pelo Governo:

- O desenho dos créditos como operações de investimento dependentes do suporte financeiro dos doadores, sem que haja um quadro normativo que assegure o necessário suporte e a má preparação dos projectos no arranque, atrasa a implementação dos respectivos planos;
- O lento desembolso dos fundos de contrapartida, a atenção inadequada à gestão, deficiente coordenação e direcção nos estágios iniciais dos projectos afectam os prazos estabelecidos para a sua conclusão;
- A falta de competências locais no domínio dos procedimentos de *procurement* do BM e de gestão financeira atrasou a implementação dos projectos nos primeiros anos;
- Fraca actividade de monitoramento e avaliação por parte do Governo, o que dificulta a identificação atempada de constrangimentos;
- Aspectos estruturais ligados ao excesso de liquidez no sistema bancário, a disponibilidade de títulos de baixo risco e as dificuldades procedimentais na obtenção de garantias concorreram para o receio dos bancos relativamente ao uso das linhas de crédito disponibilizadas pelo BM para o financiamento das PME e por outro lado, as taxas de juro elevadas (cerca de 25%) desincentivaram o apetite ao crédito;

- As condições naturais que assolaram o país, nomeadamente as cheias de 2000 e 2001 atrasaram a implementação das obras dos projectos por vários meses;
- Os processos políticos, como as eleições presidenciais e parlamentares de 2004 atrasaram a aprovação de leis cruciais para o melhoramento do ambiente de negócios, por um lado e por outro, aspectos de política económica, como a nomeação de novos Ministros no decurso dos projectos implicou a redefinição de prioridades e movimentação de pessoas chaves nos processos de decisão, afectando assim as fases dos projectos;

Do acima descrito, verifica-se que são vários os aspectos que prejudicam a implementação dos projectos em estudo. Enquanto que os seis factores apresentados no quadro 18 acima, que resume as respostas das questões específicas do questionário elaborado neste estudo vem merecendo uma atenção conjunta do BM e do GM entre outros parceiros, o que se reflecte nas melhorias alcançadas, os outros aspectos referidos mais abaixo, precisam ainda de ser considerados nas revisões periódicas da carteira de projectos (CPPR) ou noutros eventos de avaliação dos constrangimentos que afectam a implementação e os resultados dos projectos com o financiamento do BM.

5.5 A Contribuição Efectiva e Esperada dos Projectos para o Crescimento Económico e Desenvolvimento do País

Apesar dos factores restritivos acima, o facto é que a economia cresceu significativamente nos últimos anos, período correspondente a implementação dos projectos em análise, conforme mostram os indicadores sobre Moçambique apresentados no subcapítulo 4.1., acima. As mudanças na realidade económico-social são visíveis e podem sentir-se, pelo menos por quem viveu os anos pós-independência marcados pela carência generalizada de bens e serviços.

A maior parte dos projectos aqui analisados está ainda em implementação, conforme acima referido e talvez isso explique, pelo menos parcialmente, o facto de não haver estudos ou avaliações significativos sobre a contribuição destes projectos no crescimento económico do país. Todavia, no âmbito do presente trabalho, foi recolhida²⁶ alguma informação que permite concluir que as acções desenvolvidas no âmbito destes projectos contribuem para espreitar as actividades económicas, aumentam os postos de trabalho, capacitam e fortalecem as instituições, melhoram os procedimentos na prestação do serviço público, estendem o fornecimento de serviços públicos para uma cada vez maior quantidade de pessoas, estimulando deste modo a geração de rendimentos, o crescimento económico e o bem estar social. Abaixo, descrevem-se as constatações sobre os resultados obtidos ou esperados dos projectos em análise.

²⁶ A informação foi recolhida das brochuras e dos relatórios de conclusão de implementação de alguns projectos (Implementation Completion Reports) elaborados pelo BM, brochuras do FIPAG, dos CFM e da UTRESP e do estudo da Austral Consultoria e Projectos, Lda sobre o impacto sócio-económico da reabilitação de estradas e do Estudo Sócio-Económico na Estrada Nacional 1 e Estradas Rurais elaborado pela Impacto Lda, Estudos e Projectos Ambientais.

5.5.1 Projectos Concluídos

Neste ponto apresentam-se os objectivos previamente definidos, comparados com os respectivos resultados obtidos dos projectos cujos relatórios de conclusão de implementação (ICR) já se encontravam elaborados pelo BM, até ao final de Março de 2007 e que foram cedidos pela sua Missão Residente em Moçambique. Trata-se dos seguintes projectos: Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1, Programa Estratégico do Sector da Educação (ESSP), Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza (PRSC1) e Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE).

O detalhe dos objectivos e resultados obtidos destes projectos constam do Apêndice ao presente estudo, sob o título *Resultados Obtidos e Esperados dos Projectos com o Financiamento do Banco Mundial*. Contudo, resumidamente pode mencionar-se as seguintes realizações:

O Projecto Nacional de Água 1 habilitou a Direcção Nacional de Águas (DNA) a implementar uma gama de políticas que incluem a introdução de regimes mais eficientes de fornecimento com o envolvimento do sector privado o que reduziu o fardo nas despesas públicas e permitiu a melhoria e a extensão na prestação deste serviço. Em resultado deste projecto, cinco cidades (Maputo, Beira, Quelimane, Nampula e Pemba) já estão sob gestão privada e ao nível rural foram construídos mais 130 pontos de água que permitem servir cerca de 62.000 pessoas. Outro resultado assinalável é o incremento substancial na capacidade de gestão de recursos hídricos o que permitiu uma melhor negociação com os países vizinhos de onde nascem os rios de que Moçambique depende.

O Programa ESSP permitiu uma melhoria nos resultados médios nos exames dos níveis primário e básico (cerca de 70 por cento 2005 contra cerca 50 por cento em 2000). De igual modo reduziram as taxas médias de repetição de cerca de 25 por cento em 1999 para menos de 20 por cento em 2005 e aumentaram cerca de três vezes, as taxas de matrículas no mesmo período.

O PRSC1 contribuiu para uma melhoria dos indicadores macroeconómicos e para um aumento nas receitas fiscais o que a médio prazo vai permitir reduzir a dependência em relação a ajuda externa. Das reformas do sector público cobertas por este crédito, resultou que o ambiente de negócio melhorou com a redução do tempo para o registo de negócios de 153 dias para 113 dias e o registo industrial e de terras ficou mais expedito. Os dados recolhidos indicam também que os distritos ficaram mais autónomos com a capacitação das autoridades locais em planificação e orçamentação, o quadro legal ficou mais fortalecido com a aprovação do novo código comercial e a capacidade do BDM para regulamentar e supervisionar instituições financeiras ficou mais fortalecida com a aprovação da nova lei (9/2004) para este sector.

Do projecto PODE obteve-se avanços significativos ao nível da capacitação de empresas através de consultorias e formação de formadores, o que resultou no surgimento de novos mercados de fornecimento do saber, facto que a médio e longo prazos irá contribuir para a

redução do recurso a formação no exterior. Uma importante realização deste projecto foi o estabelecimento do primeiro parque industrial em Moçambique, que já atraiu 22 empresas representando 15 milhões de dólares de investimento de que resultou cerca de 1000 postos de trabalho.

Com base nesta amostra de projectos concluídos, pode dizer-se que os projectos em análise contribuem significativamente na criação de bases para: o alargamento da capacidade produtiva e da prestação de serviços através da participação do sector privado nas actividades económicas, a capacitação e fortalecimento das instituições do Estado, o incremento da geração do conhecimento através da melhoria das condições de ensino e aprendizagem, a melhoria do ambiente de negócio através da reforma da legislação comercial e laboral o que a médio e longo prazo permitirá uma maior arrecadação de receitas fiscais e maior investimento público.

5.5.2 Projectos Em Implementação

Outra informação mais dispersa e recolhida dos estudos elaborados pelas empresas de consultoria Austral, Lda e Impacto Lda, sobre o impacto sócio-económico da reabilitação de Estradas²⁷, do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), dos Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) e da Unidade Técnica para a Reforma do Sector Público (UTRESP), permitem sistematizar os resultados dos projectos em estudo e ainda em fase de implementação, conforme segue:

Projectos de Infra-estruturas

Em resultado do Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes, segundo o estudo sócio-económico da Impacto, L.da, espera-se que as comunidades das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete e Nampula venham a ter um acesso facilitado aos serviços de transporte, o que atrai a fixação de pessoas nas zonas rurais para o desenvolvimento de actividades produtivas e do comércio informal ao longo das estradas. Um outro estudo sócio-económico da Austral Consultoria e Projectos conclui que a reabilitação de estradas tem uma influência positiva na preferência pelo uso de postos de saúde convencionais uma vez que o bom estado das vias permite uma poupança na manutenção e no desgaste de viaturas e no gasto de combustível, o que faz com que os transportadores sejam mais frequentes tornando assim os outros serviços públicos mais próximos das comunidades.

O projecto de Água Nacional 2 permitiu a melhoria do serviço de abastecimento de água nas cidades do sul (Xai-Xai, Chokwe, Inhambane e Maxixe), com os sistemas a adquirem maior fiabilidade. Abaixo, apresentam-se alguns exemplos de acções desenvolvidas nas cidades do sul país.

²⁷ Os estudos foram financiados pelo IDA.

Quadro 19: Acções Desenvolvidas no Âmbito do Abastecimento de Água em quatro cidades do sul

Cidades\Acções	Const. Depósitos (capacidade em m3)	Substituição de tubagem (em km)	Montagem de condutas (capacidade em km)	Const. de furos (capacidade de em m3)	Constr. De fontanários (em unidad.)	Const. Ligações Domiciliárias (em unidad.)
Xai-Xai	2.350	38,8	5	300	30	4984
Chókwe	500	3,2	12,1	80	8	1258
Inhambane	360	12,1	0,6	Si	12	3174
Maxixe	800	10,8	3,4	Si	10	1443

Fonte: Elaboração Própria

Si = sem informação

Por outro lado, a participação do sector privado através da cessão de exploração em cinco províncias do país (Maputo, Beira, Quelimane, Nampula e Pemba), permitiu a realização de obras para a reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água e para o aumento da capacidade de tratamento, de transporte e armazenamento e de expansão da rede de distribuição, o que irá proporcionar este serviço básico a mais pessoas.

O projecto de Reforma e Acesso a Energia permitiu que a empresa pública Electricidade de Moçambique completasse a sua reorganização estrutural, o que resultou na melhoria da sua situação financeira. Este projecto proporcionou também a participação do sector privado no fornecimento de energia eléctrica, o que trará maior competitividade e a consequente melhoria na qualidade do fornecimento deste serviço.

Com o projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro resultou a reconstrução de 600 quilómetros da Linha de Sena que vai proporcionar emprego a cerca de 2.500 pessoas e permitirá o transporte de 6,5 milhões de toneladas de carga. Por outro lado, no âmbito deste projecto racionalizou-se o pessoal da empresa pública CFM de 18.500 para 6.000 trabalhadores em todo o país, o que a torna mais sustentável.

O projecto de Reforma do Sector das Comunicações criou condições para o aumento da teledensidade e para a entrada do segundo operador de telefonia móvel em Moçambique (Vodacom), o que cria concorrência com o consequente benefício para os utentes destes serviços.

Projectos de Educação e Saúde

A nível da Educação este grupo de projectos, contribuiu para a construção de 138 escolas primárias no total em todas as províncias do país, seis escolas secundárias e reabilitação de outras seis. Por outro lado, o número de graduados no ensino superior aumentou de 794 em 2000/1 para 1409 em 2002/3 em resultado das reformas na educação e funcionamento de estabelecimentos do ensino superior privadas.

A nível da Saúde, um novo plano estratégico Nacional (2005-2010) foi adoptado pelo Conselho Nacional de Combate ao Sida em 2004 e o número de gabinetes de

aconselhamento e testagem voluntária (GATV) cresceu de 36 em 2002 para 113 em 2005. Espera-se que o país ganhe capacidade para implementar programas que providenciem cuidados e tratamentos que sejam efectivos na prevenção da transmissão da doença da mãe para o filho, que sejam acessíveis e equitativos e que as pessoas vivendo com o vírus do sida e as suas famílias possam beneficiar de tratamentos que proporcionem, uma vida longa, saudável e produtiva.

Projectos de Modernização do Sector Público e Descentralização

Os benefícios da implementação deste grupo de projectos incluem a capacitação de 880 oficiais em 33 municípios no âmbito da descentralização que já se mostra efectiva através dos conselhos consultivos distritais. As políticas implementadas no âmbito destes projectos permitem também que haja no país uma maior estabilidade económica, sobretudo através de um maior controlo da taxa de inflação, com as taxas de juros praticadas pelos bancos comerciais a registarem uma tendência de baixa em consequência das reformas no sector financeiro. As análises funcionais dos Ministérios da Indústria e da Agricultura com o objectivo de melhorar a sua prestação, os programas implementados com vista a emissão de vistos de entrada nos postos fronteiriços, o reconhecimento notarial das assinaturas nas escolas, a facilitação dos processos de registo automóvel, de obtenção de cartas de condução e de autorização de uso e aproveitamento da terra, contribuíram para a flexibilização das actividades sociais e empresariais trazendo assim um maior dinamismo na economia do país.

Projectos de Desenvolvimento do Sector Privado e Recursos Minerais

No âmbito do projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais foi estabelecido um sistema de registo da actividade mineira que permitiu que o tempo médio necessário para o processamento de novos pedidos de licenças de mineração fosse reduzido de 102 dias em 2003 para 50 dias em 2004 e estão em curso acções na Direcção Nacional de Geologia, visando a modernização da cobertura em cartografia geológica do país, para facilitar a identificação de novos depósitos com potencial para exploração mineira.

Os resultados do projecto Regional de Gás (Moçambique-África do Sul) já são evidentes através da operacionalização do gasoduto de 865 quilómetros para o transporte de gás de Inhambane para a África do Sul e pelo funcionamento desde 2005 do ponto de consumo do gás na Matola-Maputo, para uso na actividade industrial e no consumo doméstico.

Projectos de Agricultura e Recursos Naturais

Algumas acções enquadradas no Projecto PROAGRI incluem os serviços de extensão em regime de subcontratação a privados em alguns distritos do país, visando o fomento e expansão da produção de tabaco, de algodão e de sementes oleaginosas.

No âmbito do projecto de Gestão de Biodiversidade Costeira e Marinha foi formulado e adoptado um plano de desenvolvimento integrado e participativo, visando o planeamento de acções para a manutenção da biodiversidade, a partir da identificação do potencial e dos constrangimentos sócio-económicos e ambientais da região. Outras acções deste projecto

incluem a construção de uma estação de campo para educação e pesquisa sobre a biodiversidade marinha, a identificação e a demarcação de áreas de conservação ambiental assim como a consciencialização pública sobre os benefícios e o papel das comunidades no uso sustentável de recursos naturais.

Resumidamente, o acima exposto, permite afirmar que o conjunto de projectos em análise contribui significativamente na criação de bases para: um desenvolvimento sustentável através da criação e reabilitação das vias de acesso e de comunicação e extensão de serviços de água e energia eléctrica, o alargamento da capacidade produtiva e da prestação de serviços através da participação do sector privado nas actividades económicas, a capacitação e fortalecimento das instituições do Estado através das reformas e modernização dos processos de administração, o incremento da geração do conhecimento através da melhoria das condições de ensino e aprendizagem, a melhoria do ambiente de negócio através da reforma da legislação comercial e laboral o que a médio e longo prazo permitirá uma maior arrecadação de receitas fiscais e maior investimento público.

5.6 Análise dos Resultados do Estudo

Como vimos no subcapítulo 2.1., desenvolvimento económico é um processo que implica uma melhoria progressiva do bem estar das populações através do acesso não só a uma maior quantidade de bens, mas também a uma melhor qualidade de vida traduzida pelo acesso a educação, saúde, saneamento, entre outros indicadores. Os dados macroeconómicos e de desenvolvimento humano apresentados no capítulo 4 deste estudo mostram que apesar de Moçambique continuar a ser um dos países mais pobres do mundo tem vindo a registar progressos rumo ao desenvolvimento. Apesar dos constrangimentos apresentados no subcapítulo 5.4, o apoio do Banco Mundial através dos projectos em estudo tem sido crucial para os progressos que Moçambique vem registando nos últimos anos, conforme sustenta a informação sobre as realizações efectivas e esperadas constantes do subcapítulo 5.5. Com efeito, os projectos financiados pelo BM, melhoram as vias de comunicação contribuindo para que os serviços públicos estejam mais próximos das comunidades, proporcionam o acesso a água e ao saneamento a mais pessoas e permitem a participação do empresariado na prestação deste tipo de serviços básicos. Há mais alunos matriculados nas escolas, a rede escolar vem aumentando e as repetições tendem a baixar. Através dos projectos de desenvolvimento empresarial alargou-se a participação do sector privado no crescimento da economia nacional. O ambiente de negócios melhorou com as reformas do sector público, através da redução do tempo para registo de negócios.

Os factores restritivos a implementação dos projectos afectam o melhor proveito da assistência do BM e aqui coloca-se a questão da capacidade de absorção que se levantou na parte introdutória deste trabalho. Conforme referido, é sobretudo o factor *fundos de contrapartida* que afecta significativamente a generalidade dos projectos, devido a incapacidade do Estado gerar receitas fiscais suficientes e inadequado sistema governamental de desembolso. Devido a esta limitação, os desembolsos do BM acabam ficando pendentes, o que constitui um custo de imobilização que acaba afectando a capacidade de utilização dos empréstimos disponibilizados. O sector de Modernização do Sector Público e Descentralização e o sector de Agricultura e Recursos Naturais são os que

apresentam os mais baixos níveis de desembolsos em Dezembro de 2005 se considerados em relação a data do termo de implementação, conforme se pode ver no quadro 17 acima.

As outras questões colocadas a volta da assistência ao desenvolvimento, nomeadamente, o nível óptimo da ajuda e os critérios de alocação da mesma, não constituem preocupação no caso de Moçambique, pois o país tem vindo a mostrar progressos económico-sociais, o que lhe torna merecedor de mais assistência ao desenvolvimento pelo critério de selectividade, conforme sugerido por autores críticos da condicionalidade quase sempre presente na assistência do BM.

Apesar do desempenho económico sustentável, para o qual o apoio financeiro do BM vem sendo crucial, Moçambique continua sendo um dos países mais pobres do mundo com um produto nacional bruto per capita de 270 dólares em 2004 e com 70 por cento da população vivendo ainda em zonas rurais, segundo o Banco Mundial (2007). Assim, a assistência do BM continua sendo necessária, mormente nos sectores como de infra-estruturas, de saúde e educação e de agricultura que contribuem para um desenvolvimento harmonioso do país.

Graças ao seu desempenho económico e ao cumprimento das metas acordadas nos programas com o FMI, Moçambique tem vindo a merecer uma atenção concentrada no perdão da dívida, pois sem ele, como país pobre não conseguiria crescer de forma sustentável. Uma enorme parcela das suas exportações destina-se a pagar os empréstimos aos credores bilaterais e multilaterais. O HIPC e outras iniciativas visam reduzir o fardo da dívida dos países menos desenvolvidos, grupo do qual Moçambique faz parte.

Muito recentemente, no decorrer do ano de 2006, o FMI, BM e BAD, decidiram incluir Moçambique na lista dos países pobres que beneficiam do perdão da dívida para com estas instituições no âmbito da iniciativa MDRI. Esta decisão resulta num perdão de cerca de dois (2) milhões de Dólares, dos quais cerca de 65 por cento é contribuição do BM.

A análise da informação recolhida e dos documentos obtidos junto do BM revela que:

- A maioria dos problemas directamente ligados ao processo de implementação dos projectos com o financiamento do BM, identificados por ocasião da preparação do CPPR de 2003, foram ao longo do tempo sendo ultrapassados total ou parcialmente (vide o capítulo 5.4), em resultado por um lado, dos esforços empreendidos pelas partes envolvidas e por outro, de um cada vez melhor domínio dos procedimentos implantados, graças às acções de capacitação que foram sendo realizadas pelo próprio BM e pelas UIPs;

Os fundos de contrapartida são o principal factor restritivo em relação ao qual não houve melhorias significativas, continuando a afectar a generalidade dos projectos em análise. Conforme o Banco Mundial (2005), as principais causas deste factor são: a incapacidade do governo moçambicano para gerar receitas fiscais para cobrir as suas despesas rotineiras, deficiente processo de preparação para os fundos de contrapartida e um sistema inadequado do governo para o desembolso dos fundos de contrapartida.

Há outros aspectos restritivos que afectam negativamente a implementação, tais como, a não consideração do contexto sócio-cultural no desenho dos projectos, a falta de preparação

e cometimento por parte de algumas instituições, a falta de motivação do pessoal dos projectos desenvolvidos fora das UIPs, leis desajustadas ao contexto económico-social, o requisito do BM de não pagamento da totalidade das despesas tratando-se de contratados nacionais, a rotação sistemática do pessoal do BM responsável pelos projectos, o excesso de liquidez por um lado e por outro, as elevadas taxas de juro no sistema bancário que desincentivam o apetite ao crédito e os processos políticos, como as eleições que atrasaram a aprovação das leis cruciais para o melhoramento do ambiente de negócios (vide o subcapítulo 5.4).

Em relação à contribuição dos projectos para o crescimento económico e desenvolvimento do País, existem ganhos proporcionados pelos projectos em análise.

Em resultado dos projectos desenvolvidos no sector de Infra-estruturas verifica-se: condições melhoradas de habitação ao longo das estradas reabilitadas, a actividade económica é mais dinâmica com o aumento do tráfego, com o surgimento de indústrias ao longo das estradas e participação de operadores de países vizinhos que também desfrutam de boas estradas, os fornecimentos dos serviços públicos melhoraram e, aumentou o número de pessoas beneficiárias, a participação do sector privado no provimento de serviços básicos como água e telecomunicações aumentou e racionalizou-se a força de trabalho, o que tornou sustentáveis algumas empresas públicas.

Dos projectos desenvolvidos no sector de Educação e Saúde resultou: a construção de 138 escolas primárias e seis escolas secundárias, a redução da taxa média de repetições, o aumento do número de inscrições no nível primário e de graduados no ensino superior, o aumento do número de gabinetes de testagem voluntária de HIV/SIDA e espera-se que o país venha a ganhar capacidade para providenciar cuidados e tratamentos do SIDA.

Com o desenvolvimento de projectos de Modernização do Sector Público, o país vem beneficiando das seguintes melhorias: maior estabilidade macroeconómica em resultado de políticas monetárias consistentes, maior celeridade na afectação de recursos financeiros públicos através do SISTAFE, espera-se que as percepções recolhidas das famílias e funcionários públicos contribuam para a redução da corrupção e reforço da boa governação e, alguns serviços públicos (emissão de vistos de entrada, reconhecimentos notariais de assinaturas, registo automóvel, autorização do uso e aproveitamento da terra) foram descentralizados, o que vai trazer uma maior dinâmica na actividade económica.

Nos projectos de Desenvolvimento do Sector Privado e Recursos Minerais verifica-se que: cerca de 26 mil trabalhadores das PME's beneficiaram de formação e 470 projectos contam com consultorias especializadas, o que permitirá maiores e melhores capacidades de desempenho e a médio e longo prazos, a redução do recurso a formação no exterior, a campanha "made in Mozambique" que visa promover e incentivar a produção, o consumo e a exportação de bens e serviços nacionais foi financeiramente apoiada no âmbito destes projectos, um sistema de registo de actividades mineiras foi implantado, o que permite reduzir o tempo de emissão de licenças de mineração e o gasoduto de 865 km para exportação de gás para a África do Sul está em exploração.

Dos projectos de Agricultura e Recursos Naturais obtém-se os seguintes ganhos: aumento de pedidos de uso da terra, expansão da produção de tabaco, algodão e de sementes oleaginosas, foram desenvolvidas acções visando a manutenção da biodiversidade e está em curso a implementação de micro-projectos para as comunidades locais bem como a construção de uma estação para educação e pesquisas sobre a biodiversidade marinha.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. Conclusões

Este trabalho abordou a Assistência do Banco Mundial ao Desenvolvimento de Moçambique através dos projectos de Investimento com o objectivo de identificar os factores críticos na sua implementação e a contribuição desta modalidade de ajuda nos sectores económico-sociais beneficiários em particular, e no país em geral.

Neste contexto, foi feito um enquadramento conceptual dos termos relacionados com o desenvolvimento e ajuda ao desenvolvimento. Em seguida, foram expostos os mecanismos de financiamento ao desenvolvimento, com destaque para os do BM e a actuação desta instituição em Moçambique. Os 20 projectos activos até Junho de 2005, principal objecto da análise, foram apresentados, bem como foram identificados os principais factores restritivos que afectaram a implementação dos referidos projectos. Posto isto, apresentaram-se os resultados efectivos e esperados da contribuição do BM, através dos projectos analisados, nas actividades económico-sociais de Moçambique, o que permite concluir que a assistência em alusão tem sido crucial para o bom desempenho económico que o país vem registando nos últimos dez anos.

Tendo em conta os objectivos deste estudo, conclui-se que houve melhorias significativas, em relação aos principais constrangimentos identificados na implementação dos projectos, se se comparar com a situação constatada por ocasião da preparação do CPPR de 2003, uma vez que dos seis factores, nomeadamente, contas especiais, fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, monitoria e avaliação e preparação técnica do pessoal, só o segundo destes continua sendo um grande problema para a generalidade dos projectos analisados, enquanto os restantes foram sendo total ou parcialmente ultrapassados, graças a experiência acumulada ao longo do tempo e às acções de capacitação.

Todavia, ao longo do estudo foi constatada a prevalência de outros aspectos restritivos á implementação dos projectos tais como, a não consideração do contexto sócio-cultural no desenho dos projectos, a falta de preparação e cometimento por parte de algumas instituições, falta de motivação do pessoal dos projectos desenvolvidos fora das UIPs, leis desajustadas ao contexto económico-social, o requisito do BM de não pagamento da totalidade das despesas tratando-se de contratados nacionais, a rotação constante do pessoal do BM responsável pelos projectos, a vulnerabilidade do país às condições naturais e os processos políticos, como as eleições (vide o subcapítulo 5.4).

Da análise dos dados, também se conclui que os projectos estudados neste trabalho contribuem significativamente na criação de bases para: o alargamento da capacidade produtiva e da prestação de serviços através da melhoria das condições das infra-estruturas públicas e da participação do sector privado nas actividades económicas; a capacitação e fortalecimento das instituições do Estado; o incremento da geração do conhecimento através da melhoria das condições de ensino e aprendizagem; a melhoria do ambiente de negócios através da reforma da legislação comercial e laboral o que a médio e longo prazos

permitirá uma maior arrecadação de receitas fiscais e maior investimento público. As realizações dos projectos do género dos analisados neste trabalho são os pilares para um desenvolvimento sustentável e harmonioso, uma vez que criam condições para que as actividades económicas possam ter lugar em todo o território nacional.

Deste modo, pode concluir-se, que a assistência do BM a Moçambique é consistente com a sua missão genérica de Banco de Desenvolvimento e com o que esta instituição vem declarando como sendo os seus pilares gêmeos de estratégia de redução da pobreza designadamente, a promoção de um clima favorável para o investimento e a capacitação de pessoas pobres habilitando-as a participar no processo de desenvolvimento. Isto tudo é notável nos objectivos dos projectos de infra-estruturas, educação, saúde e modernização e descentralização do sector público. Entretanto, se a equidade é necessária no processo de desenvolvimento e se as oportunidades devem estar disponíveis para toda a população na luta contra a redução dos níveis da pobreza, os sectores como agricultura e recursos naturais requerem que a participação do BM seja mais expressiva, já que a maioria da população moçambicana vive nas zonas rurais.

Finalizando, este trabalho atingiu o seu objectivo proposto, apresentando a seguir algumas recomendações e pistas para estudos futuros.

6.2. Recomendações

Tendo em conta os problemas registados que condicionam a implementação dos projectos de desenvolvimento e contribuem para limitar os resultados alcançados, mostra-se necessário desenvolver acções com vista a um melhor aproveitamento dos recursos financeiros investidos pois o financiamento do BM implica o endividamento externo em relação ao qual, o país registou no passado, graves incumprimentos. A generosidade de que o país vem beneficiando através do HIPC e mais recentemente através do MDRI visa permitir que este possa canalizar os recursos para os seus sectores mais carenciados em prol da redução dos níveis da pobreza, ao mesmo tempo que permite que o pagamento do serviço da dívida remanescente seja sustentável. No entanto, não se pode contar com essa generosidade para sempre. É necessário que os projectos aqui analisados e outros financiados pelo BM, contribuam para o crescimento económico, redução da vulnerabilidade do país relativamente aos fenómenos naturais através de infra-estruturas adequadas e para tornar a economia mais robusta perante os choques externos através do aumento das reservas internacionais que só é possível com o incremento da produção e das exportações, tarefa para a qual o investimento empresarial é crucial.

Assim, tendo em conta as informações recolhidas no presente estudo, para que a assistência do BM seja mais eficaz e com menor desperdício de recursos, as seguintes recomendações podem ser avançadas:

1. Necessidade de descentralização de decisões para níveis mais executivos para tornar mais célere a cadeia de aprovações dos projectos. Os níveis elevados de decisão poderiam ser informados sobre o desenvolvimento dos

projectos através de sistemas de reporte periódico (semanal, mensal, trimestral, etc.).

2. Estabelecimento e operacionalização de sistemas de controlo interno, com pessoal habilitado e experiente, nas UIPs ou instituições onde os projectos são desenvolvidos, para assegurar que os procedimentos e os objectivos traçados sejam devidamente observados, evitando-se assim os atrasos devidos às devoluções dos pedidos de desembolsos e outras situações que afectam a implementação dos projectos.
3. Criação e desenvolvimento de projectos dentro das instituições beneficiárias, sempre que possível, em substituição gradual das UIPs com vista a um melhor aproveitamento e preservação do conhecimento adquirido ao longo da implementação dos projectos.
4. Necessidade de compatibilizar as responsabilidades com os benefícios das pessoas envolvidas na implementação dos projectos evitando-se, por exemplo, situações em que um técnico capacitado para gerir um projecto de 40 milhões de dólares ganhe por mês 500 Dólares.
5. Necessidade de formação das pessoas, especialmente dirigida a mudar as mentalidades para uma cultura de trabalho e de servir. Neste sentido, projectos como o PODE com um novo desenho visando criar bases para o empreendedorismo, produção e serviço com qualidade, mostram-se pertinentes.
6. Envolvimento de moçambicanos na concepção dos projectos e não apenas de consultores do BM que pelo pouco conhecimento do país nem sempre avaliam correctamente as reais necessidades, potencialidades e limitações dos locais onde se pretende implementar os projectos.
7. Necessidade de realização de seminários de apresentação dos principais aspectos dos projectos, pelo menos pelas partes envolvidas na sua implementação, para sensibilização sobre os mesmos e sobre a importância do papel de cada uma das partes para o seu sucesso.
8. Conformação da lei com a realidade económica actual para evitar a obstrução da dinâmica das actividades, o que tem consequências no cumprimento dos prazos de implementação dos projectos.
9. Revisão pelo BM das condicionalidades impostas nos pagamentos quando os contratados são entidades nacionais, para evitar ainda mais a actividade económica de Moçambique como país beneficiário da sua assistência.
10. Capacitação do Governo de Moçambique para melhor preparar os seus orçamentos harmonizando a gestão da sua tesouraria com os planos de

desembolsos dos projectos, com vista a eliminar o impacto negativo da inadequada alocação dos fundos de contrapartida identificada como o principal constrangimento enfrentado na implementação dos projectos com o financiamento do BM que conforme referido, é crucial para melhorar o clima de investimento e o custo de fazer negócio em Moçambique.

6.3. Limitações do Estudo

Pretendendo analisar os projectos financiados pelo Banco Mundial com vista a identificar os principais constrangimentos na sua implementação, bem como seu impacto no desenvolvimento do país, este trabalho tem algumas limitações em parte impostas pela escassez e falta de sistematização da informação.

Com efeito, ainda há pouca informação sistematizada sobre os projectos desenvolvidos com o financiamento do Banco Mundial. Efectivamente a informação que o BM disponibilizou para efeitos do presente estudo, parece ser a primeira elaborada de forma organizada e mais ou menos completa para o consumo público, sobre a sua presença e as suas acções em Moçambique.

Nos sectores onde os projectos são desenvolvidos não há ainda avaliações significativas sobre o cumprimento dos objectivos previstos e nem se quer sobre os impactos sectoriais ou económico-sociais, o que limita a profundidade na abordagem dos assuntos.

Deste modo, este trabalho representou uma oportunidade de sistematizar informação dispersa, mas ficou limitado na profundidade desejada da análise, em particular no que se refere à dimensão dos impactos dos projectos na economia e na sociedade moçambicana.

6.4. Pistas para Estudos Futuros

Tendo em consideração as limitações anteriormente referidas, há um conjunto de pistas em aberto para trabalhos futuros nesta área, nomeadamente:

- na avaliação do cumprimento dos objectivos dos projectos e nos impactos nas populações alvo, na redução da pobreza e crescimento económico decorrentes dos projectos terminados há pelo menos três anos.
- na análise de como os aspectos estruturais ligados ao excesso de liquidez no sistema bancário, a disponibilidade de títulos de baixo risco e as dificuldades procedimentais na obtenção de garantias concorreram para o receio dos bancos relativamente ao uso das linhas de crédito disponibilizadas pelo BM para o financiamento das PME's.
- na produção de estatísticas fiáveis que permitam suportar os estudos.

REFERÊNCIAS

Adler, J. H; Schlesinger e Olson, E. C. (1952), *Public Finance and economic Development in Guatemala*, Stanford University Press. Stanford.

Austral Consultoria e Projectos, Lda (2001), *Socio-economic Impact Assessment of the Rehabilitation of Roads in Mozambique*. Maputo.

Banco de Moçambique (2003), *Relatório dos Problemas Identificados na Implementação dos Projectos financiados pelo Banco Mundial*. Maputo.

Banco de Moçambique (2006), *Relatório do CPPR de 2006*. Maputo.

Banco de Moçambique (2007), *Relatório Anual de 2006*. Maputo.

Banco Internacional de Moçambique (2004), *Relatório e Contas de 2004*. Maputo.

Banco Mundial (2003), *O Banco Mundial em Moçambique, 2ª edição*. Maputo.

Banco Mundial (2003), *Estratégia de Assistência a Moçambique 2004-07*. Maputo.

Banco Mundial (2004), *The World Bank Annual Report 2004. Financial Statements*, V. 2. World Bank, Washington D.C.

Banco Mundial-Moçambique (2005), *Por um mundo livre de pobreza*. Disponível: <http://www.worldbank.org/mozambique>.

Banco Mundial (2005), *African Development Indicators*. The World Bank. Washington, D.C.

The World Bank and Mozambique (2005), *20 Years of collaboration*. Centro de Informação Pública. Maputo.

Banco Mundial (2005). *The World Bank Annual Report 2005. Year in Review*. Cathy L. Gagnet. Washington.

Banco Mundial (2005), *World Development Report 2006. Equity and Development*. The World Bank and Oxford University Press. New York.

Banco Mundial (2005), *Simplified Implementation Completion Report on the First Poverty Reduction Support Operation*. Maputo.

Banco Mundial (2006), *Implementation Completion Report on a Credit For National Water Development Project I*. Maputo.

Banco Mundial (2006), *Implementation Completion and Results Report on a Credit for Education Sector Strategy Program (ESSP)*. Maputo.

Banco Mundial (2006), *Mozambique Portfolio Monitoring Report. Second Quarter of FY06*. Maputo.

Banco Mundial (2007), *Implementation Completion and Results Report on a Credit for a Second Poverty Reduction Support Operation*. Maputo

Banco Mundial (2007), *Implementation Completion and Results Report for Enterprise Development Project*. Maputo.

Baraňano. A. (2004), *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*. Manual de Apoio à realização de Trabalhos de Investigação. Edições Sílabo, 1ª edição. Lisboa.

Bird, G. (1992), *International Aspects of Economic Development*. University of Surrey. UK.

Bowles, S. Durlauf, S. e Hoff, Karla (2006), *Poverty Traps*. Russell Sage Foundation. New York.

Cassen, R. & Associates (1988), *Does Aid Work? Report to an Intergovernmental Task Force*. Clarendon Press. Oxford. New York.

CFM (2005), *1975-2005-30 anos de Desempenho Ferro-portuário*. Revista Xitimela. Maputo.

Cooper, R. (2001), *Macroeconomic Experience of Developing Countries*. Oxford University. London.

FIPAG (2004), *Gestão Privada de Água-Moçambique*. Maputo.

Gueneau, Marie Cristine (1986), *Afrique, Les Petits Projets de Developpement Sont Ils Efficaces?* Editions L'Harmattan.Paris.

Hanlon J. (1979), *Paz sem Benefício. Como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. 1ª edição. Maputo.UEM.

Harrison, Laurence (2000), *Underdevelopment is a State of Mind*. Madison books. New York.

Impacto Lda, Estudos e Projectos Ambientais (2006), *Estudo Sócio Económico na ENI e Estradas Rurais*. Maputo.

Instituto Nacional de Estatística (2005), *Anuário Estatístico*. Maputo.

KPMG (2005), *100 maiores empresas de Moçambique em 2004*. 7ª edição. Maputo.

- Krugman, P. and Obstfeld M. (2001), *Economia Internacional. Teoria e Política*. 5ª edição. Pearson Education. São Paulo.
- Meier, G. e Baldwin, R. (1968), *Desenvolvimento Económico*. São Paulo. Editora Mestre Jou.
- Meier, G. and Stiglitz, J. (2001), *Frontiers of Development Economics*. Oxford University Press. Washington.
- Michaileof. S. (1987), *Les Apprentís sorciers du Développement*. Ed. Économica. 2e. edition. Paris.
- Murteira, M. (1990), *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*. Editorial Presença. 2ª Edição. Lisboa.
- Murteira, M. (2002), *A Economia em 24 Lições*. Editorial Presença. 4ª Edição. Lisboa.
- Neves, João César das (2001), *Princípios de Economia Política*. Editorial Verbo. 2ª edição. Lisboa.
- OCDE (1991), *Financement et Dette Extérieure de Pays en Développement*. Paris.
- República de Moçambique (2001). *Estratégia Global da Reforma do Sector Público 2001-2011*. Maputo.
- República de Moçambique (2005), *Relatório sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Maputo.
- Reto, L. e Nunes, F. (2001), *Linhas Orientadoras para a Elaboração de Teses de Mestrado em Gestão*. ISCTE.
- Reto, L. e Nunes, F. (2001), *Métodos como Estratégia de Pesquisa. Problemas Tipo numa Investigação*. Revista Portuguesa de Gestão (2000). Lisboa.
- Richardson. R. (1999), *Pesquisa Social. Métodos e Técnicas*. 3ª Edição. São Paulo.
- Salvatore, D. (2000), *International Economics, 7. edition*. McGraw-Hill. London.
- Salvatore, D. (2005), *Introduction to International Economics*. 1st Edition. Fordhan University. John Wiley and Sons Inc.
- Samuelson, P. Et Nordhaus, W. (1999), *Economia*. Mc Graw-Hill. New York.
- Stern N. (2002), *A Strategy for Development*. Worldbank. Washington.

Stiglitz, J. (2002), *Globalização. A Grande Desilusão*. Terramar – Editores, Distribuidores e Livreiros, Lda. 3ª edição. Lisboa.

Tamames, R. e Huerta, B. G. (2001), *Estrutura Económica Internacional*. Publicações Dom Quixote. 5ª edição. Lisboa.

The World Bank and Mozambique (2005), *20 Years of collaboration*. Centro de Informação Pública. Maputo.

Véron, J. (2005), *L'aide au Développement. Evolutions Récentes et Grands Débats*. Agence Française de Développement. Paris.

Apêndice – Resultados Obtidos e Esperados dos Projectos com o Financiamento do Banco Mundial

Quadro 20: Resultados Obtidos em Quatro Projectos Concluídos até Dezembro de 2006

Designação do Projecto	Objectivos dos Projectos	Resultados Obtidos
Infraestruturas		
Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1 (<i>vide abaixo a lista dos indicadores chave de desempenho</i>)	<p>O objectivo do projecto é melhorar a qualidade, confiabilidade, cobertura e sustentabilidade dos serviços de provisão e saneamento de água rural e urbana, bem como capacitar a administração do sector. Assim, o propósito do projecto foi repartido em quatro sub objectivos de desenvolvimento, a saber:</p> <p>i) Reorientar e incrementar a capacidade das instituições do sector em linha com a visão estratégica estabelecida na Política Nacional de Água;</p> <p>ii) Preparar a gestão privada para o provimento de sistemas das cidades de Maputo, Beira, Quelimane, Nampula e Pemba;</p> <p>iii) Reorientar e reformar a gestão e implementação do fornecimento de água rural e salubridade com vista a que as organizações do sector possam prover de forma sustentável, os serviços de água e saneamento a cada vez maior população;</p> <p>iv) Melhorar a gestão dos recursos hídricos do país.</p>	<p>Os resultados alcançados são respectivamente os seguintes:</p> <p>i) A capacitação institucional através deste projecto habilitou a Direcção Nacional de Águas (DNA) a implementar uma gama de políticas inovadoras, incluindo a introdução de novos e mais eficientes regimes de fornecimento com envolvimento do sector privado o que reduziu o fardo nas despesas públicas ao mesmo tempo que melhorou o alcance e o nível dos serviços;</p> <p>ii) As cinco cidades estão já sob gestão privada do sector com a supervisão do regulador (Comissão de Regulação de Água) e com o serviço urbano eficiente de activos detidos por uma <i>holding</i> (FIPAG) ambos estabelecidos pelo projecto;</p> <p>iii) A componente de fornecimento de água rural incrementou o acesso sustentável com a construção de 130 pontos adicionais de água através dos quais 62.000 pessoas são servidas. O projecto teve um efeito catalizador no sector uma vez que permitiu o desenvolvimento e testagem de políticas que se mostraram efectivas no campo de tal forma que atraiu a confiança de outros doadores na alocação de fundos para o sector;</p> <p>iv) O sector da gestão dos recursos hídricos incrementou substancialmente a sua capacidade e desenvolveu uma visão futurista da política e estratégia de desenvolvimento. O projecto contribuiu para Moçambique encetar negociações com os países vizinhos de onde nascem os rios de que o país depende.</p>
Educação e Saúde	Objectivos dos Projectos	Resultados Obtidos
Programa Estratégico do Sector da Educação (ESSP)	<p>O objectivo de desenvolvimento do ESSP era proporcionar um incremento no acesso à educação equitativa e de elevada qualidade capaz de promover um desenvolvimento económico e social do país. Os indicadores chave de desempenho são:</p> <p>a) Aumento da proporção de</p>	<p>Os resultados obtidos são como segue:</p> <p>a) <u>Sucesso nos exames</u>: em 2000, houve um aumento nas médias do ensino primário de 54% para 67% no nível da quinta classe (EP1) e na sétima (EP2) de 37% para 53% e no ensino secundário básico (ESB) de 33% para 45%. Nos anos subsequentes até 2005, as médias variaram até aos níveis de 75% e 60% nos níveis de EP1 e EP2 e ESB, respectivamente²⁸.</p>

²⁸ Este aumento é difícil de explicar uma vez que as intervenções relacionadas com a aprendizagem, tais como reforma do curriculum estão ainda no início de implementação e não estão suficientemente difundidas. Além disso, as visitas às escolas não evidenciaram condições suficientes que justificassem estes níveis de ensino, uma vez que mais de metade de alunos não têm livros e as avaliações aleatórias sugerem dificuldades no processo de aprendizagem (Banco Mundial, 2006).

	<p>estudantes que passam dos principais exames do ensino primário e do ensino secundário básico: (i) quinta classe, de 54% para 74%; (ii) sétima classe, de 37% para 60%; e (iii) décima classe, de 33% para 55%.</p> <p>b) Redução da média de repetições para metade tanto para o ensino primário como para o ensino secundário básico.</p> <p>c) Aumento nas taxas brutas de matrículas (TBM): (i) primeira a quinta classes de 67% para 86%; (ii) sexta a sétima classes de 5% para 30%.</p> <p>d) Aumento nas matrículas nas escolas e nos distritos onde as salas de aulas estivessem construídas com um nível de acabamento de pelo menos 75% da nova capacidade criada.</p> <p>e) Implementação de pelo menos 80% do programa de trabalho para cada ano, medido por metas físicas, gastos orçamentais e actividades rotineiras.</p> <p>f) Obtenção da taxa acordada de descentralização da gestão nas províncias e distritos conforme definido no plano a ser incluído no Manual de Implementação do Programa.</p>	<p>b) <u>Redução nas repetições:</u> A taxa média de repetições reduziu de 24% em 1999 para 11% em 2005, no EP1, de 25% para 6% no EP2 e de 25% para 19% no ESB.</p> <p>c) <u>Aumento nas TBM:</u> Verifica-se um aumento significativo e estável nas TBM em todos os níveis de ensino. No EP1, esta taxa foi 131%, 47% no EP2 e no ESB, cresceu cerca de 3 vezes mais em 2005 relativamente a 1999.</p> <p>d) <u>Aumento das Matrículas com o Programa de Construção:</u> O aumento nas matrículas confirma o alcance deste objectivo. As visitas de campo do BM às novas salas construídas indicaram que os alunos frequentavam as escolas.</p> <p>e) <u>Implementação do Programa de Trabalho:</u> Durante a primeira metade do projecto este objectivo não foi atingido, contudo nos últimos três anos, o projecto ultrapassou o previsto completando mais de 80% do programa anual de trabalho.</p> <p>f) <u>Descentralização:</u> Cumprindo as regras estabelecidas no Plano Económico e Social do Distrito, cada província foi responsável pela planificação e orçamentação do uso dos cerca de 7 milhões de Meticais. A dimensão em que cada província foi capaz de cumprir não é clara, uma vez que a implementação da terceira componente do ESSP, ie Capacitação Institucional, foi limitada.</p>
<p>Modernização do Sector Público e Descentralização</p>	<p>Objectivos dos Projectos</p>	<p>Resultados Obtidos</p>
<p>Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza (PRSC1)</p>	<p>Este crédito foi desenhado como parte integral da estratégia do BM para apoiar a implementação do PARPA 1. Esta estratégia está reflectida em aspectos transversais e institucionais que irão aprofundar o apoio do BM na agenda de reformas do Governo de Moçambique através de: (i) capacitação do Sector Público e Transparência através do fortalecimento da gestão financeira pública, redução da dependência em relação a ajuda, melhorar a monitoria e avaliação (M&E), e aceleração da reforma do sector público; (ii) melhorar o</p>	<p>Os objectivos traçados estão no geral a ser cumpridos, sendo que alguns deles só poderiam ser completados no final da implementação das três operações do BM no valor de 60 milhões de dólares cada em que este PRSC1 é o primeiro. A seguir descreve-se os resultados obtidos em cada dos objectivos identificados, seguindo a mesma ordem das alíneas correspondentes:</p> <p>a) Alcançado: o PIB cresceu 7,2% em 2004 e 6,2% em 2005, a taxa média de inflação decresceu de 12,6% em 2004 para 6,4% em 2006, as taxas de juros continuaram a decrescer e o défice fiscal decaiu;</p> <p>b) Em curso: No final de 2004 o rácio era de 63,3%, de despesas nos sectores prioritários, mas em 2005 este rácio foi de 66,3%;</p> <p>c) Em curso: Os ministérios onde o Sistema Electrónico de Administração Financeira do Estado</p>

	<p>clima de investimento através do fortalecimento do sector financeiro, minorar os constrangimentos no ambiente regulatório, e expandir a infra-estrutura de serviços; e (iii) melhorar os serviços de saúde, educação, saneamento e água. Assim, foram definidos os seguintes objectivos de desenvolvimento:</p> <p>a) Manter um ambiente macroeconómico estável que facilite a adopção de políticas e reformas consistentes com o PARPA;</p> <p>b) Despender pelo menos 65% do orçamento em acções tendentes a redução da pobreza;</p> <p>c) Melhorar a gestão das finanças públicas pelo Governo;</p> <p>d) Aumentar as receitas, facilitando os ajustamentos fiscais e redução da dependência em relação a ajuda;</p> <p>e) Implementar medidas para tornar os negócios mais eficientes;</p> <p>f) Introdução de práticas claras e transparentes de contratação de serviços (<i>procurement</i>) pelo Estado para reduzir problemas e custos inerentes;</p> <p>g) Capacitação das autoridades locais em planificação, orçamentação, gestão financeira para gerir a infra-estrutura de provimento descentralizado de serviços;</p> <p>h) Fortalecer o quadro legal para realização de negócios;</p> <p>i) Capacitação do Governo na identificação de aspectos de corrupção e desenvolvimento de planos para abordá-los de forma mais agressiva;</p> <p>j) Uma supervisão de bancos e instituições não bancárias mais efectiva e mais eficiente;</p> <p>k) Reduzir o grau de protecção efectiva da indústria local;</p> <p>l) Introdução de uma lei de trabalho mais flexível, permitindo os empresários a reestruturar, aumentar a contratação e rendimentos</p>	<p>(e-SISTAFE) foi desenvolvido está satisfatoriamente a executar os orçamentos correntes e de investimento;</p> <p>d) Alcançado: As receitas de 2005 estão estimadas em 14% do PIB, contra 12,6% em 2004, o desempenho fiscal para 2005 foi melhor do que o programado pelo FMI na quarta revisão do Programa de Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF);</p> <p>e) Em curso: Três medidas chave de reforma do sector público foram alcançadas: registo de terra em 90 dias, registo industrial mais expedito e emissão de vistos na fronteira. Mas, melhorar o clima de negócios não depende apenas destas três medidas. Além disso, a criação do posto único de venda em três províncias contribuiu para a eficiência dos negócios. O relatório <i>Doing Business</i> 2007, baseado nos dados de 2005, mostra algumas melhorias. Por exemplo, o número de dias para registar um negócio reduziu de 153 dias para 113 dias de 2004 para 2005;</p> <p>f) Em curso: <i>Procurement</i> desenvolve-se no sentido correcto, foram feitas auditorias dos processos de contratação de bens e serviços em vários ministérios e documentos padronizados para concursos foram elaborados tendo já iniciado a capacitação do pessoal envolvido;</p> <p>g) Em curso: Os distritos já são entidades de orçamentação e como tal, receberam pela primeira vez em 2006 a alocação para investimentos. Também os indicadores do PAF para 2004 e 2005 sobre descentralização foram parcialmente alcançados e indicadores do PAF para 2006 nesta área são positivos;</p> <p>h) Alcançado: O quadro legal para a realização de negócios ficou mais fortalecido com a aprovação do novo código comercial</p> <p>i) Em curso: O índice de percepção da corrupção para 2006, baseado em várias pesquisas posiciona Moçambique no número 99 (score 2.8) de um total de 163 países considerados, pontuação igual a atingida para 2005 e 2004 contra score 2.7 correspondente ao lugar número 86 de um total de 133 atingido em 2003;</p> <p>j) Alcançado: A capacidade do BDM para regulamentar e supervisionar instituições financeiras foi fortalecida com a aprovação da nova lei das instituições de crédito. Espera-se uma avaliação mais completa no final da série destes PRSC;</p> <p>k) Em curso: os direitos aduaneiros sobre as importações foram reduzidos. Espera-se melhor avaliação no final da série de PRSC;</p> <p>l) Em curso: A nova lei de trabalho foi aprovada esperando-se que venha proporcionar uma maior dinâmica no mercado de trabalho e por conseguinte maior competitividade.</p>
--	--	--

	tornando os negócios mais competitivos.	
Desenvolvimento do Sector Privado e Recursos Minerais	Objectivos dos Projectos	Resultados Obtidos
Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE) <i>(vide abaixo a síntese das principais realizações)</i>	<p>O objectivo do PODE era apoiar o alargamento da base de participação do sector privado no crescimento económico de Moçambique. Este objectivo seria atingido através de quatro sub – objectivos, a saber:</p> <p>a) Estimular a competitividade de empresas privadas moçambicanas através do fortalecimento do seu acesso e uso de serviços de apoio. Este sub – objectivo, compõe-se por sua vez dos seguintes elementos:</p> <p>(i) Gabinete da Competitividade de Empresas (FCO), (ii) Gabinete de Capacitação e Consultorias (TAO) e (iii) Programa de Sistemas de Mediação (LPO);</p> <p>b) Proporcionar um mercado de serviços de capacitação institucional e formação mais eficiente e estabelecimento de relações entre compradores e investidores locais e estrangeiros existentes e potenciais;</p> <p>c) Reforçar o acesso de novos e antigos devedores ao financiamento à prazo;</p> <p>d) Apoiar o fortalecimento de capacidades de instituições chaves, públicas e privadas, tais como: o Ministério da Indústria e Comércio (MIC), o Ministério do Turismo, o Centro de Promoção de Investimentos (CPI) e organizações comerciais com potencial para melhorar o clima de negócios.</p>	<p>As realizações deste projecto, desenvolvidas no apêndice 2, são resumidamente as seguintes:</p> <p>a) A sub – componente (i) FCO financiou 714 consultorias para 328 empresas em diferentes indústrias, com maior concentração no turismo, engenharia e agro indústria, sendo que 40% de consultorias tiveram lugar em Maputo e com a formação no terreno de 3.163 trabalhadores dos quais 51% são de fora de Maputo. Na sub – componente (ii) TAO, 43% das acções de formação foram em tecnologias de informação, hospitalidade e gestão financeira, áreas de grande prioridade para o sector privado doméstico. Na sub – componente (iii) LPO, o objectivo de 30 conexões foi largamente ultrapassado ao atingir-se 180 ligações para 57 fornecedores locais em contratos essencialmente de valor acrescentado nos sectores de construção, engenharia e transporte, tendo o programa obtido vantagens com a presença de mega – projectos (MOZAL e SASOL) com quem trabalhou na satisfação das suas necessidades de aprovisionamento;</p> <p>b) Neste sub – objectivo, o PODE trabalhou com consultores e formadores por um período considerável, proporcionando assim, o surgimento de novos mercados, tendo despertado interesse aos operadores, da necessidade de continuar com o financiamento de actividades de formação e capacitação, o que vai contribuir para a redução do recurso a formação no exterior.</p> <p>c) Os resultados por parte dos devedores que beneficiaram das linhas de crédito do PODE são considerados concretos (vide apêndice 2) em termos numéricos. No entanto, o objectivo de longo prazo de promover um contínuo acesso ao financiamento pelas PMEs, especialmente novos devedores, não foi alcançado por razões estruturais (taxas de juros elevadas, fraca cultura de reembolso, liquidez excessiva no mercado, disponibilidade de crédito subsidiado) e factores relacionados com a gestão de projectos (fraca publicitação das linhas de crédito, abordagem passiva na selecção de bancos parceiros, ligação insuficiente com a componente de capacitação técnica).</p> <p>d) Com este sub – objectivo, o PODE teve um papel catalisador em muitas reformas aprovadas pelas autoridades moçambicanas (código comercial, lei do turismo, regulamentação do investimento, registo de negócios). Uma importante realização foi o</p>

		estabelecimento do primeiro parque industrial em Moçambique, que já atraiu 22 empresas representando 15 milhões de dólares de investimento que criaram cerca de 1000 postos de trabalho.
--	--	--

Fonte: Elaboração própria com base nos dados recolhidos do BM

Lista dos Indicadores Chave de Desempenho do Projecto Nacional de Água 1

Resultado/Indicadores de Impacto

Indicador/Matriz	Projectado	Efectivo/Última Avaliação
<u>A. Capacitação Institucional e Desenvolvimento de Política:</u>		
1. Desenvolvimento da base de dados nacional dos parâmetros chaves do sector.	A concluir em Abril de 2005.	Concluído.
2. Desenvolver e implementar um plano de gestão financeira com a Direcção Nacional de Águas.	Plano acordado e em implementação em 1988.	Completamente implementado.
2.1. Implementar o sistema de Gestão de Informação para produzir relatórios operacionais regulares comparando os resultados projectados dos efectivos.	Produção de relatórios financeiros e operacionais regulares a partir de 2003.	Completamente operacional.
2.2. Implementar procedimentos de contabilização e orçamentação para incrementar os desembolsos.	O nível de desembolsos é aumentado para 80% no final do projecto.	100% do nível de desembolso.
2.3. Reporte e reuniões regulares para monitorar <i>procurement</i> e progresso.	Sistema estabelecido em 2001.	Completamente operacional.
3. Estabelecimento da Direcção Nacional de Águas (DNA) em melhores instalações e adequada habitação para o pessoal em Maputo e Inhambane.	Reabilitação/construção a completar em Abril de 2005.	Concluído em Outubro de 2005.
<u>B. Preparação para a Gestão Privada do Fornecimento Urbano de Água:</u>		
4. Abertura e avaliação de concursos destinados ao sector privado para a gestão de cinco empresas de água abertos e avaliados.	A concluir em Novembro de 1988.	Concluído conforme projectado (Nov 1998).
5. Estabelecer entidade Reguladora		

<p>e organismo de gestão de fundos de investimento e respectivos efectivos de pessoal em preparação para a gestão privada dos sistemas urbanos de fornecimento de água.</p>	<p>A concluir em Novembro de 1988.</p>	<p>Concluído conforme projectado (Nov 1998).</p>
<p>6.Desenhar e documentar a estratégia de saneamento para sete cidades.</p>	<p>Plano estratégico para saneamento preparado e apresentado a 7 municípios em Dezembro de 2004.</p>	<p>Concluído em Agosto de 2004 (4 meses antes da data prevista).</p>
<p><u>C. Saneamento e Fornecimento de Água Rural (RWSS)</u></p>		
<p>7.Criação da Direcção e do Comité do Transição do Plano de Água Rural.</p>	<p>A concluir em Junho de 1998.</p>	<p>Concluído conforme projectado (Junho de 1998).</p>
<p>8.Produção e testagem de manuais técnicos, operacionais e sociais do RWSS para uma abordagem responsiva da procura na provincial de Inhambane.</p>	<p>A concluir em Dezembro de 2002.</p>	<p>Concluído em Outubro de 2003.</p>
<p>9.Aprovar o plano de fortalecimento da Direcção Nacional de Águas (DAR) e estratégia nacional de comunicação do RWSS.</p>	<p>Aprovar em 1999.</p>	<p>Concluído conforme projectado.</p>
<p>10.Reabilitação da primeira pequena conduta de água sob gestão autónoma em Inhambane com participação integral de parceiros.</p>	<p>Reabilitação a concluir em Dezembro de 2001.</p>	<p>Concluído em finais de 2004.</p>
<p>11.Construção de pelo menos 60 pontos de abastecimento de água para servir cerca de 30.000 pessoas na base de um sistema participativo de concepção e gestão.</p>	<p>60 pontos a construir até Abril de 2005.</p>	<p>130 pontos de água servindo 65.000 pessoas construídos até Outubro de 2005.</p>
<p>12.Sistemas de conduta de água fornecidos a pelo menos duas pequenas comunidades (6.000 pessoas) baseados na planificação participativa e adequada gestão com tarifas capazes de cobrir os custos operacionais e de manutenção.</p>	<p>A concluir em Abril de 2005.</p>	<p>14 pequenos sistemas de condutas de água concebidos e 7 pequenos sistemas de condutas reabilitadas cobrindo 7 comunidades (108.000 pessoas) foram concluídos em Outubro de 2005.</p>
<p><u>Gestão de Recursos Hídricos</u></p>		

13. Reformulação da Política Nacional de Água e revisão da Lei de Água e formulação da estratégia de gestão de recursos hídricos em consulta com os parceiros.	A concluir em Dezembro de 2004.	Concluído em Setembro de 2005.
14. Desenvolvimento da estratégia para água internacional.	A concluir em Março de 2005.	Concluída em Setembro de 2004.
15. Reabilitação das estruturas de segurança da Barragem de Corumana e aquisição de equipamento para a manutenção regular da barragem.	Equipamento adquirido em Junho de 2004.	Trabalhos de Reabilitação concluídos em Outubro de 2005.
<u>Desenvolvimento de Recursos Humanos</u>		
16. Desenvolver e implementar a estratégia de gestão de recursos humanos (HRMD).	HRMD desenvolvido de forma participativa em Junho de 2002. Plano de Acção HRMD a lançar em Dezembro de 2002.	Estratégia HRMD aprovada em Janeiro 2002. Plano de Acção lançado em Junho de 2002.
17. Sistema de Gestão de Informação (MIS) para Recursos Humanos aplicado em dois departamentos (Departamento de Água Rural e Departamento de Recursos Hídricos) na DNA.	MIS a aplicar em Junho de 2004.	MIS aplicado em Junho de 2003.

Síntese dos Principais Realizações do Projecto para o Desenvolvimento Industrial

a) Estimular a Competitividade do Sector Privado Moçambicano

Resultados do Programa de Capacitação Técnica

Sub – Componente	Número de Projectos	
	Previsto	Efectivo
Gabinete de Competitividade de Empresas (FCO)	200 2 de milhões de dólares em donativos	714 1,86 de milhões de dólares em donativos
Gabinete de Capacitação e Consultoria (TAO)	200 eventos de formação 2 milhões de dólares em donativos	3.160 eventos de formação 3,69 milhões de dólares em donativos
Programa de Sistemas de Mediação (LPO)	30 conexões 5 milhões de dólares em vendas geradas	57 conexões 65 milhões de dólares em vendas geradas

b) Estabelecer o Mercado para a Prestação de Serviços

Beneficiários e Principais áreas apoiadas	Principais Resultados
---	-----------------------

i) 40 consultores locais em parceria com especialistas regionais e internacionais.	O pagamento de 50% pelas empresas dos custos de consultoria e de formação tornou este trabalho credível no Mercado doméstico.
ii) 20 formadores correspondendo a 80% dos donativos desembolsados.	Desenvolvimento de um novo Mercado de serviços de capacitação técnica e formação.
iii) Estabelecimento de programa de desenvolvimento de pequenos fornecedores para apoiá-los na observância de padrões de empresas internacionais.	Relações comerciais melhoradas.

c) Promover o Acesso ao Financiamento

Participantes	Principais Áreas Beneficiárias	Principais Resultados
i) Bancos e instituições financeiras não bancárias	52 empréstimos, metade dos quais para empresas de comidas e bebidas e agro-industrial	Expansão de negócios.
ii) 9 bancos assinaram acordos para as linhas de crédito do PODE	85% dos desembolsos foram absorvidos por duas instituições financeiras (Gabinete de Apoio a Projectos Industriais e Banco Comercial e de Investimentos)	O nível de reembolso dos empréstimos vencidos ultrapassa os 95% e as empresas financiadas empregaram 1800 trabalhadores.

d) Capacitação Institucional e Melhoria do Ambiente de Negócios

Nome da Agência Beneficiária	Principais Áreas de Apoio	Principais Resultados
Ministério da Indústria e Comércio (MIC)	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de pessoal do MIC a todos os níveis (45 pessoas no total) tanto na Sede do Ministério como na regiões - Fornecimento de equipamento ao MIC na capital do país e nas regiões - Informação para formulação de políticas através de estudos sectoriais (vestuário, Madeira e cadeias de valor na agricultura) - Assessoria na reforma de leis chave 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade do MIC fortalecida - Novo Código Comercial aprovada em Junho de 2006 - simplificação das directrizes do registo de negócios adoptada em Setembro de 2006
Ministério do Turismo (MITUR)	<ul style="list-style-type: none"> - Dados para o desenvolvimento da Lei do Turismo e estratégia do Ministério - Seminários para disseminação e debate sobre a legislação - Organização das estatísticas do turismo - Assistência no desenvolvimento de regulamentos do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> - Nova lei do Turismo - Estratégia da indústria turística adoptada - Regulamentos sobre classificação de estabelecimentos turísticos - Estatísticas nacionais do turismo estão a ser compiladas
Centro de Promoção de Investimentos (CPI)	<ul style="list-style-type: none"> - Missões de promoção de investimentos para Ásia e Europa - Formação do pessoal a vários níveis - Desenvolvimento da regulamentação da Lei de 	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentos da Lei de Investimentos Simplificados - O primeiro Parque Industrial em Moçambique em funcionamento, atraindo 15 milhões de dólares em investimento e criando 1000 novos

	<p>Investimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assessoria aos investidores sobre <i>software</i> - Aquisição de equipamento das Tecnologias de Informação, veículos, e mobiliário - Despesas operacionais - Infra-estrutura de suporte para o Parque Industrial de Beluluane 	<p>empregos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adoptado Plano Estratégico do CPI
Confederação das Associações Económicas	<ul style="list-style-type: none"> - Apoio a conferência de negócios público-privados - Apoio a 14 membros da associação - Consultoria em advocacia e identificação de constrangimentos nos negócios 	<ul style="list-style-type: none"> - Advocacia do sector privado mais forte e tempestivo - Maior conhecimento sobre os constrangimentos nos negócios - Associações comerciais mais fortalecidas

ANEXOS

TERMOS DE REFERÊNCIA

Desde 1984, altura em que Moçambique aderiu às instituições de Bretton Woods, o país vem beneficiando de assistência do Banco Mundial para a consecução dos seus programas de recuperação económica rumo ao desenvolvimento.

As questões sobre o desenvolvimento têm vindo a despertar interesse cada vez maior nas comunidades em geral e no mundo académico em particular. É assim que no âmbito do curso de Pós-Graduação e Mestrado em Gestão de Empresas do ISPU de Maputo em parceria com o ISCTE de Lisboa, a signatária propôs e foi aceite, o tema “Assistência do Banco Mundial ao Desenvolvimento de Moçambique – Uma análise dos Projectos de Investimento”.

O objectivo deste questionário é recolher dados e sensibilidades sobre os pontos críticos de sucesso dos projectos em referência, que permitam a proponente contribuir na produção de recomendações para uma mais eficaz assistência do Banco Mundial ao país.

Assim, gostaria de solicitar a sua valiosa colaboração na resposta do questionário que segue.

Devido às limitações de tempo inerentes aos trabalhos académicos, agradeceria que as respostas fossem fornecidas até 05 de Julho de 2006.

Os questionários preenchidos podem ser enviados alternativamente para os seguintes endereços electrónicos da proponente:

anastacia.chamusse@bancomoc.mz ou taciasebas@tvcabo.co.mz

Agradeço antecipadamente, a atenção que ao assunto for dispensada.

Anastácia Sebastião Chamusse

(MBA)

Celular: +258 82 3085040

Nota: Uma boa parte da informação para o presente trabalho foi já gentilmente cedida pelo Centro de Informação Pública da Missão Residente do Banco Mundial em Maputo, para onde uma carta credencial do ISPU foi dirigida.

1º GUIÃO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: _ Raul Armando Cossa Função: _ Chefe da Unidade de Gestão Financeira

Instituição: __Administração Nacional de Estradas (ANE)

Designação do Projecto: _____Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes

Sector de Actividade _ Estradas e Pontes/ Ministério das Obras Públicas (Infraestruturas)

Data da Entrevista/Resposta: 22.11.2006

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não?_____

- A preparação dum projecto, desde a discussão sectorial, passando pela avaliação pelo Banco Mundial, a troca de correspondência para entendimento dos procedimentos, até a assinatura do acordo é um processo longo. Depois de assinado o acordo há requisitos básicos (condições suspensivas) a observar para efectividade do projecto. Para este projecto, os desembolsos só começaram em 2004 apesar do início oficial ser Julho de 2001. Por isso pediu-se extensão
- O processo de Procurement é longo. Vários financiadores cada um com os seus procedimentos. Depois são os objections (termos de referência dos financiadores) e as aprovações do Ministério que duram cerca de seis meses para o contrato de obras ser assinado.

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos? A língua do contrato é o Inglês, pois os consultores são estrangeiros e o dono da obra não tem fluência nesta língua. Os fundos de contrapartida chegam tarde, embora a ANE não tenha muito por que se queixar sobre isso, pois estrategicamente a área de infraestruturas vem merecendo um carinho especial por parte do Governo, mas há outros atrasos que implicam juros de mora. Os empreiteiros acabam financiando o pagamento do IVA.

A qualidade do Staff da ANE também é uma fraqueza, o que cria problemas de comunicação e dificuldades na interpretação do acordo de crédito do financiamento do projecto (DCA) que é a base para o desenvolvimento do projecto. A discussão é ao nível dos engenheiros consultores sendo o envolvimento dos executores fraco. Mas, os consultores muitas vezes não conhecem a realidade. A formação académica principalmente na área financeira é necessária. Há que investir mais na formação ou recrutar no mercado pessoas capacitadas.

A articulação com outras instituições é difícil. É necessário reduzir-se a cadeia de aprovações. Seria talvez recomendável que um houvesse um comité para cuidar das aprovações para estes projectos. Alguns passos servem apenas para assinatura dos contratos e não acrescentam novos inputs no processo.

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

i) utilização de contas especiais: _____
O problema não é das contas especiais em si mas de contratos mal lançados que não tem em conta as despesas elegíveis a utilização de contas especiais nos termos do DCA. É necessário formação do BM sobre contas especiais

ii) disponibilização de fundos de contrapartida: _____
Já foi referido.

iii) aprovação de contratos: _____
Já foi referido

iv) Concessão de “no objections”: _____
Já foi referido. Os financiadores são rápidos na concessão de no objections.

v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____
É uma realidade na ANE. Para além das missões de revisão do BM não se faz mais nenhuma monitoria internamente. Há sim um relatório mensal sobre o andamento das obras. Está em curso a contratação dum auditor interno para a área financeira.

vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:
Já referido.

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execução dos projectos. Descreva-os, por favor:

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes		X	
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência_____

Foi elaborado um estudo pela Autral e Consultoria em 2000 sobre o impacto do projecto nas zonas da sua implementação. Um estudo mais recente foi encomendado pela ANE a IMPACTO, o qual já deveria estar concluído mas ainda não foi entregue.

2º GUIÃO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: _ Marta E. N. Mapilele Função: __ Directora de Finanças

Instituição: __ Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique-CFM, EP _____

Designação do Projecto: __ Projecto dos Caminhos da Beira

Sector de Actividade: __ Transportes e Manuseamento Portuário (Infraestruturas)

Data da Entrevista: 16.11.2006

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não? __

Depende de vários factores, desde o desenho e o tipo de projecto, a localização, o peso da participação do GM no valor total do financiamento, as metas e objectivos previstos.

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos? Neste projecto, o principal problema é a distância entre a área de coordenação (Beira) e área financeira (Maputo), o que torna a articulação e processos de autorizações difíceis, havendo por isso mais imprevistos.

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

- i) utilização de contas especiais: _____

Não é mais problema. A experiência ajuda bastante e os procedimentos do BM são ajustados desde que haja uma correcta prestação de contas.

- ii) disponibilização de fundos de contrapartida: _____

Nos CFM, achou-se uma solução alternativa para este problema, que conta com a flexibilidade do BM. Esta flexibilidade consiste no adiantamento da parte que cabe ao BM financiar contra o compromisso escrito do Estado de entregar a sua parte no financiamento dentro de limites aceitáveis. A flexibilidade do pessoal

ligado ao projecto e as boas relações desenvolvidas entre as partes envolvidas facilitam os processos. Neste projecto, sendo o CFM co-financiador, muitas vezes este adianta a parte que lhe cabe ao estado para evitar paragens. O Estado não faz um acompanhamento adequado.

iii) aprovação de contratos: _____
 Já não afecta significativamente. Com a experiência contornou-se o problema.

iv) Concessão de “no objections”: _____
 Já não é mais problema, o BM foi ficando mais flexível, mas o domínio dos procedimentos por parte das pessoas envolvidas também é um facto.

v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____
 As pessoas á frente dos projectos fazem visitas ao terreno para assegurar-se do correcto andamento dos mesmos, o que é importante para a elaboração dos relatórios para o BM, os quais tem sido aprovados sem reservas

vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:
 Não é problema. As pessoas envolvidas foram tecnicamente preparadas pelo BM e continuam a receber formação nas diferentes áreas críticas da implementação dos projectos (procurement, desembolsos, contas especiais, etc.)

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execussão dos projectos. Descreva-os, por favor: _____
 As leis estão desajustadas ao contexto real o que constitui um entrave a dado passo. Por isso, enquanto as leis não são alteradas, o Estado deveria ser flexível. A questão do imposto de selo e taxa liberatória exigível nos contratos com não residentes, deveria ser vista caso a caso e conceder isenções fiscais, para não prejudicar o andamento dos projectos.

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			

5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira		X	
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência_____ Quando os contratados são entidades moçambicanas, o BM paga apenas 86% dos valores em causa. Dado que o CFM é uma grande empresa, cuja actividade espevita uma grande parte da economia, procura também incentivar a participação de entidades nacionais, pelo que este requisito do BM, acaba por desfavorecer. Todavia não há problemas de maior, os desembolsos fluem normalmente, podendo-se fazer uma avaliação positiva de todo este processo.

Este projecto é novo, começou em 2004 e de durar cinco anos.

3º GUIÃO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: _ Marta E. N. Mapilele Função: __ Directora de Finanças

Instituição: __ Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique-CFM, EP _____

Designação do Projecto: __ Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro

Sector de Actividade: ____ Transportes e Manuseamento Portuário (Infraestruturas)

Data da Entrevista: 16.11.2006

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não? ____

Depende de vários factores, desde o desenho e o tipo de projecto, a localização, o peso da participação do GM no valor total do financiamento, as metas e objectivos previstos.

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos? Neste projecto, há factores externos e internos que afectam a sua implementação.

Externos: Nos contratos de concessão, há necessidade de negociação das condições de assistência do GM. Quando se fazem os contratos nem sempre se conhece toda a realidade porque o levantamento das situações não é exaustivo e na implementação é que as questões se levantam e é preciso parar e negociar a viabilização dos contratos e isso implica atraso no cumprimento das metas com os consequentes pedidos de extensão dos projectos.

Internos: Estes factores são mais controláveis, mas também há imprevistos que tornam os processos mais morosos. Por exemplo, sendo a racionalização da força de trabalho uma grande componente deste projecto, gerir factores de ordem psicológica e de comportamento é um trabalho delicado. Além disso, tendo a empresa resultado da incorporação de vários negócios do tempo colonial e recebido trabalhadores que prestaram serviços noutras instituições do aparelho de Estado, a formação dos processos individuais para a indemnização, reformas e outras modalidades previstas é um trabalho complicado e isso afecta as metas.

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de

“no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

i) utilização de contas especiais: _____

Não é mais problema. A experiência ajuda bastante

ii) disponibilização de fundos de contrapartida: _____

Nos CFM, achou-se uma solução alternativa para este problema, que conta com a flexibilidade do BM. Esta flexibilidade consiste no adiantamento da parte que cabe ao BM financiar contra o compromisso escrito do Estado de entregar a sua parte no financiamento dentro de limites aceitáveis. A flexibilidade do pessoal ligado ao projecto e as boas relações desenvolvidas entre as partes envolvidas facilitam os processos.

iii) aprovação de contratos: _____

Já não afecta significativamente. Os trâmites já são bem conhecidos e isso facilita.

iv) Concessão de “no objections”: _____

Já não é mais problema, o BM foi ficando mais flexível, mas o domínio dos procedimentos por parte das pessoas envolvidas também é um facto.

v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____

As pessoas á frente dos projectos fazem visitas ao terreno para assegurar-se do correcto andamento dos mesmos, o que é importante para a elaboração dos relatórios para o BM, os quais tem sido aprovados sem reservas

vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:

Não é problema. As pessoas envolvidas foram tecnicamente preparadas pelo BM e continuam a receber formação nas diferentes áreas críticas na implementação dos projectos (procurement, desembolsos, contas especiais, etc.)

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execussão dos projectos. Descreva-os, por favor: _____

As leis estão desajustadas ao contexto real o que constitui um entrave a dado passo. Por isso, enquanto as leis não são alteradas, o Estado deveria ser flexível. A questão do imposto de selo e taxa liberatória exigível nos contratos com não residentes, deveria ser vista caso a caso e conceder isenções fiscais, para não prejudicar o andamento dos projectos.

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na

seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro	X		
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			

19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência_____

Quando os contratados são entidades moçambicanas, o BM paga apenas 86% dos valores em causa. Dado que o CFM é uma grande empresa, cuja actividade espevita a grande parte da economia procura, também incentivar a participação de entidades nacionais, pelo que este requisito do BM, acaba por desfavorecer. Todavia não há problemas de maior, os desembolsos fluem normalmente, podendo-se fazer uma avaliação positiva de todo este processo.

4º QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: Alberto

Simão _____ Função: _Coordenador_____

Instituição: Ministério da Energia _____

Designação do Projecto: _ERAP_____

Sector de Actividade: Energia _____

II. Questões Específicas sobre os Projectos

6. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não? Os factores são: 1. Recursos limitados por parte do Governo (Fundos de contrapartida)
 7. Procedimentos morosos e burocracia
 8. Visão dos projectos como um fenómeno marginal e passageiro, originando pouco cometimento
 9. Pouca propensão para a profissionalização do pessoal ligado aos projectos
 10. Metodologias de trabalho por vezes demasiado rígidas e morosas por parte do Banco
 11. Perda de relevância dos objectivos do projecto com o decorrer do tempo
 12. Não assumpção do projecto como parte das obrigações profissionais dos funcionários das instituições do Estado
-
-

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?

Os principais problemas que surgem durante a implementação são

- a) Insuficiência dos fundos de contrapartida _____
- b) .Caracter limitativo do mercado interno no que concerne ao fornecimento de bens, serviços e mesmo consultoria, facto que limita a qualidade e a rapidez dos processos
- c) Impreparação de muitas instituições para lidar seriamente com o rigor dos processos relativos aos projectos do Banco Mundial, facto que origina erros de procedimentos, devoluções e perdas de tempo.

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constringimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

- i) utilização de contas especiais: 1-Deveria haver mais interacção com o departamento de desembolsos_ 2. Deveria haver maior celeridade por parte do depto de desembolsos na disponibilização dos fundos 3. Dever-se-ia eliminar incondicionalmente a exigência dos fundos de contrapartida_____
- ii) disponibilização de fundos de contrapartida: _Uma vez que está comprovada a sua insuficiência a sua exigência deveria ser dispensada devendo o crédito cobrir a totalidade das despesas pois a sua falta é um dos factores que mais contribuem para a paralisação dos projectos e mesmo a criação de conflitos com os fornecedores_____
- iii) aprovação de contratos: _Há contratos que pela sua natureza e alcance não deveriam ter um ciclo tão longo como o que está actualmente preconizado podendo por isso ser mais encurtado. O factor diferencial poderia ser os concursos nacionais e internacionais e/ou os montantes envolvidos._____
- iv) Concessão de “no objections”: Regra geral, este factor já deixou de ser um problema como tal, pois a facilidade das comunicações permite maior rapidez nas consultas e formulação de No Objection. De toda a maneira é preciso mencionar que este é um aspecto sensível na implementação atempada e bem sucedida do projecto._____
- v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____
- vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos: A formação do pessoal afecto aos projectos deveria ser levada com maior seriedade pois os procedimentos mudam regularmente. Ademais é preciso conferir maior rigor, qualidade e rapidez no trabalho, elementos que devem ser sempre insuflados no staff.
- vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execução dos projectos. Descreva-os, por favor: _____

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1

ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do			

Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência _____
- _____

5º GUIÃO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: ___ Pedro Paulino_ Função: _ Gestor do Desenvolvimento do Negócio

Instituição: ___ FIPAG- Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água

Designação do Projecto: ___Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2

Sector de Actividade: ___Águas – Obras Públicas (Infraestruturas)

Data da Entrevista/Resposta: 23.11.2006

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não? _____

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

i) utilização de contas especiais: _____

Já não é mais problema. Em geral 20 a 25 por cento do valor do contrato pode ser pago através da conta especial. Com as obras, os limites tiveram de ser aumentados em 2004. No início os procedimentos eram de facto fantasmas, mas é necessário reconhecer a colaboração do BM, para o estágio de domínio dos procedimentos que hoje se atingiu.

ii) disponibilização de fundos de contrapartida: _____
Este realmente um problema, não só por parte do Estado como doutros co-financiadores, como o BAD, que tem os procedimentos menos expeditos. O BM, inicialmente exigia que os desembolsos tivessem de ser ao mesmo ritmo ou cadência ou harmonizados. Desde 2004, o BM passou a admitir que desde que o objecto do projecto tivesse como prioridade obras, consultoria e compra de bens e que este objecto não fosse alterado, o seu desembolso poderia ocorrer, separadamente. Este é um esforço que o BM desenvolve como forma também de manter a sua reputação de instituição vocacionada ao desenvolvimento para o que é necessário maior diligência. Por isso em novos projectos as directrizes do BM procuram ser mais flexíveis.

iii) aprovação de contratos: _____
Já é um problema menor. Por ser um projecto de fornecimento de serviço público, este tem perecido um carinho acrescido pelas instituições do Estado. O problema é que os contratos para a obtenção da promulgação ou visto do Tribunal Administrativo, os contratos devem ser traduzidos para a língua portuguesa, o que não é fácil, sobretudo os termos técnicos. Mas assim é feito para evitar infracções a Lei, pois estes contratos estão sujeitos as inspecções.

iv) Concessão de “no objections”: _____
Não é mais problema, em resultado das discussões nas missões de revisão do BM, que envolvem o contacto com outras instituições do Estado, como o MF. Ficou claro que não pagamentos (obras, serviços, consultorias, etc.) sem aprovação pelo BM.

v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____
A fiscalização das obras é basicamente sub contratada para inspeccionar os empreiteiros, mas em todas as obras há um engenheiro da FIPAG destacado para acompanhá-las ao mesmo tempo que se vai capacitando para fazer a supervisão no futuro. Desse acompanhamento, é produzido mensalmente um relatório sobre o nível de cumprimento da empreitada. Os relatórios para os financiadores são produzidos trimestralmente.

vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:
O projecto incluiu uma componente de assistência técnica muito forte, que durou cerca de dois anos e incluiu a transmissão do conhecimento no terreno (on-job-training).

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execussão dos projectos. Descreva-os, por favor: _____

O pagamento do IVA nas empreitadas encarece as obras e descapitaliza os empreiteiros, pois o reembolso do IVA pelo Estado é demorado.

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na

seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2		X	
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			

19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência _____
O projecto abrange mais cidades (Xai-Xai, Chókwe, Maxixe e Inhambane) para além das cinco inicialmente definidas. Este projecto está focalizado ao sector privado e capacitação institucional.

O projecto está atrasado porque só muito tarde é que se começou a prestar o carinho que o mesmo precisa. A questão chave são os desembolsos.

Houve uma avaliação do impacto em relação ao Projecto de Água 1 e será feita uma outra avaliação em relação ao PA2. Há debates resultantes de avaliações feitas dentro do programa (performance Audit) e não dentro do sector. Seria de recomendar estudos de impactos sectoriais e regionais.

6º GUIÃO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: _ Basílio Mandlate Função: _ Coordenador_____

Instituição: ___Ministério da Saúde- Gab. De Coordenação de Project de Invest. (GACOPI)

Designação do Projecto: __ Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA

Sector de Actividade: __ Saúde

Data da Entrevista: 20.07.2006

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não?__

O ciclo do projecto é um processo longo que vai desde a preparação, que começa com uma proposta sectorial. A proposta sectorial envolve recursos financeiros e humanos que nem sempre são os adequados, o que tem reflexos na qualidade do projecto.

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?

Detalhes do projecto não esclarecidos;

- O tempo que vai desde a preparação do projecto até a efectividade do mesmo é muito longo (cerca de 3 anos), havendo alterações nesse período
- Os limites orçamentais, as aprovações do BM, a disponibilidade ou não do Desk-office, as ineficiências das UIPs, a existência de vários interlocutores dentro do mesmo Ministério envolvidos no processo de decisão, as especificações técnicas dos materiais/equipamentos para a área da saúde, tudo isso se mal administrado afecta a implementação dos projectos.

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

i) utilização de contas especiais: _____
Não é problema. O que é necessário é um gestor financeiro com experiência no assunto.

ii) disponibilização de fundos de contrapartida: _____
Esse sim é problema. O doador não paga determinadas taxas com a sua participação no financiamento e o MF não disponibiliza os recursos pontualmente, o que tráz custos adicionais, por exemplo de armazenagem, até que o Estado pague a sua parte. Dentro do Ministério da Saúde também as prioridades nem sempre consideram os prazos indicados nos acordos dos projectos e isso também atrasa a disponibilização dos fundos de participação do GM e por conseguinte dos desembolsos subsequentes do BM.

iii) aprovação de contratos: ____
Não tem impacto significativo

iv) Concessão de “no objections”: _____
Não é propriamente um problema

v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____

A monitoria consiste essencialmente nas auditorias anuais que são obrigatórias. No entanto, a mobilidade do pessoal que decide constitui uma limitante.

vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:
Não se aplica para os projectos do GACOPI. Os técnicos têm formação e experiência

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execução dos projectos. Descreva-os, por favor: _____

A motivação do pessoal é um problema. Os técnicos do GACOPI estão motivados, pois tem condições e incentivos especiais assegurados pelos financiadores externos, o mesmo não acontecendo com outras pessoas envolvidas em todo o processo de decisão. Isto afecta a implementação dos projectos

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

esignação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA		X	

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência

7º QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: Martinho Manhiça Função: Gestor Financeiro
Instituição: Ministério de Administração Estatal

Designação do Projecto: Desenvolvimento Municipal

Sector de Actividade: Administração Municipal e Autaarquica

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não?

a) Sucesso dos Projectos:

- O Desenho do Projecto responde as necessidades dos beneficiários;
- Empenho dos implementadores na materialização dos objectivos do Projecto, incluindo o envolvimento do Governo e dos destinatários finais;
-

b) Insucesso dos Projectos:

- Os objectivos do Projecto não correspondem aos desejos dos beneficiários, pois estes não foram consultados e integrados no desenho do mesmo, pois estes são uma cópia dos Projectos de igual natureza bem sucedidos em outros países.
- A falta de disponibilização dos fundos de contrapartidas;
- Os procedimentos rígidos do Banco Mundial observados na implementação dos projectos por ele financiados

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?
Os projectos são elaborados para serem implementados durante um determinado período, na data do inicio da vigência dos contratos de financiamento não coincide com o início das actividades, pois as unidades de implementação ainda não contrataram todo o corpo técnico necessário e em alguns casos não há disponibilidades dos fundos de contrapartida porque o Projecto não foi inscrito no Orçamento do Exercício, assim as actividades plificadas para o ano não serão realizadas.

A dualidade de critérios de gestão financeira, os procedimentos do IDA diferem dos procedimentos adoptados na execução orçamental dos fundo de contrapartidas.

A obrigatoriedade de obtenção de “No Objection” do financiador para a contratação de fornecimento de bens e serviços, tem constituído um constrangimento na implementação dos Projectos.

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:
- i) utilização de contas especiais: *Os fundos disponibilizados pelos financiadores para as contas especiais só destinam-se ao financiamento de despesas consideradas elegíveis, caso se faça o uso inapropriado, o utilizador deverá repor os valores sob a pena de cancelamento em casos de renitência.*
 - ii) disponibilização de fundos de contrapartida: *Os valores disponibilizados de fundo de contrapartidas tem sido inferiores as necessidades dos Projectos, o que tem obrigado as Unidades Implementadoras a acumulação de dívidas, sob a pena dos fornecedores de bens e serviços interromperem o seu fornecimento, com consequências na implementação.*
 - iii) aprovação de contratos: *O estabelecimento de montantes para a aprovação dos contratos, constitui um constrangimento em consequência das regras impostas pelos financiadores na utilização dos fundos, deveria se dar a liberdade do mutuário decidir sobre os contratos, considerando que o valor não é um donativo, constitui um crédito que foi solicitado para realização de de actividades com vista a atingir um objectivo específico.*
 - iv) Concessão de “no objections”: *A obrigatoriedade da concessão do “No Objection” para a realização de determinadas actividades, impede a liberdade dos implemetadores para a execução das actividades, poderá ser considerado um dispêndio do tempo.*
 - v) Ausência de monitoria interna dos projectos: *O estabelecimento das Unidades de Implementação dos Projectos como instituições separadas dos Ministérios, levou que se considerassem estes órgãos dependentes dos financiadores, assim os órgãos do Governo não controlavam as actividades realizadas pelas UIP's e, por sua vez, as UIP,s prestam contas directamente ao financiador.*
 - vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos: *Normalmente a ocupação dos postos são ocupados através de concursos públicos, assume-se que o pessoal contratado reúne os requisitos definidos para a ocupação dos postos e estabelecem-se contratos anuais no fim dos quais o desempenho dos contratados é avaliado no final de cada contrato, nem sempre as pessoas contratadas são as pessoas que reúnem as melhores condições técnicas, os lugares destinam-se as pessoas eleitas.*

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execussão dos projectos. Descreva-os, por favor:

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal	X		
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de			

Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência

O PDM é composto por 3 Componentes e uma Unidade de Coordenação, as actividades tiveram inicio em momentos diferentes, o que poderá ter influenciado o cumprimento dos objectivos do Projecto. A Componente de Reforma Legal que se ocupava na interpretação da legislação municipal e elaboração de manuais, foi a última iniciar com as suas actividades antecedida da capacitação institucional. Deu-se maior ênfase na implementação das actividades físicas e não a sustentabilidade das instituições.

8º QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: Safura da Conceição Função: Assessora de Gestão

Instituição: MICOA

Designação do Projecto: PROJECTO DE GESTÃO DA BIODIVERSIDADE COSTEIRA E MARINHA

Sector de Actividade: AMBIENTE – Gestão sustentável de recursos

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não? Posta nesses termos, a questão teria provavelmente como resposta aspectos relacionados com a gestão, com a capacidade do pessoal responsável pela sua implementação ou dependendo de caso para caso, com as suas especificidades (localização, complexidade,) etc. Penso que a questão a colocar seria porque é que a maioria dos projectos não é bem sucedida e os que o são não atinam os 90 ou 100% de sucesso?

Diria que o fracasso dos projectos tem a ver com muitos aspectos, realçando:

Na concepção: a maioria dos projectos são produzidos por equipas de consultores do Banco Mundial que, pelo pouco tempo ou quase nenhum de vivência no País muitas vezes não avaliam correctamente as reais potencialidades e limitações do local onde se pretende implementar o projecto. O acompanhamento por moçambicanos, na fase de concepção é incipiente. É minha impressão que muitas vezes os projectos são aprovados sem que haja um domínio total do seu conteúdo pela parte moçambicana, situação que leva a que sejam acordados aspectos com pequenas probabilidades de serem implementados com resultado positivo.

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?
_ Em projectos de infraestrutura, a implementação tem maiores probabilidades de sucesso, dependendo apenas dos processos de procurement e, sendo o caso, da disponibilização atempada dos valores de participação. Algumas dificuldades surgem no contexto dos fundos de participação, algumas vezes por dificuldades de tesouraria mas muitas por falta de inscrição em devido tempo. A falta de inscrição tanto resulta de omissão por parte da instituição visada, como por cortes, pelo Ministério do Plano, às propostas de orçamento apresentadas.

Em projectos de outra natureza, há uma tendência para a existência de uma forte componente de consultoria que muitas vezes não dão resultados palpáveis. Minha experiência pessoal mostra que grandes consultorias com grandes empresas estrangeira não dão o resultado que se espera.

Em casos envolvendo implementação descentralizada, a limitada capacidade institucional ao nível das províncias cria também problemas. A limitação de recursos do orçamento do estado nas províncias leva também a que muitas vezes as atenções sejam desviadas dos objectivos do projecto.

A alteração constante das pessoas do Banco Mundial envolvidas no processo de implementação resulta em vários pontos de vista sobre um mesmo assunto. Uma decisão de uma missão de supervisão pode vir a ser contrariada pela seguinte.

Processos de procurement duram muito tempo. A obrigatoriedade de cumprimento dos prazos leva a que necessariamente a contratação de um determinado tipo de serviço chegue a levar 6 meses desde o anuncio ao contrato.

Em projectos do banco mundial não é permitido o pagamento de qualquer subsídio aos funcionários do Estado. De certa forma, este aspecto contribui para a falta de interesse deste em dar o seu máximo na implementação do projecto.

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

- i) utilização de contas especiais: No nosso caso específico a utilização das contas especiais não tem sido problema, mas pode afectar bastante se feita de forma incorrecta pois afecta as realimentações das contas especiais, afectando por sua vez, as disponibilidades dos fundos para a implementação das actividades
- ii) disponibilização de fundos de contrapartida: A disponibilização de fundos de contrapartida é de facto um problema. Na verdade, quando durante o ano se conseguem 4 duodécimos podemos considerar felizardos. Afecta o projecto na medida que restringe as realimentações das contas ou dificulta o relacionamento do projecto com os fornecedores de serviços, por não honrar os seus compromissos. No caso específico do projecto de Gestão da Biodiversidade, é a componente que mais pesa na qualificação do projecto pelo Banco mundial

- iii) aprovação de contratos: No ministério de finanças, em casos de prestação de serviços, não tem havido problemas. Nos casos em que existe, afecta bastante pois provoca atrasos nos trabalhos programados e constrangimentos em relação aos consultores que por sua vez também tem os seus programas e planos.
-
- iv) Concessão de “no objections”: _Depende do processo de procurement e da relação de trabalho existente com o Task Team Leader. Não temos tido problemas com a obtenção de no objections
-
- v) Ausência de monitoria interna dos projectos: Há uma tendência para os implementadores esquecerem o plano inicial perdendo de vista, por isso os objectivos do projecto. A monitoria permite que se corrijam os erros atempadamente.
-
- vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos: Tem impacto nos níveis de implemetação, na qualidade do procurement, na qualidade dos relatórios de progresso apresentados.
- vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execussão dos projectos. Descreva-os, por favor: _____

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial			

(PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência _____

9º QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: **Fernando Songane** Função: **Coordenador do PROAGRI**

Instituição: **MINAG**

Designação do Projecto: **Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário – PROAGRI- Financiado por vários Parceiros de Cooperação, incluindo o Banco Mundial**

Sector de Actividade: **Agricultura**

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não? **Tudo está relacionado com a concepção. Muitas vezes os projectos são da iniciativa do Banco Mundial e são formulados de acordo com as regras deste. Há mais ênfase na capacitação (assistência técnica pesada do que nas acções de impacto. Na concepção prevalece mais o ponto de vista do Banco e não o das Instituições Locais, que conhecem as reais necessidades dos visados pelos projectos.**
2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?
- Há mais ênfase na gestão financeira, em detrimento de acções no terreno;
- Procedimentos extremamente morosos, que não se compadecem com as necessidades no terreno;
- Muita dependência em relação a decisões, que muitas vezes são tomadas em Washington;
3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

- i) utilização de contas especiais: **Muitas vezes isto significa o estabelecimento de procedimentos paralelos, o que corresponde a equipas de gestão independentes.**
- ii) disponibilização de fundos de contrapartida: **Atrasa a implementação e até a paralisação de algumas actividades, devido ao não pagamento do IVA, por exemplo.**
- iii) aprovação de contratos: **Até ao ano passado, o processo era moroso. Com o “No Objection” a ser dado pela representação o processo vai ser mais célere.**
- iv) Concessão de “no objections”: **Até ao ano passado este era dado em Washington, o que muitas vezes atrasava a implementação. O diálogo era feito à distância para clarificações. Com a descentralização desta função para a Representação este procedimento está a ser mais célere.**
- v) Ausência de monitoria interna dos projectos: **Atrasa a tomada de medidas correctivas em tempo útil, o que tem implicações sérias no impacto.**
- vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:
- vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execução dos projectos. Descreva-os, por favor: **Há pouco espaço de manobra para que se faça sentir a Liderança Nacional e o “Empowerment”.**

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a			

Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)		X	
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência _____

10º GUIÃO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: _ Marcelino Lucas Função: _ Coordenador do Projecto e Director Nacional para a Planificação, Estatística e Cooperação

Instituição: _ Ministério da Ciência e Tecnologia

Designação do Projecto: __ Projecto de Educação Superior-Componente da Ciência e Tecnologia

Sector de Actividade: ____ Educação e Ciência (Educação e Saúde)

Data da Entrevista/Resposta: 20.11.2006

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não? _____

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

i) utilização de contas especiais: _____

É tudo uma questão de planificação.

ii) disponibilização de fundos de contrapartida: _____

Já não é mais problema

iii) aprovação de contratos: _____

Não se aplica para esta componente

iv) Concessão de “no objections”: _____
Depende dos Task Team Leader (TTL)

v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____
Não é problema

vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:
Este projecto funciona com técnicos do Ministério que receberam uma preparação específica. Só o técnico do Procurement é que é de fora. No entanto, as outras pessoas não directamente ligadas ao projecto mas envolvidas no processo não tem percepção sobre os procedimentos. Outrossim, a medida que se vai descendo da cadeia de comando, as responsabilidades se vão diluindo.

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execussão dos projectos. Descreva-os, por favor:

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			

9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência_____

O ciclo de planificação do BM é muito longo, o que faz com que no final os problemas já sejam outros.

Há necessidade de fortalecer o entendimento dos procedimentos do BM

O Ministério deveria dar formação a todos os parceiros envolvidos na implementação do projecto, pois o fraco conhecimento dos procedimentos é motivo para os atrasos na prestação de contas

Não há diálogo entre os responsáveis no Ministério e as parte envolvidas na implementação dos projectos, mormente os utilizadores dos “grants” e é talvez por isso que há atrasos na prestação de contas pois aqueles consideram não ser necessário, tratando-se de donativos.

11º GUIÃO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: Luísa Rocha Função: Contabilista _____

Instituição: Ministério dos Transportes e Comunicações _____

Designação do Projecto: Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro_____

Sector de Actividade: - Transportes e Comunicações (Infraestruturas)_____

Data da Entrevista: 18.07.2006

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não?

São vários os aspectos que contribuem para o sucesso ou não dos projectos: O contexto em que os mesmos se inserem, o grupo de gestores a frente dos projectos, o grau de dificuldade de acesso às áreas de desenvolvimento dos projectos...

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?

- Os fundos de contrapartida do Governo são um grande problema;
- Procedimentos do Banco Mundial (o facto de algumas categorias, como por exemplo, os impostos, não serem cobertas com os fundos do BM, prejudica o cumprimento dos contratos com os fornecedores. O pagamento com os fundos do BM é mais fácil quando os fornecedores de serviços são consultores externos.
- As demoras na promulgação dos contratos pelo Tribunal Administrativo e os ciclos de orçamentação das finanças (o orçamento fecha em Janeiro e só reabre em Abril) são também constrangimento.

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

i) utilização de contas especiais: _____

O pagamento até ao limite de 20% da conta para o fundo de Maneio e o facto de alguns bancos não serem elegíveis para a domiciliação das contas são uma

limitante, mas estes requisitos não afectam significativamente a implementação deste projecto

ii) disponibilização de fundos de contrapartida: _____

Este é realmente um grande problema, conforme referido acima. O atraso na disponibilização de fundos de contrapartida compromete os contratos, provoca a acumulação de dívidas e compromete a efectivação dos desembolsos dos fundos do Banco Mundial. Mas, com a experiência de relacionamento com as entidades, permite contornar alguns entraves, de modo que neste projecto não há problemas de maior.

iii) aprovação de contratos: _____

Os contratos de prestação de serviços devem ter o sancionamento do Ministro do Sector, que tem uma agenda bastante preenchida, pelo que há que ter em conta este aspecto. A aprovação dos contratos pelo Departamento de Divisas do Ministério das Finanças requer um determinado tempo de espera, mas são passos inevitáveis.

iv) Concessão de “no objections”: _____

Isto já não é mais problema. O BM não demora na concessão de no objections, desde que esteja dentro do plano de actividades. Os TTL do BM são facilitadores do processo.

v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____

Sim. A monitoria interna ainda não se faz sentir. A monitoria é efectivamente feita pelo BM.

vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:

As outras pessoas do Ministério não estão preparadas, mas o facto da equipa envolvida neste projecto ser pequena e devidamente preparada é uma vantagem. Aliás a selecção para trabalhar no projecto é precedida de concursos eo BM promove cursos de reciclagem nas áreas de procedimentos para desembolsos, procurement, gestão financeira, que podem durar uma semana, duas ou um mês.

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execução dos projectos. Descreva-os, por favor:

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
-------------------------------	----------	----------	----------

1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro		X	
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência _____

12º GUIÃO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: __ Mariamo Carimo Função:____ Directora Executiva

Instituição: __PODE

Designação do Projecto: _____ Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)

Sector de Actividade: _____ Ministério da Indústria e Comércio

Data da Entrevista/Resposta: 24.11.2006

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não? _____

Depende da natureza dos projectos. Os projectos de natureza institucional são mais complicados porque integram muitas componentes (obras, apoio ao sector privado, capacitação de instituições em formação, equipamentos, viagens, bolsas, etc.) em diferentes contextos. O PODE sofreu os efeitos da mudança dos ministérios e da reestruturação dos sectores que afectou as prioridades.

Depende também de como é que o projecto é concebido. As acções concretas não são estabelecidas na concessão.

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

- i) utilização de contas especiais: _____
- ii) disponibilização de fundos de contrapartida: _____
Não afectou este projecto.
- iii) aprovação de contratos: _____
- iv) Concessão de “no objections”:

- v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____

O sector privado é agressivo, as avaliações são feitas pontualmente. Se alguma coisa foi mal feito é logo dito. O balanço feito a nível do Ministério é positivo

vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:
Não foi o caso. O projecto deve ter capacidade de contratar pessoas a altura de responder pelas atribuições. O pode funcionou com quatro pessoas. Os problemas fizeram parte do processo de aprendizagem. Não é fácil gerir um projecto desta natureza e produzir relatórios de gestão financeira adequados com a volatilidade dos gastos de um momento para o outro. O projecto está agora a fechar e são muitos relatórios que é preciso produzir, para tão reduzido efectivo.

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execussão dos projectos. Descreva-os, por favor:

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			

3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)		X	
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público			
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			
18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência _____

Deveria haver rigor no cumprimento dos contratos e penalizações no caso de incumprimento.

Mesmo assim, os objectivos foram atingidos. O sector está mais capacitado e melhorou a organização.

O PODE envolveu 100 empresas de consultoria e pequenas e médias empresas. Para as pequenas e médias empresas foram ministrados cursos por empresas de consultoria em que o PODE participou com 50 por cento e desenvolveram-se acções visando aumentar a competitividade através de políticas de marketing e melhoria de qualidade. Foram formados 35.000 trabalhadores no total e acções de formação foram 55 por cento em Maputo e 45 por cento nas províncias.

Mostrou-se ser necessária uma maior interacção entre os doadores. Um projecto destes com um novo desenho visando criar bases para o empreendedorismo e produção com melhor qualidade, mostra-se necessário.

A formação faz ainda muita falta. É necessário trabalhar as mentes das pessoas para a cultura do trabalho e de servir. Cada um deve cuidar da sua imagem no seu posto de trabalho servindo o melhor que puder.

Os projectos devem ser criados e desenvolvidos dentro das instituições ao invés da UIPs, para se aproveitar melhor e preservar o conhecimento, mas é preciso compatibilizar as responsabilidades com os benefícios e evitar situações em que um técnico ganha 500 dólares com responsabilidades dum projecto de 40 milhões de dólares. Actualmente, quando os projectos terminam as UIPs desfazem-se e o conhecimento acumulado dispersa-se. Entretanto, reconhece-se que esta forma de organização foi necessária para o estágio de desenvolvimento que o país atravessava.

13º GUIÃO DE ENTREVISTA/QUESTIONÁRIO SOBRE OS PROJECTOS FINANCIADOS PELO BANCO MUNDIAL

I. Elementos Identificativos

Nome do respondente: _ Benjamim Wate Função: __ Gestor de Procurement e Responsável da Reforma do Procurement no Sector Público

Instituição: __UTRESP

Designação do Projecto: _ Projecto de Reforma do Sector Público_____

Sector de Actividade: ____Administração Estatal

Data da Entrevista: 21.11.2006

II. Questões Específicas sobre os Projectos

1. Na opinião do inquerido, porque é que alguns projectos são bem sucedidos e outros não?
 - Desenho do projecto e o tempo que decorre desde o desenho até a efectividade, que é bastante longo (cerca de 2 anos). Nesse intervalo, a realidade muda, o que torna o projecto e os recursos inerentes inadequados.
 - Fundos de contrapartida
 - Gestão do projecto
 - Mudanças da governação

2. Quais são os principais problemas que se encontra na implementação dos projectos?
 - Mudanças da governação (Políticas, prioridades, pessoas, ambiente, etc). Inicialmente, o objectivo principal era descentralização, agora os novos governantes pretendem outra dinâmica. A mudança governamental implica mudanças de filosofia, agendas políticas.
 - A dinâmica dos estudos- nunca terminam
Dificuldade na definição dos termos de referência dos projectos, uma vez envolver mudanças nas pessoas e nos processos, as fases de implementação só começam cerca de 2 anos depois, como por exemplo no caso de análises funcionais. Mudar mentalidades, culturas, atitudes. O que funciona na Inglaterra pode não funcionar em Moçambique. A reforma deve ser no contexto cultural.
 - Relacionamento Intitucional. Foi difícil no início as pessoas entenderem a missão da UTRESP e houve resistência por parte de alguns governantes em acatar a função técnica deste órgão.
 - Entrada de novos co-financiadores, cada um com os seus procedimentos
Tudo isto afectou o fluxo dos desembolsos e a implementação do projecto no seu todo. Portanto, o nível de desembolsos não pode ser o único critério para avaliar o

desempenho deste projecto, pois ele é afectado por vários factores de difícil controlo.

3. Nas revisões periódicas da carteira de projectos financiados pelo Banco vem sendo levantados vários problemas que constituem constrangimentos na implementação dos mesmos, dentre os quais os seguintes: utilização de contas especiais, disponibilização de fundos de contrapartida, aprovação de contratos, concessão de “no objections”, ausência de mecanismos internos de monitoria e deficiente preparação do pessoal afecto aos projectos. Na opinião do entrevistado como é que cada um destes problemas afecta a eficácia dos projectos. Descreva conforme apropriado, abaixo:

i) utilização de contas especiais: _

Actualmente este factor não afecta o projecto. Mesmo a concorrência de vários financiadores foi ultrapassada com a adopção dum fundo comum.

ii) disponibilização de fundos de contrapartida: __

Sim, este problema afecta significativamente este projecto, pois os fundos do Governo nunca são disponibilizados quando previstos e necessários. Entretanto, o BM foi vem sendo flexível, disponibilizando a sua parte e ficando o Estado a a dever a sua parte aos fornecedores de serviços, mormente consultores.

iii) aprovação de contratos: __

O processo de aprovação de contratos é enfrentado pelos Ministérios, pelo que não se faz sentir nesta unidade.

iv) Concessão de “no objections”: _____

Não tem havido problemas com este requisito.

v) Ausência de monitoria interna dos projectos: _____

Há um departamento de monitoria na UTRESP donde são produzidos relatórios trimestrais para o Governo. No entanto, não possível monitorar todas as actividades de reforma, limitando-se o monitoramento ao plano da UTRESP.

vi) Deficiente preparação técnica do pessoal afecto aos projectos:

Sim, é um problema, principalmente quando se lida com outros sectores onde as pessoas não entendem os procedimentos e por isso são insessíveis. Procura-se colmatar este problema com a realização de seminários nos Ministérios e nas províncias.

vii) Outros problemas que constituem nó de estrangulamento na execussão dos projectos. Descreva-os, por favor: _____

Os fundos de contrapartida são de facto um problema. Embora se tenham registado melhorias a deficiente gestão de tesouraria do Estado é um problema.

4. Tendo em conta a possibilidade de conclusão do projecto dentro do tempo estipulado ou não, classifique cada um dos projectos abaixo discriminados na seguinte escala: 1. Sucesso (conclusão dentro do prazo ou com atraso máximo de 1 ano), 2. Quase sucesso (conclusão com atraso superior a um ano mas não superior a 2 anos) e 3. Insucesso (conclusão com atraso superior a dois anos ou simplesmente não conclusão).

Assinale conforme apropriado na tabela abaixo:

Designação do Projecto	1	2	3
1. Projecto de Capacitação para a Gestão de Recursos Minerais			
2. Programa Estratégico do Sector de Educação (ESSP)			
3. Crédito de Apoio para a Redução da Pobreza			
4. Projecto de Educação Superior			
5. Projecto de Reforma e Acesso a Energia			
6. Projecto para o Desenvolvimento Empresarial (PODE)			
7. Projecto de Desenvolvimento Municipal			
8. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 1			
9. Projecto de Gestão da Biodiversidade Costeira e Marinha			
10. Projecto Regional de Gás (Moçambique – África do Sul)			
11. Projecto de Reforma do Sector Público		X	
12. Projecto de Reestruturação dos Portos e Caminhos de Ferro			
13. Programa de Despesas Públicas do Sector da Agricultura (PROAGRI)			
14. Projecto de Resposta ao HIV/SIDA			
15. Projecto dos Caminhos de Ferro da Beira			
16. Projecto de Planeamento e financiamento Descentralizados			
17. Projecto Nacional de Desenvolvimento de Água 2			

18. Projecto de Gestão e Manutenção de Estradas e Pontes			
19. Projecto da Reforma do Sector das Comunicações			
20. Programa Regional de Tratamento Acelerado de HIV/SIDA			

5. Outros aspectos e comentários pertinentes sobre os projectos em referência_____

Reformas em todo o mundo são processos defíceis e não é em 5 anos que se faz uma reforma. Há processos, procedimentos e pessoas que é preciso ganhar. Um novo projecto, que é a continuação do que agora termina, vai iniciar e espera-se que venha a ter um melhor desempenho, graças a experiência acumulada.

